



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Transações com Partes Relacionadas

Revisão Sistemática de Literatura

Patrícia Sofia Silva Mano

Católica Porto Business School
Novembro, 2020



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Transações com Partes Relacionadas

Revisão Sistemática de Literatura

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Patrícia Sofia Silva Mano

sob orientação de
Professora Doutora Maria Luísa Anacoreta Correia

Católica Porto Business School
Novembro, 2020

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Luísa Anacoreta pela orientação, apoio, conselhos e disponibilidade dispensada ao longo deste trabalho.

À minha família, sobretudo aos meus pais e irmã, pelo apoio, dedicação, motivação e amor ao longo de todos estes anos.

Aos meus amigos pela força, motivação, ajuda e amizade.

A todos os colegas e professores que fizeram parte do meu percurso e contribuíram para o meu desenvolvimento profissional e académico e que, de certa forma, se encontra refletido ao longo desta dissertação.

Resumo

As transações com partes relacionadas não eram tradicionalmente tema de grande relevo nos estudos académicos, além de pouca atenção merecerem dos reguladores e supervisores.

Os escândalos de fraude no início do século XXI, muitas vezes com relação a transações com partes relacionadas não divulgadas, alteraram a forma de como se passou a ver estas relações económicas, obrigando os reguladores e supervisores a alterar e reforçar os princípios normativos, fortalecendo a transparência e divulgação de partes relacionadas e TPR, bem como a um maior reforço do trabalho do auditor na identificação, avaliação e divulgação destas.

A motivação para a realização desta dissertação centra-se neste contexto, apresentando-se com o objetivo de realizar uma revisão sistemática de literatura (RSL) no domínio da temática de transações entre partes relacionadas, identificando a relação entre estas e o risco de distorção material nas demonstrações financeiras.

Com base na análise dos dados da RSL, conclui-se que nem sempre a existência de TPR está associada a um aumento do risco de distorção das demonstrações financeiras. A existência de TPR's, só por si, não aumenta o risco de distorção material e estas devem ser analisadas tendo em conta fatores contingenciais, como o ambiente governativo, o societário, o institucional e o legal. As TPR's não devem ser generalizadas pois o risco depende do tipo específico da transação, sendo que às vendas de produtos e às concessões de empréstimos estão associadas uma maior probabilidade de manipulação de resultados. Também a venda de ativos não correntes e a prestação de serviços de consultoria e jurídicos por partes relacionadas apresentam indícios de estarem

associadas a um maior risco de distorção, embora se tenha encontrado fraca evidência empírica a suportar esta ideia.

Palavras-chave: Transações com partes relacionadas; risco de distorção material; revisão sistemática de literatura; manipulação de resultados; auditoria

Abstract

Traditionally, related party transactions (RPT) were not a topic in academic studies, and little attention has been given by regulators and supervisors.

Fraud scandals on the beginning of the 21st century, in some cases related to undisclosed RPT, transformed the way of these economic relations start being seen, forcing regulators and supervisors to change and to increase normative principles, strengthening the description and disclosure of related parties and RPT, as well as a further strengthening of the auditor's work on identifying, evaluating and disclosing these transactions.

The motivation to perform this dissertation is centered in this context and the aim is to carry out a systematic review of the literature in the field of RPT, investigating the correlation between the RPT and the risk of material misstatement of the financial statements.

Based on the findings of systematic review, it is concluded that the existence of RPT is not always associated with an increase of risk of material misstatement. The existence of RPT, in itself, not increase the risk of material misstatement, these transactions must be assessed considering the contingency factors such as the specific governance and organizational context and the institutional and legal environment. RPT should not be generalized, the risk depends of the specific type of transaction. Related sales of goods and loans are more likely to earnings manipulation. Also, sales of assets and consulting and legal arrangement to receiving services from related parties appear to be associated with a higher risk of misstatement, although little empirical evidence has been found to support this idea.

Keywords: Related party transactions; risk of material misstatement; systematic review; earnings management; audit

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract	ix
Índice	xii
Índice de Figuras.....	xv
Índice de Tabelas	xvi
Lista de Abreviaturas	xviii
Introdução.....	17
1. Enquadramento teórico	20
1.1 Definição de TPR	21
1.2 Divulgação de TPR	22
1.3 Determinantes de TPR	26
1.4 Motivações para TPR	28
1.5 Relação entre TPR e auditoria.....	34
1.6 Efeitos das TPR	37
2. Metodologia.....	40
2.1 Descrição da Metodologia	40
2.1.1 Etapa 1: Planeamento da Revisão Sistemática de Literatura.....	42
2.1.1.1 Formulação da questão de investigação:.....	43
2.1.2 Etapa 2: Recolha dos estudos	45
2.1.3 Etapa 3: Seleção e avaliação de artigos	47
2.1.4 Etapa 4: Análise crítica e síntese dos dados	47
3. Resultados.....	49
3.1 Descrição dos Resultados	49
3.1.1 Resultados da pesquisa.....	49
3.2 Análise da bibliografia	56
3.3 Discussão	63
3.3.1 TPR e manipulação de resultados	63
3.3.2 TPR e problemas de agência	68
3.3.3 TPR e a percepção do risco pelo auditor	72
3.3.4 TPR e o nível de divulgação.....	75

3.3.5	TPR e outras medidas de qualidade da informação.....	78
3.3.1	Papel mitigador do governo das sociedades e da regulação	81
4.	Conclusão.....	89

Índice de Figuras

Figura 1: Etapas da RSL, adaptado de Denyer & Transfield (2009)	42
Figura 2: Estrutura do formulário de extração de dados da RSL	48
Figura 3: Fluxograma do processo de seleção de artigos.....	49
Figura 4: Número de artigos publicados por ano	56
Figura 5: Número de citações registadas por ano.....	57

Índice de Tabelas

Tabela 1: Critérios de pesquisa dos artigos para a revisão sistemática.....	46
Tabela 2: Critérios de inclusão de artigos	47
Tabela 3: Critérios de exclusão de artigos	47
Tabela 4: Razões para a exclusão de 28 estudos (fase 2 da etapa 2).....	51
Tabela 5: Lista final de artigos selecionados	54
Tabela 6: Número de citações por artigo	58
Tabela 7: Revistas com maior numero de publicações e respetivo indicador de ranking SJR	60
Tabela 8: Autores com mais artigos publicados	61
Tabela 9: Distribuição geográfica dos estudos empíricos	62
Tabela 10: Artigos por tipo de estudo	62
Tabela 11: Resposta à QI dos estudos sobre a relação entre TPR e manipulação dos resultados	67
Tabela 12: Resposta à QI dos estudos sobre TPR e problemas de agência	71
Tabela 13: Resposta à QI dos estudos sobre TPR e percepção do risco pelo auditor	74
Tabela 14: Resposta à QI dos estudos sobre a relação entre TPR e o nível de divulgação.....	77
Tabela 15: Resposta à QI dos estudos sobre a relação entre TPR e outras medidas de qualidade da informação	81
Tabela 16: Resposta à QI dos estudos sobre o papel mitigador do governo das sociedades e da regulação	86
Tabela 17: Risco de distorção por tipo de transação com partes relacionadas	87

Lista de Abreviaturas

ART	Artigo
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CMV	Código dos Valores Mobiliários
CSC	Código das Sociedades Comerciais
EUA	Estados Unidos da América
EUA	Emirados Árabes Unidos
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FAS	<i>Financial Accounting Standard</i>
QI	Questão de Investigação
RDM	Risco de Distorção Material
TPR	Transações com partes relacionadas
SEC	<i>Security Exchange Commission</i>
UE	União Europeia

Introdução

As expectativas que a sociedade coloca sobre a forma como as empresas apresentam a informação financeira e sobre como os profissionais de auditoria atuam, são cada vez mais exigentes.

A informação financeira deve apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa, que permita uma melhor tomada de decisão por parte dos utilizadores.

Os escândalos de fraudes contabilísticas que envolveram empresas internacionais de renome como a Enron, a Adelphia e muito recentemente, a Wirecard, indicaram problemáticas nas transações com partes relacionadas (adiante apenas TPR) e trouxeram à tona os riscos associados às fragilidades das entidades de regulamentação e supervisão e das entidades de normalização e auditoria, abalando a confiança dos investidores na qualidade da informação financeira. Como resposta tem-se assistido nos últimos anos a um reforço da regulamentação em torno da identificação e divulgação das TPR. De destacar, neste contexto, a recente publicação da Lei nº 50/2020, de 25 de agosto, a qual impõe novos deveres procedimentais e de divulgação de TPR ao mercado. Também os auditores têm vindo a demonstrar uma maior preocupação e um reforço do trabalho de auditoria nesta área.

Na literatura académica observa-se a preocupação com as TPR, em virtude da sua complexidade, nomeadamente na sua identificação, avaliação e divulgação, e como um potencial *red flag* para distorção material e fraude.

Gordon & Henry (2005) concluíram que os utilizadores da informação financeira encaram a existência de TPR como um indicador de aumento da

probabilidade de contabilidade agressiva e Kohlbeck & Mayhew (2017) demonstraram que a existência de TPR é um sinal de elevado risco de distorção material da informação financeira. Além disso também Beasley et al. (2001) demonstram que a não adequada divulgação de TPR é uma das dez principais deficiências de auditoria.

Como referido, as crises financeiras obrigaram os reguladores e normalizadores a fortalecer as regras e os princípios que assegurem uma maior transparência e fiabilidade no reconhecimento e divulgação das transações com partes relacionadas, bem como uma maior fiscalização. A norma internacional de contabilidade IAS 24 – Divulgação de Partes Relacionadas apresenta como objetivo “assegurar que as demonstrações financeiras de uma entidade contêm as divulgações necessárias para chamar a atenção para a possibilidade de que a sua posição financeira e os seus resultados possam ter sido afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos pendentes, incluindo compromissos com tais partes” (IAS 24, parágrafo 1).

Na literatura, transação com partes relacionadas é geralmente definida como transação entre uma empresa e as subsidiárias, afiliadas, acionistas, administradores ou a sua família, diretores ou a sua família, ou entidades detidas ou controladas pelos seus administradores ou a sua família.

O objetivo deste estudo é realizar uma revisão sistemática de literatura (RSL) no domínio da temática de transações entre partes relacionadas, com o intuito de responder à seguinte questão de investigação: à existência de transações com partes relacionadas está associado um risco de distorção material das demonstrações financeiras superior ao risco associado às transações entre partes independentes?

Tendo em vista a resposta à questão de investigação, é num primeiro momento realizado um adequado enquadramento do tema enquanto linha de investigação. É a partir deste enquadramento teórico inicial, considerando o que já foi

desenvolvido sobre a temática, que se formulará a questão de investigação desta dissertação. Através do processo de RSL identificar-se-á as principais obras que respondem à questão de investigação, as metodologias usadas pelos autores para a responder, os dados e as variáveis utilizadas e as principais conclusões chegadas. Com o objetivo último de responder à questão de investigação e ainda identificar pistas para investigação futura.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo faz um enquadramento teórico acerca das transações entre partes relacionadas e um breve resumo e análise das problemáticas identificadas e estudadas na literatura académica ao longo dos tempos, no que toca ao tema das transações entre partes relacionadas. Como acima referido, este capítulo pretende dar apoio à formulação da questão de investigação. O segundo capítulo define e caracteriza a metodologia adotada. No capítulo três são apresentados o desenvolvimento e os resultados da RSL. Por fim, no último capítulo, apresenta-se a resposta à questão de investigação, a par das conclusões finais do estudo, bem como as limitações e um conjunto de propostas para investigações futuras.

Capítulo 1

1. Enquadramento teórico

O objetivo desta dissertação é a realização de uma revisão sistemática de literatura, seguindo o modelo proposto por Tranfield et al. (2003), na área das transações com partes relacionadas tendo em vista a resposta a uma questão de investigação específica.

Como qualquer investigação, a primeira decisão a tomar quando se planeia uma revisão é estabelecer o foco, ou seja, a questão que se pretende responder. A questão de investigação é um dos elementos cruciais numa revisão sistemática de literatura, uma vez que todo o estudo terá em foco e será guiado por esta.

Contudo, antes da definição da questão de investigação, tal como aprofundado com mais detalhe no capítulo dois e seguindo a metodologia de Tranfield et al. (2003), é pertinente realizar uma análise do âmbito do estudo (*scoping study* em terminologia anglo-saxónica) sobre o tema em análise, com o objetivo de aprofundar conhecimentos atuais sobre o tema, bem como definir conceitos e formular a questão de investigação (Tranfield et al.,2003).

Assim, neste capítulo será realizada uma breve análise da literatura académica desenvolvida ao longo dos tempos em torno da temática das transações entre partes relacionadas, com o objetivo de identificar as principais problemáticas que são objeto de atenção e estudo pelos diversos autores. Esta análise servirá de base para a formulação da questão de investigação desta dissertação.

A maioria das investigações em torno das transações com partes relacionadas têm como foco identificar os principais fatores internos e externos que determinam o montante de TPR, as principais motivações por detrás destas decisões económicas e as suas consequências ao nível de valorização e retorno da

empresa e a relação entre a existência de TPR e o risco de distorções nas demonstrações financeiras.

As próximas secções apresentam um breve resumo das conclusões destes estudos.

1.1 Definição de TPR

É possível encontrar uma diversidade de definições sobre o conceito de partes relacionadas e transações com partes relacionadas, não apenas procedidas pelos diferentes organismos de regulamentação, mas também por académicos que se debruçaram sobre o tema.

O Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) através da *International Accounting Standard 24* (IAS 24), revista em 19 de julho de 2010, pelo Regulamento (UE) nº 632/2010 da Comissão com o objetivo de simplificar a definição de parte relacionada, define TPR como transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma empresa e uma entidade relacionada, independentemente de ser cobrado ou não um preço. Esta parte relacionada pode ser: (i) pessoa ou um membro íntimo da sua família que possam ter controlo ou influência significativa nas decisões da empresa nos quais se inclui os membros do pessoal-chave da gerência; (ii) associadas ou em relação de empreendimento comum; e (iii) entidades que representem um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados.

O organismo de normalização contabilística nos Estados Unidos - *Financial Accounting Standards Board* (FASB) estende o conceito de TPR's para transações entre uma empresa e as suas subsidiárias, afiliadas, principais sócios, administrativos e as suas famílias, diretores e as suas famílias, ou entidades detidas ou controladas pelos seus administrativos ou a sua família. Habib et al. (2017) acrescentam ainda a estas definições que, transações com conexões políticas também podem ser consideradas TPR.

As transações entre partes relacionadas são bastante comuns nas empresas, e embora alguns autores defendam que estas transações são motivadas por razões legítimas de negócio, muitos académicos mencionam que existem motivações de ordem fraudulenta.

Esta tese é defendida por Gordon & Henry (2005) que referem-se a TPR como transações de negócio complexas entre uma empresa e os seus gestores, diretores, principais acionistas ou afiliadas e sublinham ainda que os utilizadores das demonstrações financeiras veem as TPR como um indicador de aumento da probabilidade de contabilidade agressiva.

Além disso, diversos organismos profissionais sustentam a ideia de TPR como um indicador de risco de auditoria (relatório da AICPA *Accounting and Auditing for Related Parties and Related Party Transactions* - AICPA 2001), bem como potenciais conflitos de interesses que podem comprometer a responsabilidade da gestão para com os acionistas ou a função de monitorização.

Alguns estudos acerca das motivações por detrás das TPR's, afirmam que as TPR são ferramentas potenciais para acionistas majoritários expropriarem acionistas minoritários (Ryngaert & Thomas; 2012; Wang et al., 2019) via mecanismos como empréstimos entre partes relacionadas, vendas de ativos e vendas de bens e serviços (Jian & Wong, 2010).

1.2 Divulgação de TPR

Os escândalos de fraude financeira que ocorreram em diversos países como nos EUA (Enron, Adelphia, WorldCom) e na UE (Parmalat) envolveram TPR. Os reguladores e os organismos de normalização reagiram a estes escândalos reforçando a legislação no que toca ao uso e divulgação de TPR, como o caso da Lei Sarbanes-Oxley em 2002 que proibiu algumas destas transações, nomeadamente empréstimos obtidos e concedidos a diretores e gestores.

A *Financial Accounting Standards Board* (FASB) que é a organização responsável pela padronização das normas de contabilidade e de relato financeiro das empresas privadas e não governamentais americanas, emanou a FAS 57, que obriga que todas as TPR materiais sejam divulgadas. A divulgação deverá incluir (i) a natureza da relação, (ii) a descrição da transação, (iii) o montante da transação (iv) e os valores que são devidos por partes relacionadas ou em dívida a estas.

A norma internacional de contabilidade que regula o tratamento e divulgação das Transações com partes relacionadas é a IAS 24 (*Related Party Disclosures*). De acordo com esta, os deveres de divulgação incluem: (i) “Os relacionamentos entre uma empresa-mãe e as suas subsidiárias (..)independentemente de ter havido ou não transações entre elas”; (ii) a natureza dos relacionamentos com as partes relacionadas, assim como informação sobre as transações e saldos pendentes; (iii) “as divulgações devem incluir no mínimo: a quantia das transações, a quantia dos saldos pendentes, provisões para dívidas duvidosas relacionadas com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas”. Esta norma foi transportada para o caso português, seguindo os mesmos princípios, através da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 5 – Divulgações de Partes Relacionadas.

Também no ordenamento jurídico português, encontramos no Código Sociedades Comerciais (CSC) e no Código dos Valores Mobiliários (CVM) um dever de informação em relação a transações com partes relacionadas.

O artigo 66º - A do CSC, aditado a este código com a publicação do decreto-lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, obriga as sociedades que não adotem as Normas Internacionais de Contabilidade como referencial contabilístico, a proceder à divulgação, no anexo às contas, de informações sobre as operações realizadas com partes relacionadas, incluindo, nomeadamente, os montantes dessas

operações, a natureza da relação com a parte relacionada e outras informações necessárias à avaliação da situação financeira da sociedade, se tais operações forem relevantes e não tiverem sido realizadas em condições normais de mercado. Idêntica obrigação é estabelecida pelo artigo 508.º-F, n.º 2, do CSC (aditado pelo decreto-lei acima citado) para as sociedades obrigadas à consolidação de contas que não elaboram as suas contas de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Para além do dever de divulgação, existe também limitação relativamente a negócios celebrados com partes relacionadas. Por exemplo o artigo 397º do CSC (que tem sofrido alterações legislativas mas foi incorporado, desde logo, na primeira versão do atual CSC, com a publicação do decreto-lei n.º 262/86, de 2 de setembro, proíbe as sociedades anónimas de concederem empréstimos a administradores e prestar garantias a obrigações por eles contraídas. E ainda prescreve que os contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores, têm de ser previamente autorizados por deliberação do conselho de administração, no qual o interessado não pode votar, e com o parecer favorável do conselho fiscal ou comissão de auditoria, sob pena de serem nulos. O artigo dispõe ainda que o conselho de administração deve especificar no seu relatório anual as autorizações que tenha concedido em relação a contratos a celebrar entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por interposta pessoa.

No que se refere ao Código dos Valores Mobiliários (CVM), importa referir que os emitentes obrigados a elaborar contas consolidadas devem aplicar as normas internacionais de contabilidade, e sendo assim estão sujeitos ao dever de divulgação de transações com partes relacionadas emanado pela IAS 24.

Do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, aditado a este código pelo decreto-lei n.º 486/99 de 13 de novembro, resulta também um dever de informação para os emitentes obrigados a elaborar contas consolidadas. Estes

devem incluir no seu relatório semestral “informação sobre as principais transações relevantes entre partes relacionadas, realizadas nos seis primeiros meses do exercício, que tenham afetado significativamente a sua situação financeira ou o desempenho bem como quaisquer alterações à informação incluída no relatório anual precedente suscetíveis de ter um efeito significativo na sua posição financeira ou desempenho nos primeiros seis meses do exercício corrente”.

Recentemente, em agosto de 2020 foi publicada a Lei n.º 50/2020 que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, relativa aos direitos dos acionistas de sociedades cotadas. Esta lei vem aditar ao CVM novas regras, com impacto em especial nas transações efetuadas pelas sociedades cotadas com partes relacionadas, no que toca ao respetivo processo de aprovação interno e à sua divulgação. Assim, o novo artigo 249º-A do CMV vem impor que as sociedades cotadas definam um procedimento interno aprovado pelo órgão de administração, com parecer prévio do órgão de fiscalização, mediante o qual este avalie, periodicamente, se as transações com partes relacionadas são realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado. As transações que não cumpram estes requisitos são sujeitas a aprovação do órgão de administração, precedida de parecer do órgão de fiscalização, bem como a divulgação pública.

Para além de regulamentar o processo de aprovação das TPR's, esta lei também trouxe importantes progressos relativamente à transparência e divulgação das TPR's. Através da adição do artigo 249º-B, impõe uma obrigatoriedade de divulgação pública das TPR's cujo valor corresponda a pelo menos 2,5% do ativo da empresa. A divulgação deve conter, no mínimo: “a) a identificação da parte relacionada; b) informações sobre a natureza da relação com as partes relacionadas; c) a data e o valor da transação; d) a fundamentação

quanto ao carácter justo e razoável da transação (...)” e o sentido do parecer do órgão de fiscalização sempre que este tenha sido negativo.

Após a análise às normas mais relevantes depreende-se, e tal como destacado anteriormente, uma maior preocupação dos reguladores e supervisores relativamente às TPR's, uma vez que, pela sua natureza estas parecem, em certas circunstâncias, dar origem a um risco de distorção mais elevado do que as transações entre partes independentes.

Posto isto, a divulgação da informação sobre as TPR desempenha um papel bastante importante na prevenção e controlo de transações abusivas, bem como numa maior assimetria e transparência de informação para os investidores e mercado. Ideia também defendida por Gomes (2009) que refere que a proteção dos investidores no mercado dos valores mobiliários depende, em grande medida, da divulgação de informação em termos tais que permitam um adequado esclarecimento das suas decisões de investimento.

1.3 Determinantes de TPR

A principal determinante da existência de TPR identificada na literatura está associada às características do governo das sociedades. Quando referem critérios qualitativos de governo das sociedades, os autores usam como variáveis a percentagem de independência da direção, a existência de uma comissão de auditoria, a existência de um modelo dualista do CEO (separação de funções entre o CEO e o presidente da administração), a concentração da propriedade e o desvio entre direito de propriedade e direito de controlo. Também há estudos que realçam o papel do auditor como determinantes das TPR's.

Kang et al. (2014) demonstraram que as TPR's estão positivamente relacionadas com a disparidade entre direitos de controlo e direitos de caixa. No seu estudo acerca de grupos empresariais familiares, os autores comprovam que o nível de TPR aumenta quanto maior a diferença entre direitos de controlo e

direito de fluxos de caixa, indicando que as TPR's são usadas como um mecanismo para *tunneling* pelos grandes grupos empresariais familiares na Coreia. Evidencia ainda que as TPR's apenas são destruição de valor quando o nível de controle é elevado, sendo que os efeitos são mais acentuados nos grandes grupos empresariais.

Abdullatif et al. (2019) investigaram quais os fatores financeiros e de administração que determinam a existência de TPR, nos países em desenvolvimento na Jordânia, através dos dados observados de empresas cotadas na bolsa de valores Amam nos anos de 2011 a 2017. Os resultados demonstram que a existência de um modelo não dualista do CEO (caso em que o CEO também é presidente da direção), administradores independentes e fluxos de caixa operacionais estão negativamente relacionados com TPR's, enquanto que, por outro lado, as empresas com um elevado rácio de alavancagem financeira (passivo/ativo), uma elevada concentração de participação pelos principais acionistas, com um elevado número de membros no conselho de administração exibem um elevado montante de TPR. Além disso, e ao contrário do defendido por outros autores, estudo evidencia uma relação positiva entre a empresa ser auditada por uma *big-four* e o montante de TPR, isto porque a qualidade de auditoria das *big-four* na Jordânia não parecem ser muito diferentes das outras empresas, dado que ambos sentem a pressão dos acionistas dominantes para fornecerem auditoria onde a qualidade não é um dos elementos mais procurados nestes clientes.

Relativamente ao papel do governo das sociedades em mitigar os incentivos negativos que possam existir no uso de TPR, Yeh et al. (2012) demonstraram que o governo das sociedades está negativamente correlacionado com o uso de TPR, o que significa que uma empresa com um bom governo restringe o uso excessivo de TPR, nomeadamente na vertente de vendas, empréstimos, garantias e financiamentos.

Huyghebaert & Wang (2012) investigaram a influência que a estrutura societária, as características da direção, a fiscalização do governo e auditores exercem na apropriação dos acionistas minoritários pelos acionistas majoritários, através do uso de TPR's, nas empresas cotadas chinesas. Estudo evidencia que o montante de TPR está positivamente relacionado com concentração da propriedade e com o desvio entre direitos de controlo e direitos de caixa, concluindo assim que estruturas societárias caracterizadas por concentração do poder são mais propícias a praticar TPR's e expropriar acionistas minoritários. Ao contrário dos estudos citados anteriormente, autores não encontraram uma influência significativa do tamanho da direção e percentagem de diretores independentes na magnitude de TPR's. Este estudo conclui ainda sobre o papel importante da fiscalização do governo na mitigação dos efeitos negativos das TPR's. Por fim quanto ao papel dos auditores estudo demonstra que empresas auditadas por *big-four* envolvem-se menos em TPR's. Assim os auditores que são mais reconhecidos na área exercem um papel importante em mitigar o uso e os efeitos negativos destas transações..

1.4 Motivações para TPR

As transações entre partes relacionadas acontecem normalmente no âmbito normal da atividade da empresa e são motivadas por razões legítimas ligadas a decisões de negócio, e nestes casos não acarretam mais risco do que as transações similares do mercado. Contudo, também podem estar associadas a motivações fraudulentas, tal como aconteceu no caso Enron em que usaram afiliadas não consolidadas para inflacionar resultados e subavaliar o passivo.

Esta ideia consolida as duas visões concorrentes presentes na literatura sobre a razão da existência de TPR's: (1) a teoria da agência (Jensen & Meckling, 1976) e (2) a teoria da transação eficiente, que segue os princípios da teoria dos custos de transação desenvolvida por Williamson (1975) e é apoiada empiricamente no

contexto da diminuição dos custos de transação entre partes relacionadas por autores como Wong et al. (2015).

A teoria de agência debruça-se por um lado em conflitos de interesses entre quem é proprietário e quem gere a sociedade, e por outro em conflitos de interesses entre os acionistas controladores da sociedade e os minoritários. Assim, segundo esta teoria as TPR's são vistas como um mecanismo de gestão daqueles que controlam a sociedade (acionistas controladores e gestão), se apropriarem de recursos dos acionistas minoritários, para benefício próprio, alheios aos interesses da empresa.

A incidência deste conflito de interesse é mais frequente em estruturas governativas caracterizadas pela alta concentração de controlo e pela grande concentração de participação na sociedade em poucos acionistas.

Por outro ponto de vista, a teoria da transação eficiente defende que as TPR são benéficas para o negócio da empresa, visam satisfazer necessidades económicas e financeiras e podem dar benefícios aos acionistas reduzindo os custos de transação através da partilha de competências e assimetria da informação e aumentando a eficiência da afetação dos recursos entre empresas do grupo, quando comparadas com transações entre partes independentes.

Relativamente a evidências empíricas que apoiem estas duas teorias, é mais evidente na literatura estudos que suportem os incentivos oportunistas na prática de TPR (Jian & Wong, 2010; Cheung et al., 2009a; Cheung et al., 2009b). De referir que a literatura sobre os benefícios das TPR, em termos da redução dos custos de transação e eficácia da alocação interna dos recursos, ainda é muito escassa sendo defendida por Wong et al. (2015) e Chien & Hsu (2010) que argumentam que as TPR's podem conduzir a custos de transação baixos, a uma menor assimetria da informação, e permitir a empresa utilizar os seus ativos mais eficientemente, demonstrando assim uma relação positiva entre TPR e valor da empresa.

Nos últimos tempos, tem vindo a ser citada na literatura uma terceira perspetiva apoiada por Pizzo (2013), denominada por teoria da contingência que se situa entre a teoria da agência e a perspetiva da eficiência. Segundo esta abordagem as TPR's nem são positivas nem negativas, é necessário avaliar estas transações considerando os fatores de contingência, como contextos organizacionais e ambientes institucionais específicos. Assim, as TPR são potenciais instrumentos de fraude ou ferramentas eficientes, dependendo dos fatores de contingência.

Cheung et al. (2009a) afirmam que a literatura reconhece três motivações por detrás das TPR: *tunneling*, *propping* e manipulação de resultados.

Johnson et al. (2000) descreve *tunneling* como a “transferência de recursos da empresa (ou dos acionistas minoritários) em benefício daqueles que a controla”. *Tunneling* pode-se formalizar numa variedade de operações como a venda de bens e ativos ao acionista controlador ou à empresa controlada pelo mesmo, com condições de preços de transferência vantajosos para este.

Por sua vez, *propping* traduz uma prática dos acionistas controladores inflacionarem os lucros da empresa quando esta se encontra em dificuldades financeiras (Jian & Wong, 2010). Trata-se, assim, de melhorar temporariamente o desempenho económico da empresa através de operações que não traduzem acréscimo de valor no longo prazo.

Já a manipulação dos resultados, tradução livre da expressão anglo-saxónica *earnings management*, trata-se de uma estratégia de gerir os resultados contabilísticos por via da discricionarietà na aplicação dos princípios contabilísticos. Ou seja, os gestores atuam dentro dos limites da flexibilidade das normas contabilísticas ou recorrem-se de transações propositadas, com o intuito de enviesar a perceção dos agentes económicos sobre o desempenho da empresa, ou para alcançarem o resultado mais propício aos seus interesses e aos interesses da empresa. A manipulação dos resultados pode assumir diversas formas e o

tipo de manipulação depende do efeito que se pretende alcançar, nomeadamente atenuar ou inflacionar resultados. A literatura aponta duas formas distintas de manipulação de resultados: manipulação através de transações reais e a manipulação de *accruals*. A primeira acontece quando os gestores tomam decisões que alteram as características normais do negócio, em termos do tempo e estrutura das atividades operacionais da empresa, como por exemplo, a redução acentuada temporária de preços de venda de forma a antecipar vendas de períodos seguintes, indiciando o cumprimento de objetivos no período da baixa de preço. A segunda é relacionada com o uso de *accruals* discricionários que decorrem de ajustamentos contabilísticos, associados normalmente a estimativas, as quais envolvem julgamento e subjetividade.

Como explicita Peng et al. (2011), tanto a prática de *tunneling*, como a de *propping* são oportunistas e refletem uma faceta do problema de agência entre acionistas controladores e investidores minoritários. O *propping* é impulsionado pelo desejo do acionista controlador manter o controlo sobre a empresa, usufruindo dos benefícios privados desse controlo e para expropriar (*tunneling*) os investidores minoritários no futuro.

Embora TPR's por definição não sejam equivalentes a apropriação, o seu uso excessivo é problemático (Yeh et al., 2012). Como tal, muitos autores investigaram o papel que as TPR's desempenham no fenómeno de *tunneling* e subsequente apropriação dos acionistas

A apropriação por parte dos acionistas controladores pode assumir várias formas, tais como vendas de produtos e serviços, empréstimos e garantias, financiamentos (Yeh et al., 2012) e transferência de ativos não correntes (Cheung et al., 2009b). De acordo com Kang et al. (2014), as transações não operacionais (transferências de ativos não correntes e financiamentos) por envolverem mais julgamento subjetivo que as operações correntes (como vendas de bens e serviços) são normalmente meios preferenciais para apropriação e *tunneling*. A

escolha entre este tipo de operações tende a depender do tipo de grupo, sendo que grupos mais pequenos são mais propícios a usar transações não operacionais, enquanto que os maiores grupos usam ambos os tipos, TPR operacionais e não operacionais como meios para *tunneling* (Kang et al.,2014).

Os acionistas controladores, gestão e direção usam o seu poder na empresa para se beneficiar a si próprios, prejudicando o retorno dos lucros para os investidores minoritários. A gestão pode tomar decisões de negócio de comprar bens a preços inflacionados, acima dos preços praticados no mercado, a empresas que eles controlam em detrimento da riqueza dos acionistas (Clikemam & Lin, 2017).

Cheung et al. (2009b) demonstram no seu estudo empírico, acerca de transações de compra e venda de ativos não correntes, como as empresas listadas em Hong Kong manipulam o preço das transações com partes relacionadas. Eles evidenciam que quando as empresas adquirem ativos a partes relacionadas pagam mais caro que o preço de mercado e quando vendem a partes relacionadas recebem menos que o preço de mercado, evidenciando assim que as empresas praticam preços desfavoráveis e *tunneling* quando realizam operações comerciais com ativos entre partes relacionadas.

Chan et al. (2016) investigaram a relação entre evasão fiscal e *tunneling* através de créditos entre partes. Estudo demonstra uma relação positiva significativa ente a evasão fiscal e o *tunneling*, evidenciando que as empresas chinesas usam os fundos da poupança fiscal obtidos através da evasão fiscal para práticas de *tunneling*. Assim, aproveitam os fundos de caixa extra para concessão de créditos da empresa ao controlador que subsequentemente atrasa o reembolso desse crédito ou nem o paga sequer. Estudo demonstra assim que, as empresas praticam evasão fiscal como uma motivação para a prática de *tunneling*, através dos fundos originados pela poupança fiscal. A relação positiva entre evasão fiscal e *tunneling*, é mais marcada na presença de elevada concentração de propriedade

e fraca proteção do investidor. Estudo demonstra ainda que, a evasão fiscal só por si é vista como criação do valor da empresa, uma vez que se assume que a poupança fiscal será investida e desta forma, no final, os fundos serão entregues aos acionista. Contudo, quando a mesma é relacionada com práticas de *tunneling* o valor da empresa diminui significativamente, demonstrando assim que, os investidores veem esta prática como uma ferramenta de apropriação.

Outra motivação para a prática de TPR, que mais é alvo de estudo pelos diversos autores é a manipulação de resultados. As TPR's pela sua natureza de possuírem condições diferentes do mercado, funcionam como um potencial mecanismo de manipulação da informação financeira (Kohlbeck & Mayhew, 2017).

Seguindo a teoria de conflitos de interesses é fácil perceber que, se a gestão, direção ou os acionistas dominantes praticam TPR com o objetivo de se apropriarem e desviarem recursos da empresa, então estes terão mais incentivos para manipular os resultados através de *accruals* (movimentos contabilísticos que não traduzem entradas ou saídas de fundos) discricionários, com o objetivo de justificar tais benefícios ou disfarçar tais apropriações (Gordon & Henry, 2005).

Gordon & Henry (2005) apresentam evidências de que o nível de manipulação de resultados está associado com certos tipos de TPR, como o caso de empréstimos a taxa fixa obtidos de partes relacionadas. Se as empresas pediram emprestado a partes relacionadas por não o conseguirem obter de terceiros, estas terão incentivos para manipular resultados a fim de no futuro conseguirem financiar-se através de terceiros e pagar o empréstimo à parte relacionada.

O desempenho e o lucro da empresa, bem como as condições do mercado e regulamentação, são também alguns dos fatores que podem motivar o uso de TPR's. A pesquisa de Jian & Wong (2010) demonstra que as empresas têm mais incentivos para inflacionar resultados através do uso de TPR, quando estão perante uma situação de mau desempenho económico e por isso usam as TPR

para evitarem reportar prejuízos e serem excluídos do mercado bolsista e quando estão perante uma nova emissão de ações.

1.5 Relação entre TPR e auditoria

As TPR's são bastante comuns nas empresas e fazem parte de decisões de negócio. Contudo, parece existir na literatura académica a visão de que as TPR's tendem a estar associadas a um fator de risco de distorção da informação financeira e a práticas de *tunneling* que vão além dos limites legais (Yeh et al., 2012).

Conforme Gordon & Henry (2005), os utilizadores da informação financeira encaram a existência de TPR como um indicador de aumento da prática de contabilidade agressiva.

Ao nível das entidades e reguladores de contabilidade e auditoria, as TPR são consideradas como um potencial indicador de risco de auditoria.

Beasley et al. (2001) analisaram as ações de fiscalização da SEC relacionadas com fraude contra auditores entre 1987 e 1997, e numa amostra de 45 empresas envolvidas em fraude os autores desenvolveram uma lista com as dez principais deficiências de auditoria. O estudo aponta que a identificação e a não adequada divulgação das partes relacionadas e das transações entre estas é uma das dez principais deficiências dos auditores.

De acordo com o relatório da AICPA (2001) as transações entre partes relacionadas pela sua natureza são difíceis de auditar. Tal deve-se ao facto de as partes relacionadas e as TPR poderem ser difíceis de identificar e além disso os auditores dependem da gestão para esta identificar e providenciar informações relevantes sobre as partes relacionadas e as TPR (mesmo quando em alguns casos o gestor é a contraparte ou está envolvido na transação). Posto isto, a probabilidade de haver erros nas demonstrações financeiras associados às TPR e não serem detetados é muito elevado, sendo um sinal de alerta para o risco de

deteção. Por fim, os controlos internos não são eficazes em monitorizar as TPR, o que implica que, o risco de os controlos da empresa não prevenirem nem detetarem os erros na contabilização e divulgação das TPR é significativo, aumentando assim o risco de controlo.

Também no campo auditoria interna, os auditores elegem as TPR's como um dos mais efetivos *red flags* de oportunidade para cometer fraude (Kohlbeck & Mayhew, 2017).

Devido à sua natureza única, há indícios de, perante certas circunstâncias, as TPR's dão origem a um maior risco de distorção material e risco fraude do que as transações entre partes independentes (Gordon & Henry, 2005). Assim, e impulsionados pelas falhas de auditoria associadas às fraudes financeiras envolvendo TPR, os reguladores vão tomando medidas não apenas para limitar as intenções oportunistas e para aumentar a transparência, mas também para rever as normas de auditoria existentes intensificando a responsabilidade do auditor em detetar TPR abusivas.

A Federação Internacional de Contabilistas (IFAC) publicou a Norma Internacional de Auditoria (ISA) 550 que “define as responsabilidades do auditor relativamente às relações e transações entre partes relacionadas numa auditoria de demonstrações financeiras”.

Segundo esta, no decurso da auditoria, o auditor deve realizar todos os procedimentos que entenda necessários que o levem a identificar a existência de partes relacionadas e transações com partes relacionadas, bem como, avaliar e responder aos riscos de distorção relevantes, decorrentes da não contabilização ou da não divulgação apropriada dos relacionamentos, transações ou saldos com partes relacionadas em conformidade com os requisitos da estrutura das demonstrações financeiras.

A ISA 550 refere que “dadas as limitações inerentes de uma auditoria, existe um risco inevitável de que algumas distorções materiais das demonstrações

financeiras possam não ser detetadas, mesmo que a auditoria seja devidamente planejada e executada de acordo com as ISA". Neste contexto, os potenciais efeitos das limitações inerentes sobre a capacidade do auditor para detetar distorções materiais são maiores pelas seguintes razões:

- “A gerência pode não ter conhecimento da existência de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas, especialmente se o referencial de relato financeiro aplicável não estabelecer requisitos aplicáveis a essas partes relacionadas.
- As relações entre partes relacionadas podem representar uma maior oportunidade para conluio, encobrimento ou manipulação pela gerência.”

Contudo, não parece haver uma conclusão geral sobre o papel que as TPR's têm como um *red flag* do risco de distorção e risco de fraude. Henry et al. (2007) analisaram o caso de empresas que se envolveram em fraudes contabilísticas e o papel das TPR's em cada um desses casos. Estudo evidencia que do total de casos de fraude financeira analisados poucos envolveram TPR. Estudo conclui que as TPR's não são usadas necessariamente como um mecanismos de fraude e a sua presença não implica informação financeira distorcida. Também Gordon & Henry (2005) defendem que a mera presença de TPR não é necessariamente um indicador de risco de distorção, e alertam contra a generalização de TPR's como ferramenta de manipulação uma vez que tal acontecimento depende essencialmente dos incentivos, do tipo de parte relacionada e do tipo de transação praticada. Assim, é importante os auditores compreenderem as características de diferenciação entre TPR's benignas e fraudulentas.

1.6 Efeitos das TPR

Por fim, da literatura analisada, os autores investigam principalmente os efeitos da existência de TPR ao nível da avaliação da empresa e do desempenho.

As TPR são uma parte natural do negócio, e existem argumentos de que as transações internas dentro do mesmo grupo empresarial ajudam as empresas afiliadas a melhorar o seu desempenho, devido à maior confiança estabelecida e à menor assimetria de informação existente dentro do grupo, obtida através das TPR, do que as transações entre partes independentes (Wong et al., 2015).

Relativamente a esta temática, também existem argumentos de que as TPR podem ser destruidoras de valor se forem usadas como um meio para oportunismo, como manipulação de resultados, *tunneling* e apropriação da riqueza dos acionistas minoritários. Tal como suportado pela teoria de agência, se as partes relacionadas usarem o seu poder e controlo para expropriar riqueza das empresas e acionistas minoritários para seu próprio benefício através das TPR's, conseqüentemente, aumentam os custos de agência e reduzem o valor da empresa (Fooladi and Forhadi, 2019). Assim, verifica-se nos estudos empíricos uma evidência de que os investidores e o mercado penalizam as empresas quando anunciam certos tipos de TPR, atribuindo-lhes menos valor.

Kohlbeck & Mayhew (2010) analisaram a avaliação das empresas, cotadas no mercado de valores americano S&P 1500 no ano de 2001, que divulgaram TPR em comparação com as que não divulgaram. Estudaram o valor de mercado das empresas pouco antes da lei Sarbanes- Oxley para avaliar a perceção do mercado acerca de empresas com TPR antes da aplicação dessa lei e analisaram os retornos subsequentes a fim de avaliar o perfil de risco de retorno dessas empresas. Com o seu estudo concluíram que, o mercado atribui valor mais baixo a empresas que praticam TPR's, bem como, retornos mais baixos.

Também na esfera do mercado americano Ryngaert & Thomas (2012) observaram as transações divulgadas entre partes relacionadas de 234 empresas

nos anos de 1999 e 2000. O estudo demonstra que as transações *ex-ante*, que são as celebradas antes de a contraparte do negócio se tornar uma parte relacionada (presidente, gestor, etc.), estão positivamente relacionadas com o valor da empresa. Por seu lado, as transações *ex-post* que acontecem depois de a contraparte se tornar uma parte relacionada, estão negativamente associadas com a performance da empresa, bem como aumentam a probabilidade de a empresa enfrentar dificuldades financeiras.

Outros estudos investigaram empiricamente a relação entre a existência de TPR e o Q de Tobin, como medida do valor da empresa.

Wong et al. (2015) investigou o efeito das TPR's no valor das empresas cotadas na bolsa de Shanghai e descobriu que as vendas a partes relacionadas aumentem o valor da empresa (medido através do Q de Tobin), demonstrando assim que estas transações melhoram a eficiência da afetação de recursos entre empresas do grupo. Contudo, este efeito positivo desaparece na presença de uma significativa proporção de acionistas-administradores, alta participação governamental e incentivos para a evasão fiscal. Em resumo, as descobertas de Wong et al. (2015) demonstram que as TPR são geradoras de valor, contudo esta criação de valor é mitigada quando os acionistas e a gestão têm incentivo para as usar oportunisticamente como um meio de manipulação de resultados ou apropriação.

Fooladi and Farhadi (2019) categoriza as TPR em 2 classes – benéficas e prejudiciais - e investiga a relação entre estas e o valor da empresa (medido pelo Q de Tobin). Estudo evidencia uma relação positiva entre TPR categorizadas como benéficas (onde inclui transações baseadas em recebimentos monetários ou empréstimos das suas partes relacionadas, transações entre empresa-mãe e as suas subsidiárias incluindo transferência de bens, serviços e ativos) e valor da empresa. Estudo demonstra que nem todas as TPR são prejudiciais, uma vez que, diferentes naturezas de TPR podem afetar de forma diferente a eficiência da

empresa, e embora as partes relacionadas tendam a usar TPR como meios de apropriação, algumas TPR's oferecem benefícios às empresas. Deste modo, parece importante os reguladores categorizarem as TPR's em diferentes grupos incluindo transações prejudiciais e transações benéficas.

O governo das sociedades é considerado por diversos autores como tendo um papel atenuador e restritivo nas TPR's prejudiciais que exercem um efeito negativo no valor e desempenho da empresa.

Um claro exemplo é o estudo de Zhu & Zhu (2012) que analisa um conjunto de empresas chinesas antes e após a reforma da estrutura de ações ocorrida na China que levou a uma clara melhoria no governo das sociedades das empresas. Estudo demonstra que, antes da reforma, o valor das empresas que praticavam TPR era menor das empresas sem TPR. Contudo, depois da reforma, a diferença do valor das empresas que se envolveram em TPR das empresas sem TPR era insignificante, demonstrando assim que a melhoria dos mecanismos do governo das sociedades mitigou o efeito negativo das TPR.

Capítulo 2

2. Metodologia

2.1 Descrição da Metodologia

O presente estudo adota como metodologia de investigação a revisão sistemática de literatura, seguindo o método de revisão desenvolvido por Tranfield et al. (2003) e Denyer & Tranfield (2009). Com a sua obra Tranfield et al. (2003) foram dos pioneiros a aplicar esta metodologia à área da gestão, apresentando em detalhe o método da revisão sistemática e discutindo a sua aplicabilidade e transposição do contexto da medicina para as ciências sociais, e em concreto a gestão. Mais tarde os autores publicam um novo artigo, Denyer & Tranfield (2009), onde apresentam com mais detalhe os processos para realizar uma revisão sistemática de literatura na área da gestão.

Neste capítulo apresenta-se uma breve descrição da metodologia adotada, a justificação da escolha por esta e a enumeração das etapas da revisão.

Numa investigação, o processo de revisão de literatura é uma ferramenta essencial para o investigador gerir e avaliar a diversidade de conhecimento existente numa determinada área (Tranfield et al., 2003).

A revisão de literatura tradicional “narrativa” é criticada por diversos autores por ser um método pouco rígido e suscetível de enviesamentos e subjetividade.

A revisão sistemática de literatura apresenta-se como uma melhor alternativa à revisão tradicional, pois adota procedimentos científicos organizados e transparentes em cada etapa do processo que poderão ser replicados por outros investigadores (Tranfield et al., 2003). O benefício desta metodologia reside na diminuição de erros e enviesamentos através de uma pesquisa bibliográfica exaustiva de estudos e proporcionando um *audit trail* das decisões, processos e

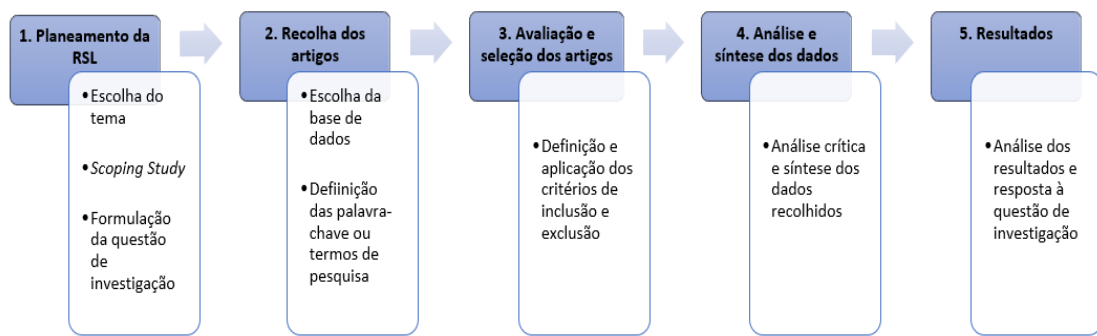
conclusões do autor responsável pela investigação (Tranfield et al., 2003). Além disso, permite identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis relevantes a uma questão de investigação, tópico ou fenômeno de interesse (Kitchenham, 2004).

O método de revisão sistemática foi inicialmente desenvolvido e é amplamente aplicado em pesquisas nas áreas da medicina e ciências sociais. Contudo, a sua aplicação ao campo de gestão e, em concreto, da contabilidade está, ainda pouco difundida. Quanto ao tema em estudo, não foi identificada qualquer revisão sistemática anterior com foco em TPR.

Alguns autores têm estudado as potencialidades e desafios do uso da revisão sistemática na área da gestão, como o caso de Tranfield et al. (2003), que defendem que as revisões de literatura tradicionais existentes no campo de gestão têm uma deficiência de rigor e relevância. Argumentam ainda o uso da revisão sistemática como a alternativa para desenvolver e melhorar a qualidade das revisões de investigações na área da gestão, permitindo aumentar o rigor metodológico e desenvolvimento de uma base sólida e fiável de conhecimento através de uma grande diversidade de estudos.

O processo de revisão sistemática que será aplicada neste estudo segue o método proposto por Tranfield et al. (2003) e Denyer & Tranfield (2009) dividindo-o em 5 etapas, como exposto na figura abaixo e que serão explicitadas nos parágrafos seguintes: 1) Formulação da questão de investigação; 2) Recolha dos artigos na base de dados; 3) Avaliação qualitativa e seleção dos artigos; 4) Recolha e síntese dos dados; 5) Análise dos resultados.

Figura 1: Etapas da RSL, adaptado de Denyer & Tranfield (2009)



2.1.1 Etapa 1: Planeamento da Revisão Sistemática de Literatura

Tal como qualquer investigação, a primeira decisão no planeamento da revisão é a definição do seu foco (Denyer & Tranfield, 2009). A escolha do tema para a presente dissertação nasce das controvérsias em torno das partes relacionadas, nomeadamente das transações entre partes relacionadas. Nos últimos tempos estes temas têm suscitado o interesse dos académicos e investigadores, além de se revelarem assuntos de preocupação de reguladores e normalizadores.

Uma boa revisão sistemática é baseada numa questão de investigação bem formulada e clara. A questão de investigação definida para o estudo acaba por ser o ponto de partida para a RSL, sendo ela que guia todo o processo de recolha e análise dos dados.

Contudo, antes da definição da questão de investigação, Tranfield et al. (2003) aconselham os investigadores menos experientes a realizar uma análise do âmbito do estudo (*scoping study* em terminologia anglo-saxónica) sobre o tema em análise, com o objetivo de aprofundar conhecimentos atuais sobre o tema, bem como definir conceitos e formular a questão de investigação. Este *scoping study* já foi executado no primeiro capítulo desta dissertação.

2.1.1.1 Formulação da questão de investigação:

Nesta secção pretende-se explicitar as motivações por detrás da questão de investigação definida para o estudo.

De acordo com o Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados (Edição de 2018) emitido pela IAASB, o risco de auditoria é definido como o risco de o auditor expressar uma opinião inapropriada quando as demonstrações financeiras apresentam distorções materialmente relevantes. Uma auditoria procura garantir uma segurança aceitável de que as DF não contêm erros materiais. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção material (isto é, o risco de que as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas antes da auditoria) e o risco de o auditor não detetar tal distorção, o risco de deteção.

Através do *scoping study* realizado no capítulo um, verifica-se que parece existir a convicção em diversos estudos académicos de as TPR's estarem associadas a um risco de distorção da informação financeira e risco de fraude. Diversos autores defendem a ideia de que TPR representam um desafio particular para o processo de auditoria (Kohlbeck e Mayhew, 2017), o que está relacionado com o facto de estas serem inerentemente complexas (risco inerente), não serem facilmente identificáveis e os auditores dependem principalmente das informações que a gestão disponibiliza para identificar e avaliar estas operações (AICPA, 2001). Na verdade, a divulgação de TPR's foi citada como uma das principais razões para a falha de auditoria e muitas ações de aplicação da Securities and Exchange Commission (SEC) são relacionados com TPR's (Beasley et al., 2001). Também na regulamentação e normalização das últimas duas décadas é possível entender uma maior preocupação dos reguladores, normalizadores e auditores relativamente à possibilidade de manipulação de resultados por via de TPR's e reconhecem a importância de aumentar a

consciencialização do auditor para o risco de distorção material das demonstrações financeiras que envolvem TPR's (Gordon et al., 2007).

Contudo, não parece existir uma certeza absoluta relativamente a estes facto, como o caso de Pizzo (2013) que defende as TPR's não podem ser categorizadas como potenciais instrumentos de fraude nem como ferramentas eficientes, mas, devem ser avaliadas considerando os fatores de contingência, como contextos organizacionais e ambientes institucionais específicos. Também Gordon & Henry (2005) e Henry et al. (2007) defendem que a mera presença de TPR não é necessariamente um indicador de risco de distorção, e alertam contra a generalização de TPR's como ferramenta de manipulação uma vez que tal acontecimento depende essencialmente dos incentivos, tipo de transações praticadas, e ambiente organizacional e regulatório.

Pois se é verdade que nos últimos anos tem havido uma maior preocupação dos organismos de auditoria em torno das TPR's e um maior esforço e mais procedimentos na auditoria das TPR's, também parece verdade que ainda existe uma controvérsia no papel das TPR no risco de distorção e de fraude. Apesar das preocupações sobre o risco de auditoria em torno das TPR's, poucos estudos foram realizados com o objetivo direto de investigar a relação entre a existência de TPR e o risco de distorção material das demonstrações financeiras

Assim, para ultrapassar esta falha na literatura e, perante as controvérsias identificadas anteriormente, o objetivo da presente revisão de literatura é identificar se à existência de transações com partes relacionadas está associado um risco de distorção material das demonstrações financeiras, superior ao decorrente de transações entre partes independentes.

2.1.2 Etapa 2: Recolha dos estudos

Nesta fase pretende-se uma pesquisa literária exaustiva de investigações e estudos, de forma a que a revisão seja conduzida tendo em conta toda a informação de qualidade disponível sobre a questão de investigação.

De acordo com Tranfield et al. (2003), a pesquisa sistemática começa com a identificação das palavras-chave e termos de pesquisa que são criados a partir do *scoping study*. Esta é uma parte crítica do trabalho pois são estas palavras-chave que ajudam a identificar os estudos mais importantes e, ao mesmo tempo, a delimitar a imensa literatura que está atualmente disponível sobre os mais variados temas.

O objetivo desta dissertação é fornecer uma revisão sistemática da literatura sobre a relação entre a existência de TPR e o risco de distorção material das demonstrações financeiras. Posto isto, estabeleceu-se como termo de pesquisa transações com partes relacionadas, em inglês "*related party transactions*". Além disso, para relacionarmos com o risco de distorção definiu-se os termos "*earnings management*", "*accounting quality*", "*creative accounting*", "*distortion*", "*misstatement*" e "*fraud*" pois estes conceitos são reconhecidos pela literatura como uma prática sinalizadora de manipulação de resultados e daí a sua utilidade à nossa investigação.

A partir destes termos, realizou-se o levantamento, nas bases definidas, de todos os artigos que tivessem no título os termos estabelecidos.

Tranfield et al. (2003) defendem que a pesquisa bibliográfica não deve apenas ser conduzida em jornais publicados e base de dados bibliográficas, mas também deve compreender estudos não publicados, publicações de conferências e ensaios do setor.

Para a seleção dos artigos que constituirão o referencial bibliográfico do presente estudo, foi primeiramente selecionada a base de dados tendo como

critério de escolha a garantia de que essa base permitirá abranger a representatividade de toda a população sobre o tema em estudo.

A base de dados escolhida foi a *Web of Science*. A escolha justifica-se pelo facto de esta plataforma incluir uma vasta imensidão de jornais académicos internacionais *peer-reviewed* de elevada qualidade, bem como artigos de conferências e livros, assegurando assim, o rigor e a qualidade dos *papers* que vão fazer parte da amostra.

Os dados foram recolhidos na *Web of Science* durante o mês de julho de 2020. Dada a panóplia de informação sobre a temática das partes relacionadas, definimos cadeias de pesquisa na base de dados de forma a uma melhor triagem das publicações e uma pesquisa mais direcionada para a questão de investigação. A tabela 1 sumariza as cadeias de pesquisa definidas.

Tabela 1: Critérios de pesquisa dos artigos para a revisão sistemática

Critério de pesquisa	Data de pesquisa	Objetivo
TOPIC: (related party transactions and earnings management)	Julho de 2020	Estudos relevantes sobre a relação entre TPR's e manipulação de resultados
TOPIC: (related party transactions and accounting quality)	Julho de 2020	Estudos relevantes sobre a relação entre TPR's e a qualidade da informação financeira
TOPIC: (related party transactions and creative accounting)	Julho de 2020	Estudos relevantes sobre a relação entre TPR's e o fenómeno de manipulação de resultados
TOPIC: (related party transactions and distortion)	Julho de 2020	Estudos relevantes sobre a relação entre TPR's e o risco de distorção das demonstrações financeiras
TOPIC: (related party transactions and misstatement)	Julho de 2020	Estudos relevantes sobre a relação entre TPR's e erros materiais nas demonstrações financeiras
TOPIC: (related party transactions and fraud)	Julho de 2020	Estudos relevantes sobre a relação entre TPR's e fraude da informação financeira

2.1.3 Etapa 3: Seleção e avaliação de artigos

Com vista ao cumprimento da transparência do processo da RSL, é necessário definir um conjunto de critérios de seleção explícitos, a fim de avaliar a relevância dos artigos encontrados, para resposta à questão de investigação.

Deste modo, foram desenvolvidos previamente critérios de inclusão e exclusão. Aplicando estes critérios obter-se-á os artigos com relevância para o estudo e que permitirão responder à questão de investigação, sendo estes a população alvo da revisão intensiva de literatura.

A seguir, apresentam-se os critérios de inclusão e exclusão, nas tabelas 2 e 3, respetivamente:

Tabela 2: Critérios de inclusão de artigos

Critérios de Inclusão
Artigos publicados em Inglês
O artigo analisa as consequências da existência de TPR nas demonstrações financeiras.
O artigo relaciona a existência de TPR com manipulação de resultados.
O artigo relaciona a existência de TPR com o risco de auditoria.
O artigo relaciona a existência de TPR com a qualidade da informação contabilística.

Tabela 3: Critérios de exclusão de artigos

Critérios de Exclusão
O artigo não está disponível <i>online</i> .
O artigo não está em inglês.
Artigo explicitamente não se relaciona com TPR
O artigo não foca nas TPR's
Artigo que aparentemente não foi sujeito a <i>peer-review</i> , artigos empíricos sem uma descrição clara da metodologia, amostra, variáveis ou conclusão.
Artigo aborda TPR mas não estuda nenhuma das relações mencionadas nos critérios de inclusão.

2.1.4 Etapa 4: Análise crítica e síntese dos dados

Esta etapa envolve um processo padronizado de extração de dados para reduzir o erro e o enviesamento (Tranfield et al., 2003). Nesta fase recorre-se a um formulário de extração de dados que contém identificação do artigo, as características do estudo e informações específicas (tipo de estudo, amostra, variáveis de análise empírica), como também as conclusões e contributos para

futuras investigações. É possível observar na figura 2 a estrutura do formulário de extração de dados usado na RSL.

Por fim, este formulário de extração de dados é o repositório de dados a partir do qual a análise e a síntese surgem.

Figura 2: Estrutura do formulário de extração de dados da RSL

Artigo (autor e ano)	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
...

Capítulo 3

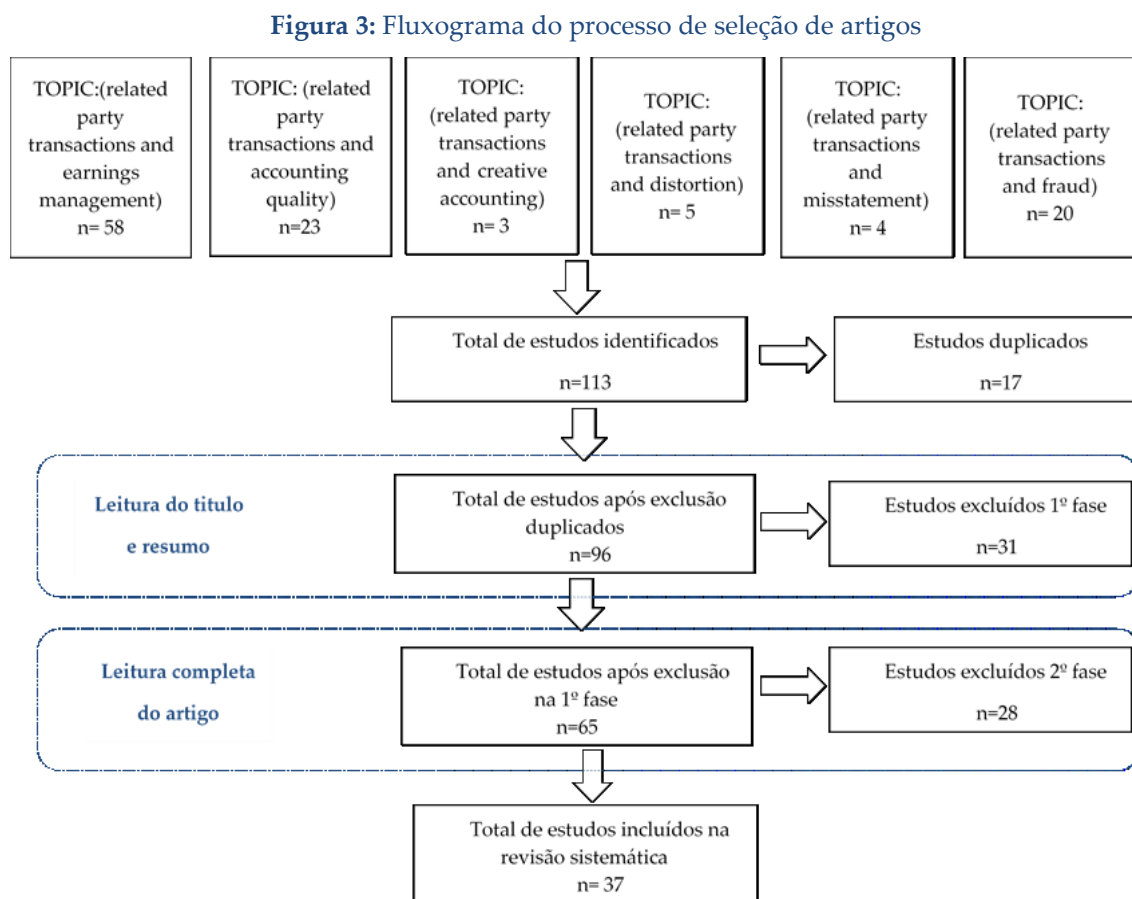
3. Resultados

3.1 Descrição dos Resultados

3.1.1 Resultados da pesquisa

A pesquisa na *Web of Science*, com a utilização das palavras-chave e as cadeias de pesquisa descritas no Capítulo 2 (Metodologia) e enumeradas na tabela 1, permitiu alcançar um total de 113 referências.

A figura 3 representa o fluxograma do processo de seleção dos estudos, onde se observa a ocorrência de exclusões em 3 momentos distintos.



A aplicação de diferentes cadeias de pesquisa leva a que certos artigos sejam identificados mais de que uma vez. Assim, após a exclusão dos artigos em duplicado, num total de dezassete, restaram um total de noventa e seis referências.

Posteriormente, segue-se a que se denominou 1ª fase de exclusão de artigos, na qual foram retiradas as investigações que, através da leitura do título e do resumo, se encontram fora do âmbito da investigação, num total de trinta e um artigos. Neste grupo incluem-se os seguintes tipos de estudos: (i) artigos em que as transações entre partes relacionadas não são o foco de estudo e não se enquadram no âmbito desta investigação; (ii) artigos que abordavam partes relacionadas, mas cujo a área de estudo era a regulação fiscal (no que toca por exemplo aos dividendos distribuídos e aos preços de transferência) ou os benefícios dessas relações para o desempenho económico da sociedade (do ponto de vista de sinergias entre as partes ou custos de transação); (iii) artigos em que não foi possível ter acesso ao texto completo, sendo que este grupo é constituído por publicações em conferências; e (iv) artigos não redigidos em inglês.

Numa segunda fase foi realizada uma seleção mais exaustiva dos artigos, através da leitura integral do artigo. Nesta fase foram excluídos vinte e oito artigos. Na tabela 4 é possível observar a razão de exclusão de cada um destes artigos.

As razões de exclusão mais prevalentes prendem-se com o facto de, embora o estudo se focar nas TPR's, tem como objetivo avaliar sobretudo o impacto e o papel do governo das sociedades, auditoria interna e externa no montante de TPR e o efeito da existência de TPR no valor e desempenho da empresa. Portanto não respondem à questão de investigação.

Face ao exposto, a RSL conta com uma amostra final constituída por trinta e sete artigos que serão sujeitos a uma literatura exaustiva, e que se encontram enumerados na tabela 5, que se apresenta em baixo, após a tabela 4.

Tabela 4: Razões para a exclusão de 28 estudos (fase 2 da etapa 2)

Nº	Título	Autor	Jornal	Ano	Razão Exclusão
1	Barter in the Russian economy: Classifications and implications (Evidence from case study analyses)	Yakovlev, A	Post-Communist Economies	2000	Estudo investiga as consequências do fenómeno <i>Barter</i> (negociações de trocas diretas de bens, sem que haja um pagamento total ou parcial em dinheiro) na economia, bem como o papel que desempenha na motivação para fraude e distorção da informação financeira. Demonstra como se tornou um negócio lucrativo para diversos agentes económicos através de prática de "preços" abusivos nomeadamente intermediários financeiros afiliados e altos executivos das maiores empresas privadas e agências governamentais. Não responde à QI.
2	Tread lightly through these accounting minefields	Sherman, HD; Young, SD	Harvard Business Review	2001	Artigo faz uma breve reflexão das práticas mais comuns dos gerentes para praticarem fraude contabilística com o objetivo de inflacionar os resultados, sendo elas: mensuração e reconhecimento da receita, provisões de gastos futuros incertos, avaliação de ativos, instrumentos derivados, transações com partes relacionadas e manipulação dos indicadores de desempenho em relação a períodos anteriores. É um estudo de reflexão e opinião sem evidências empíricas.
3	Private vs state ownership and earnings management: Evidence from Chinese listed companies	Ding, Yuan; Zhang, Hua; Zhang, Junxi	Corporate Governance-International Review	2007	Papel das características da estrutura proprietária no nível da manipulação de resultados. Não responde à QI.
4	Empirical analysis on related transaction earnings management of listed companies	Wang Huai-Dong	Industry Cluster And Meta-Studies	2008	Estudo não apresenta uma descrição clara da metodologia usada, descrição da amostra e variáveis usadas.
5	An empirical study of voluntary transfer pricing disclosures in China	Lo, Agnes W. Y.; Wong, Raymond M. K.	Journal of Accounting And Public Policy	2011	Estuda fatores que influenciam as decisões da gestão de divulgação voluntária dos preços de transferência. Não responde à QI.
6	Related-party transactions and corporate governance: The evidence from the Taiwan stock market	Yeh, Yin-Hua; Shu, Pei-Gi; Su, Yu-Hui	Pacific-Basin Finance Journal	2012	Investiga como as características da governação corporativa afetam o nível de TPR's. Não responde à QI.
7	Expropriation of Minority Investors in Chinese Listed Firms: The Role of Internal and External Corporate Governance Mechanisms	Huyghebaert, Nancy; Wang, Lihong	Corporate Governance-International Review	2012	Investiga como a estrutura de propriedade, características da direção e fiscalização governamental e o desenvolvimento do mercado de ações afetam a expropriação dos acionistas minoritários pelos acionistas majoritários, usando como variáveis o montante de vendas de bens a partes relacionadas, compras relacionadas e <i>labor redundancy</i> . Assim estudo apenas analisa o impacto no montante de TPR e não a sua relação com o risco de distorção das demonstrações financeiras. Não responde à QI.
8	Impact of the Share Structure Reform on the Role of Operating Related Party Transactions in China	Zhu, Yanjian; Zhu, Xiaoneng	Emerging Markets Finance And Trade	2012	Investiga a relação entre TPR's, governo das sociedades e valor da empresa no período antes e após a reforma da estrutura acionista ocorrida nas empresas do setor público (SOEs) chinesas. Não responde à QI.
9	Corporate Transparency and the Impact of Investor Sentiment on Stock Prices	Firth, Michael; Wang, Kailong (Philip); Wong, Sonia M. L.	Management Science	2015	Investiga como a transparência governativa (medida através de controlo do estado, existência de TPR, opiniões e qualidade de auditoria) mitiga o efeito dos sentimentos dos investidores sobre o preço das ações. Não responde à QI.

Nº	Título	Autor	Jornal	Ano	Razão Exclusão
10	Does Auditor Reputation "Discourage" Related-Party Transactions? The French Case	Bennouri, Moez; Nekhili, Mehdi; Tournon, Philippe	Auditing-A Journal Of Practice & Theory	2015	Investiga como a escolha do auditor influencia o montante de TPR's. Estudo apenas analisa o montante de TPR's e não a sua relação com distorção. Não responde à QI.
11	Are Related-Party Sales Value-Adding or Value-Destroying? Evidence from China	Wong, RMK; Kim, JB; Lo, AWY	Journal of International Financial Management & Accounting	2015	Investigam o efeito das TPR's no valor da empresa (mensurado através do Q de Tobin). Como o montante de TPR's é afetado pela estrutura societária. Não responde à QI.
12	Disclosure on Related Party Transactions: Evidence from Italian Listed Companies	Bava, Fabrizio; di Trana, Melchiorre Gromis	Accounting Economics and Law-A Convivium	2016	Estudo analisa a eficiência das alterações das normas no que toca à divulgação das TPR's. Não responde à QI.
13	Silence is golden? Evidence from disclosing related-party transactions in China	Lo, Agnes W. Y.; Wong, Raymond M. K.	Journal Of Accounting And Public Policy	2016	Estudo analisa como a alteração das normas de divulgação ao nível da obrigatoriedade da divulgação dos preços de transferência na China teve um impacto significativo na relevância da informação financeira para os investidores. Não responde à QI.
14	Tax Avoidance and Tunneling: Empirical Analysis from an Agency Perspective	Chan, KH; Mo, PLL; Tang, TY	Journal Of International Accounting Research	2016	Investiga a relação entre evasão fiscal e <i>tunneling</i> através de créditos a partes relacionadas anormais. Estudo demonstra que os fundos arrecadados com a evasão fiscal são usados para práticas de <i>tunneling</i> através da concessão de créditos a partes relacionadas em vez de serem investidos e no final distribuídos aos sócios. Além disso analisa a relação entre valor da empresa, evasão fiscal e <i>tunneling</i> . Não responde à QI.
15	Auditor Choice and Its Implications for Group-Affiliated Firms	Fang, Junxiong; Pittman, Jeffrey; Zhang, Yinqi; Zhao, Yuping	Contemporary Accounting Research	2017	Estuda a escolha do auditor pelas empresas dentro de grupos empresariais, e o papel que um auditor <i>top 10</i> tem na qualidade e transparência da informação financeira. Não responde à QI.
16	The effect of audit committee characteristics on compliance with IFRS for related party disclosures Evidence from South Africa	Sellami, Yosra Mnif; Fendri, Hela Borgi	Managerial Auditing Journal	2017	Papel do comissão de auditoria na divulgação de TPR's. Não responde à QI.
17	Agency problems in firms with an even number of directors: Evidence from China	He, Wen; Luo, Jin-hui	Journal Of Banking & Finance	2018	Estuda o papel da direção nos problemas de agência (nomeadamente TPR's). Não responde à QI.
18	Parent-Subsidiary Investment Layers and Audit Fees	Gul, Ferdinand A.; Hsu, Audrey Wenh-sin; Liu, Sophia Hsin-Tsai	Journal of Accounting Auditing And Finance	2018	Investiga se o número de "camadas" na estrutura piramidal entre a empresa-mãe e a filha, dentro de um grupo de consolidação, está associada aos honorários de auditoria. Não responde à QI.
19	The impact of pyramid ownership on earnings management	Mindzak, Justin; Zeng, Tao	Asian Review Of Accounting	2018	Impacto da estrutura proprietária na manipulação de resultados. Não responde à QI.
20	Earnings management by controlling shareholders who plan for stock gifts: Korean evidence	Lee, Su Jeong; Park, Sung Ook; Jung, Woon-Oh	Asia-Pacific Journal Of Accounting & Economics	2018	Estudo analisa se os proprietários de empresas Coreana manipulam os resultados antes da transferência das suas participações para os seus descendentes (filhos), de forma a minimizar os custos com impostos. Não responde à QI.

Nº	Título	Autor	Jornal	Ano	Razão Exclusão
21	The effect of ownership-control disparity on the Chinese firm's real activity earnings management	Kim, Sang Ho; An, Yohan	Pacific Accounting Review	2018	Investiga os efeitos da diferença entre direitos de controlo e direitos de caixa nas práticas de manipulação de resultados (quer por <i>accruals</i> quer por atividades reais) das empresas chinesas. Não responde à QI.
22	The market discount of property developers' shares and accounting policies	Lau, Chee Kwong; Wong, Li	Journal Of Property Investment & Finance	2019	Consequências ao nível do valor da empresa, de decisões contabilísticas como TPR's. Não responde à QI.
23	Hello, is anybody there? Corporate accessibility for outside shareholders as a signal of agency problems	Firth, Michael; Lin, Chen; Wong, Sonia Man-lai; Zhao, Xiaofeng	Review Of Accounting Studies	2019	Investiga o nível de acessibilidade da empresa como um fator de previsão dos problemas de agência. Não responde à QI.
24	Relationship-Based Resource Allocations: Evidence from the Use of "Guanxi" during SEOs	Brockman, Paul; Firth, Michael; He, Xianjie; Mao, Xinyang; Rui, Oliver	Journal Of Financial And Quantitativ e Analysis	2019	Examina o papel das relações baseadas em <i>guanxi</i> (tipo especial de relações sociais baseada em interesses e benefícios mútuos, em que as relações entre parceiros acontecem por meio de obrigações recíprocas e troca de favores) numa oferta pública de ações no mercado de capital chines. Não responde à QI.
25	Corporate governance and detrimental related party transactions: Evidence from Malaysia	Fooladi, Masood; Farhadi, Maryam	Asian Review Of Accounting	2019	Investiga o papel moderador das características do governo das sociedades na relação entre TPR's e valor da empresa, categorizando as TPR's em 2 grupos: as benéficas (que aumentam o valor da empresa) e as prejudiciais. Não responde à QI.
26	Family entrenchment and internal control: evidence from S&P 1500 firms	Chen, Xia; Feng, Mei; Li, Chan	Review Of Accounting Studies	2020	Estuda como os proprietários de empresas familiares exploram a fraqueza do controlo interno para atividades de <i>entrenchment</i> (atividades que extraem benefícios para os proprietários familiares à custa da empresa e acionistas minoritários) e como a implementação da lei Sarbanes Oxley Act 404 que obriga a uma divulgação por parte da gestão da avaliação do controlo interno influenciou estas atividades de <i>entrenchment</i> (medido pela ocorrência de erros, fraude e TPR's). Não relaciona TPR's com o risco de distorção, mas usa as TPR's como varável para medir as atividades de <i>entrenchment</i> . Não responde à QI.
27	Related-party transactions and corporate performance following the adoption of International Financial Reporting Standards in Taiwan	Wang, Wei-Kang; Lu, Wen-Min; Kweh, Qian Long; Siao, Wun-Ya	Managerial And Decision Economics	2020	Estuda a relação entre a existência de TPR's e a performance das empresas, ou seja se o montante de TPR afeta o desempenho financeiro da empresa e se esse desempenho alterou após a adoção das IFRS. Não responde à QI.
28	Saving or tunnelling: value effects of tax avoidance in Chinese listed local government-controlled firms	Qu, Wenzhou; Kang, Shaoqing; Wang, Lihong	Accounting And Finance	2020	Investiga o efeito da evasão fiscal no valor das empresas controladas pelo governo. Além disso investiga como os fundos extras originadas pela poupança fiscal são utilizados, se para poupança e assim devolvido aos investidores, ou então para práticas de tunneling pelos acionistas maioritários, à custo dos minoritários. Não responde à QI.

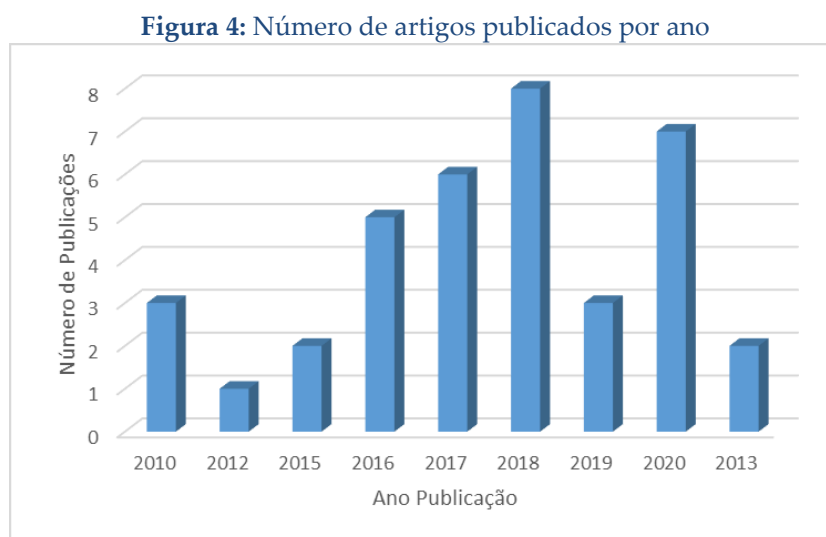
Tabela 5: Lista final de artigos selecionados

Nº	Título	Autor	Jornal	Ano
1	Propping through related party transactions	Jian, Ming; Wong, T. J.	Review Of Accounting Studies	2010
2	Tunneling as an incentive for earnings management during the IPO process in China	Aharony, Joseph; Wang, Jiwei; Yuan, Hongqi	Journal Of Accounting And Public Policy	2010
3	Can corporate governance deter management from manipulating earnings? Evidence from related-party sales transactions in China	Lo, Agnes W. Y.; Wong, Raymond M. K.; Firth, Michael	Journal Of Corporate Finance	2010
4	Accounting Regulation and Management Discretion-A Case Note	Batiz-Lazo, Bernardo; Billings, Mark	Abacus-A Journal Of Accounting Finance And Business Studies	2012
5	Effect of disclosure regulation on earnings management through related-party transactions: Evidence from Taiwanese firms operating in China	Hwang, Nen-Chen Richard; Chiou, Jeng-Ren; Wang, Ying-Chieh	Journal Of Accounting And Public Policy	2013
6	The Effect of the IFRS on Intercompany Transactions. The Case of the Greek Food-Beverage Sector	Athanasios, Vazakides; Antonios, Stauroopoulos; Ioannis, Samaras; Stergios, Athianos	6Th International Conference On Information And Communication Technologies In Agriculture, Food And Environment (Haicta 2013)	2013
7	Related-Party Transactions and Audit Fees: Evidence from China	Habib, Ahsan; Jiang, Haiyan; Zhou, Donghua	Journal Of International Accounting Research	2015
8	Related Party Transactions, Audit Committees and Real Earnings Management: The Moderating Impact of Family Ownership	Haji-Abdullah, Noor Marini; Wan-Hussin, Wan Nordin	Advanced Science Letters	2015
9	Related party transactions and accounting quality in Greece	El-Helaly, Moataz	International Journal Of Accounting And Information Management	2016
10	Related-party transactions and financial statement comparability: evidence from South Korea	Lee, Myung-Gun; Kang, Minjung; Lee, Ho-Young; Park, Jong Chool	Asia-Pacific Journal Of Accounting & Economics	2016
11	Related Party Transactions and Earnings Management	Maigoshi, Zaharaddeen Salisu; Latif, Rohaida Abdul; Kamardin, Hasnah	Issc 2016 International Conference On Soft Science	2016
12	Disclosure Of Related Party Transactions And Information Regarding Transfer Pricing By The Companies Listed On Bucharest Stock Exchange	Feleaga, Liliana; Neacsu, Ioana	Proceedings Of The 11Th International Conference Accounting And Management Information Systems (Amis 2016)	2016
13	Study on Earnings Management Behavior of *ST Companies --- Takes *ST SKGF as an Example	Sun, Jihui; Liang, Xiufei	Proceedings Of The 2016 International Conference On Education, Management And Computer Science (Icemic 2016)	2016
14	Are Related Party Transactions Red Flags?	Kohlbeck, Mark; Mayhew, Brian W.	Contemporary Accounting Research	2017
15	Political Connections and Related Party Transactions: Evidence from Indonesia	Habib, Ahsan; Muhammadi, Abdul Haris; Jiang, Haiyan	International Journal Of Accounting	2017
16	Related party transactions disclosure in the emerging market of the United Arab Emirates	ElKelish, Walaa Wahid	Accounting Research Journal	2017
17	The Association between Related Party Transactions and Real Earnings Management: Internal Governance Mechanism as Moderating Variables	Limanto, Genius Khober; Herusetya, Antonius	The 17Th Annual Conference Of The Asian Academic Accounting Association (2016 Foura Conference)	2017
18	The Change Of Consolidation Rules And Its Impact On Earnings Management	Yang, Yan-Jie; Li, Chi-Hua; Lin, Ruey-Ching; Wang, Hong-Da	Proceedings Of The 6Th Business & Management Conference	2017
19	Value Relevance, Earnings Management, and Related Party Transactions	Nasution, Doli Martua; Mita, Aria Farah	Proceedings Of The 6Th International Accounting Conference (Iac 2017)	2017
20	Auditing Related Party Transactions: Evidence from Audit Opinions and Restatements	Fang, Junxiong; Lobo, Gerald J.; Zhang, Yinqi; Zhao, Yuping	Auditing-A Journal Of Practice & Theory	2018

Nº	Título	Autor	Jornal	Ano
21	Related party transactions and audit fees: the role of the internal audit function	Al-Dhamari, Redhwan Ahmed; Al-Gamrh, Bakr; Ismail, Ku Nor Izah Ku; Ismail, Samihah Saad Haji	Journal Of Management & Governance	2018
22	The impact of related party transactions on earnings management: some insights from the Italian context	Marchini, Pier Luigi; Mazza, Tatiana; Mediolio, Alice	Journal Of Management & Governance	2018
23	Related party transactions and finance company failure: New Zealand evidence	Bhuiyan, Md. Borhan Uddin; Roudaki, Jamal	Pacific Accounting Review	2018
24	Related-party transactions: a review of the regulation, governance and auditing literature	El-Helaly, Moataz	Managerial Auditing Journal	2018
25	Related party transactions, corporate governance and earnings management	Marchini, Pier Luigi; Mazza, Tatiana; Mediolio, Alice	Corporate Governance-The International Journal Of Business In Society	2018
26	The impact of information complexity on audit failures from corporate fraud: Individual auditor level analysis	Hung, Yu-Shun; Cheng, Yu-Chen	Asia Pacific Management Review	2018
27	Case Analysis Of Shenxianyuan Financial Fraud Based On The Gone-Theory	Ye Song-qin; Hu Si-tong; Sun Lei	Proceedings Of The 2018 2Nd International Conference On Economic Development And Education Management (Icedem 2018)	2018
28	An assessment of the relationship between channel stuffing and related party transactions: evidence from China's listed companies	Chen, Yenpao; Chen, Chien-Hsun; Wu, Yu-Ting	International Journal Of Disclosure And Governance	2019
29	Related party transactions disclosure and procedures: a critical analysis in business groups	Marchini, Pier Luigi; Andrei, Paolo; Mediolio, Alice	Corporate Governance-The International Journal Of Business In Society	2019
30	Testing Compliance With IAS 24 For Related Parties Listed On Bucharest Stock Exchange	Capatina-Verdes, Neli	European Union Financial Regulation And Administrative Area (Eufire 2019)	2019
31	Do related party transactions affect earnings quality? Evidence from East Asia	Rahmat, Mohd Mohid; Muniandy, Balachandran; Ahmed, Kamran	International Journal Of Accounting And Information Management	2020
32	Corporate governance factors as predictors of earnings management	Wasan, Pratibha; Mulchandani, Kalyani	Journal Of General Management	2020
33	Related party transactions and earnings management in Jordan: the role of ownership structure	Alhadab, Mohammad; Abdullatif, Modar; Mansour, Israa	Journal Of Financial Reporting And Accounting	2020
34	Related Party Transactions, Value Relevance and Informativeness of Earnings: Evidence from Four Economies in East Asia	Rahmat, Mohd Mohid; Ahmed, Kamran; Lobo, Gerald J.	Review Of Pacific Basin Financial Markets And Policies	2020
35	The regulation change in consolidation rules and the incentives for earnings management activities via related party transactions	Lin, Ruey-Ching; Li, Chihua; Wang, Hong-Da; Yang, Yan-Jie	Asia-Pacific Journal Of Accounting & Economics	2020
36	Women on audit committees and the relationship between related party transactions and earnings management	Jalan, Akanksha; Badrinath, S. G.; Al-Gamrh, Bakr	Strategic Change-Briefings In Entrepreneurial Finance	2020
37	The impact of disclosure level and client incentive on auditors' judgments of related party transactions	Yang, Ling; Ruan, Lijun; Tang, Fengchun	International Journal Of Accounting And Information Management	2020

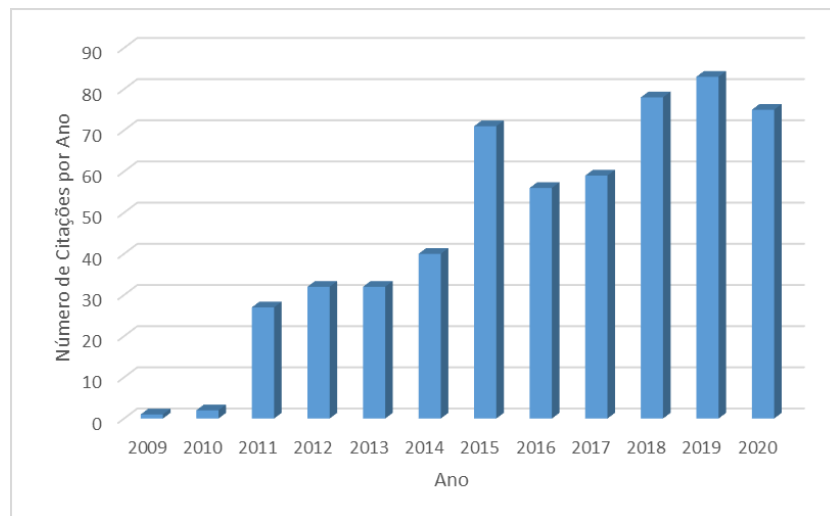
3.2 Análise da bibliografia

Nesta secção são apresentados dados estatísticos sobre os artigos incluídos na revisão final, nomeadamente o número de publicações por ano, citações e revistas onde foram publicados os estudos.



Na figura 4 é possível observar o número de artigos publicados por ano. Através deste gráfico verifica-se que foi sobretudo a partir do ano de 2009 que os autores começaram a investigar o fenómeno em estudo, uma vez que antes desta data não foram encontrados muitos estudos relevantes para a questão de investigação. Além disso, observa-se um exponencial aumento quanto à publicação dos artigos, a partir do ano de 2016, o que realça o interesse na área nos últimos anos.

Figura 5: Número de citações registadas por ano



Na figura 5, é possível verificar o número de citações dos artigos que compõem a amostra, por ano. Conclui-se que as citações seguem o mesmo percurso que os anos de publicação, uma vez que, o número de citações por ano também tem aumentado de forma crescente ao longo da última década.

Na tabela 6, que ilustra o número de citações por artigo, observa-se que os estudo mais citados foi Jian & Wong (2010) com 251 citações. Em segundo e terceiro lugar encontram-se o artigo Aharony et al.(2010) e Lo et al. (2010) com 105 e 98 citações respetivamente.

Também é possível observar que existem artigos ainda sem nenhuma citação, o que se pode justificar pelo facto de a maioria ainda serem artigos muito recentes, com cerca de um ano.

Tabela 6: Número de citações por artigo

Título	Autor	Jornal	Ano	Total de Citações
Propping through related party transactions	Jian, Ming; Wong, T. J.	Review Of Accounting Studies	2010	251
Tunneling as an incentive for earnings management during the IPO process in China	Aharony, Joseph; Wang, Jiwei; Yuan, Hongqi	Journal Of Accounting And Public Policy	2010	105
Can corporate governance deter management from manipulating earnings? Evidence from related-party sales transactions in China	Lo, Agnes W. Y.; Wong, Raymond M. K.; Firth, Michael	Journal Of Corporate Finance	2010	98
Are Related Party Transactions Red Flags?	Kohlbeck, Mark; Mayhew, Brian W.	Contemporary Accounting Research	2017	16
Related-Party Transactions and Audit Fees: Evidence from China	Habib, Ahsan; Jiang, Haiyan; Zhou, Donghua	Journal Of International Accounting Research	2015	15
Political Connections and Related Party Transactions: Evidence from Indonesia	Habib, Ahsan; Muhammadi, Abdul Haris; Jiang, Haiyan	International Journal Of Accounting	2017	8
Effect of disclosure regulation on earnings management through related-party transactions: Evidence from Taiwanese firms operating in China	Hwang, Nen-Chen Richard; Chiou, Jeng-Ren; Wang, Ying-Chieh	Journal Of Accounting And Public Policy	2013	7
Related party transactions and accounting quality in Greece	El-Helaly, Moataz	International Journal Of Accounting And Information Management	2016	7
Related-party transactions and financial statement comparability: evidence from South Korea	Lee, Myung-Gun; Kang, Minjung; Lee, Ho-Young; Park, Jong Chool	Asia-Pacific Journal Of Accounting & Economics	2016	7
Related Party Transactions, Audit Committees and Real Earnings Management: The Moderating Impact of Family Ownership	Haji-Abdullah, Noor Marini; Wan-Hussin, Wan Nordin	Advanced Science Letters	2015	6
Auditing Related Party Transactions: Evidence from Audit Opinions and Restatements	Fang, Junxiong; Lobo, Gerald J.; Zhang, Yinqi; Zhao, Yuping	Auditing-A Journal Of Practice & Theory	2018	5
Related party transactions and audit fees: the role of the internal audit function	Al-Dhamari, Redhwan Ahmed; Al-Gamrh, Bakr; Ismail, Ku Nor Izah Ku; Ismail, Samihah Saad Haji	Journal Of Management & Governance	2018	5
The impact of related party transactions on earnings management: some insights from the Italian context	Marchini, Pier Luigi; Mazza, Tatiana; Medioli, Alice	Journal Of Management & Governance	2018	5
Related party transactions and finance company failure: New Zealand evidence	Bhuiyan, Md. Borhan Uddin; Roudaki, Jamal	Pacific Accounting Review	2018	4
Related-party transactions: a review of the regulation, governance and auditing literature	El-Helaly, Moataz	Managerial Auditing Journal	2018	4
Accounting Regulation and Management Discretion-A Case Note	Batiz-Lazo, Bernardo; Billings, Mark	Abacus-A Journal Of Accounting Finance And Business Studies	2012	3
Related party transactions, corporate governance and earnings management	Marchini, Pier Luigi; Mazza, Tatiana; Medioli, Alice	Corporate Governance-The International Journal Of Business In Society	2018	3
The impact of information complexity on audit failures from corporate fraud: Individual auditor level analysis	Hung, Yu-Shun; Cheng, Yu-Chen	Asia Pacific Management Review	2018	3
Related party transactions disclosure in the emerging market of the United Arab Emirates	ElKelish, Walaa Wahid	Accounting Research Journal	2017	2
The Association between Related Party Transactions and Real Earnings Management: Internal Governance Mechanism as Moderating Variables	Limanto, Genius Khober; Herusetya, Antonius	The 17Th Annual Conference Of The Asian Academic Accounting Association (2016 Foura Conference)	2017	1

Título	Autor	Jornal	Ano	Total de Citações
The Effect of the IFRS on Intercompany Transactions. The Case of the Greek Food-Beverage Sector	Athanasios, Vazakides; Antonios, Staouropoulos; Ioannis, Samaras; Stergios, Athianos	6Th International Conference On Information And Communication Technologies In Agriculture, Food And Environment (Haicta 2013)	2013	0
Related Party Transactions and Earnings Management	Maigoshi, Zaharaddeen Salisu; Latif, Rohaida Abdul; Kamardin, Hasnah	Issc 2016 International Conference On Soft Science	2016	0
Disclosure Of Related Party Transactions And Information Regarding Transfer Pricing By The Companies Listed On Bucharest Stock Exchange	Feleaga, Liliana; Neacsu, Ioana	Proceedings Of The 11Th International Conference Accounting And Management Information Systems (Amis 2016)	2016	0
Study on Earnings Management Behavior of *ST Companies --- Takes *ST SKGF as an Example	Sun, Jihui; Liang, Xiufei	Proceedings Of The 2016 International Conference On Education, Management And Computer Science (Icemc 2016)	2016	0
The Change Of Consolidation Rules And Its Impact On Earnings Management	Yang, Yan-Jie; Li, Chi-Hua; Lin, Ruey-Ching; Wang, Hong-Da	Proceedings Of The 6Th Business & Management Conference	2017	0
Value Relevance, Earnings Management, and Related Party Transactions	Nasution, Doli Martua; Mita, Aria Farah	Proceedings Of The 6Th International Accounting Conference (Iac 2017)	2017	0
Case Analysis Of Shenxianyuan Financial Fraud Based On The Gone-Theory	Ye Song-qin; Hu Si-tong; Sun Lei	Proceedings Of The 2018 2Nd International Conference On Economic Development And Education Management (Icedem 2018)	2018	0
An assessment of the relationship between channel stuffing and related party transactions: evidence from China's listed companies	Chen, Yenpao; Chen, Chien-Hsun; Wu, Yu-Ting	International Journal Of Disclosure And Governance	2019	0
Related party transactions disclosure and procedures: a critical analysis in business groups	Marchini, Pier Luigi; Andrei, Paolo; Medioli, Alice	Corporate Governance-The International Journal Of Business In Society	2019	0
Testing Compliance With IAS 24 For Related Parties Listed On Bucharest Stock Exchange	Capatina-Verdes, Neli	European Union Financial Regulation And Administrative Area (Eufire 2019)	2019	0
Corporate governance factors as predictors of earnings management	Wasan, Pratibha; Mulchandani, Kalyani	Journal Of General Management	2020	0
Related party transactions and earnings management in Jordan: the role of ownership structure	Alhadab, Mohammad; Abdullatif, Modar; Mansour, Israa	Journal Of Financial Reporting And Accounting	2020	0
Related Party Transactions, Value Relevance and Informativeness of Earnings: Evidence from Four Economies in East Asia	Rahmat, Mohd Mohid; Ahmed, Kamran; Lobo, Gerald J.	Review Of Pacific Basin Financial Markets And Policies	2020	0
The regulation change in consolidation rules and the incentives for earnings management activities via related party transactions	Lin, Ruey-Ching; Li, Chihua; Wang, Hong-Da; Yang, Yan-Jie	Asia-Pacific Journal Of Accounting & Economics	2020	0
Women on audit committees and the relationship between related party transactions and earnings management	Jalan, Akanksha; Badrinath, S. G.; Al-Gamrh, Bakr	Strategic Change-Briefings In Entrepreneurial Finance	2020	0
The impact of disclosure level and client incentive on auditors' judgments of related party transactions	Yang, Ling; Ruan, Lijun; Tang, Fengchun	International Journal Of Accounting And Information Management	2020	0

Na tabela 7 é possível observar as revistas com maior número de artigos publicados da presente pesquisa e o seu respectivo indicador de ranking, sendo que apenas são apresentadas as revistas com mais de um artigo publicado. O indicador de ranking utilizado para medir a qualidade e a reputação da revista foi o SJR (SCImago Journal Rank) retirado da base *SCImago Journal & Country Rank* que é um portal que define o ranking das revistas e países de acordo com a informação disponibilizada pela *Scopus*.

Portanto na tabela 7 é possível observar que o jornal britânico “International Journal Of Accounting And Information Management” é o que apresenta um maior número de artigo publicados, num total de três. O jornal holandês “Journal of Accounting and Public Publicity” com um total de dois artigos publicados é o que apresenta melhor classificação de qualidade e reputação com um SJR em 2019 de 1,125.

Tabela 7: Revistas com maior numero de publicações e respectivo indicador de ranking SJR

fonte: <https://www.scimagojr.com>

Jornal	Área	ISSN	Número de artigos publicados	SJR 2019
International Journal Of Accounting And Information Management	Accounting, Management Information Systems and Management of Technology and Innovation	17589037, 18347649	3	0,494
Journal Of Accounting And Public Policy	Accounting and Sociology and Political Science	02784254	2	1,125
Corporate Governance-The International Journal Of Business In Society (Bingley)	Business, Management and Accounting (miscellaneous)	14720701	2	0,574
Journal Of Management & Governance	Business and International Management	1572963X, 13853457	2	0,555
Asia-Pacific Journal Of Accounting & Economics	Accounting and Economics and Econometrics	21642257, 16081625	2	0,283

Na tabela 8 estão representados os autores com mais artigos publicados da pesquisa. Na figura apenas estão identificados os autores com um mínimo de 2 artigos publicados, sendo que os restantes autores não identificados apenas têm um artigo publicado. Deste modo, é possível observar que Alice Medioli e Pier Luigi Marchini, ambos docentes na Universidade de Parma, Itália, são os autores

com mais artigos publicados da pesquisa, com um total de 3 artigos cada um. Por fim os restantes autores identificados na tabela encontram-se na mesma posição com 2 artigos publicados.

Tabela 8: Autores com mais artigos publicados

Autor	Número de artigos
Marchini, Pier Luigi	3
Medioli, Alice	3
Al-Gamrh, Bakr	2
Lobo, Gerald J.	2
Yang, Yan-Jie	2
El-Helaly, Moataz	2
Ahmed, Kamran	2
Mazza, Tatiana	2
Rahmat, Mohd Mohid	2
Habib, Ahsan	2
Wang, Hong-Da	2
Jiang, Haiyan	2
Lin, Ruey-Ching	2
Li, Chihua	2

Na tabela 9 e 10 é possível observar o número de artigos por tipo de estudo, bem como a distribuição geográfica dos estudos empíricos. Assim, de acordo com estas figuras conclui-se que a maioria dos estudos que compõem a população desta RSL são sobretudo estudos empíricos. Constata-se ainda que, estes estudos empíricos incidem sobretudo nas economias da Ásia, principalmente China. Salienta-se o facto de ainda existirem poucos estudos sobre a temática desta RSL na Europa, que apenas conta com 6 artigos incidentes sobre as empresas cotadas gregas, italianas e romenas, e apenas um estudo incidente sobre o mercado americano.

Tabela 10: Artigos por tipo de estudo

Tipo de Estudo	Nº Artigos
Estudo empírico	31
Estudo de caso	4
Revisão de Literatura	2
Total Artigos	37

Tabela 9: Distribuição geográfica dos estudos empíricos

País do Estudo Empírico	Nº artigos
China	8
Indonésia	3
Taiwan	3
Roménia	2
Malásia	2
Índia	2
Grécia	2
Leste Asiático	2
Itália	2
Jordânia	1
EUA	1
Emirados Árabes Unidos	1
Nova Zelândia	1
Coreia do Sul	1
Total	31

3.3 Discussão

Nesta secção são apresentadas as principais conclusões dos artigos selecionados durante a RSL, bem como o contributo de cada estudo na resposta à questão de investigação (adiante QI) sobre se a existência de TPR está associada a um maior risco de distorção material do que as transações entre partes não relacionadas. O capítulo encontra-se subdividido em diferentes subcapítulos, para melhor sistematização.

Da análise efetuada constatou-se a existência de múltiplas investigações que relacionam a existência de TPR com a ocorrência de manipulação de resultados, a qual pode ser entendida como *proxy* de ocorrência de distorções nas demonstrações financeiras. A discussão dos resultados encontrados inicia com a apresentação destes estudos.

3.3.1 TPR e manipulação de resultados

No seio da literatura sobre TPR os autores investigam o papel que as TPR's desempenham na manipulação de resultados, bem como a sua relação com as duas principais formas de manipulação identificadas na literatura: manipulação através de acréscimos discricionários e manipulação de transações reais.

Maigoshi et al. (2016) através de uma revisão bibliográfica, investigam como e porquê as TPR's são usadas para manipular resultados. O estudo conclui que as empresas distorcem os resultados através da manipulação de acréscimos discricionários associados a TPR's. O estudo conclui ainda que, as empresas também usam TPR's para manipulação de atividades reais, como a realização de operações a preços e condições diferentes das praticados no mercado, sendo exemplo a venda de produtos e ativos não correntes a subsidiárias a preços acima do mercado, com o objetivo de inflacionar resultados. Também Limanto & Herusetya (2017), na Indonésia, evidenciaram que, elevados montantes de TPR estão relacionados com práticas de distorção de resultados por via de

manipulação de atividades reais. Contudo, concluem que a existência de uma comissão de auditoria é importante na mitigação desta prática.

Estes estudos respondem positivamente à questão de investigação, demonstrando que o risco de distorção associado às TPR's, que são utilizadas no âmbito de práticas de manipulação de resultados, é mais elevado do que o que se verifica quando estas não ocorrem.

Resposta semelhante pode-se retirar do estudo de Bhuiyan & Roudaki (2018), que, ao analisarem os colapsos financeiros de empresas que ocorreram na Nova Zelândia no período de 2006 a 2011, demonstraram que cerca de 50% das empresas falidas divulgaram TPR's e, para além disso, sendo o ponto mais fulcral para esta investigação, os resultados indicam que os diretores destas empresas foram posteriormente condenados por práticas questionáveis de contabilidade e divulgação, sendo o envolvimento em empréstimos com partes relacionadas numa proporção não usual e a falta de divulgações uns dos fatores apontados como determinantes para esses colapsos.

Não obstante, resultados diferentes são evidenciados por Alhadab et al. (2020). Ao investigar a relação entre TPR e manipulação de resultados, quer com base em *accruals*, quer com base em manipulação das atividades reais, nas empresas cotadas na Jordânia, estes autores concluem que as empresas que praticam TPR não são mais prováveis de manipular resultados, quer por via de *accruals* discricionários, quer por via de atividades reais. Assim, este estudo responde negativamente à QI ao indiciar que às TPR não está associado um risco superior de distorção material. Contudo, os autores, pelo facto de tanto as TPR's, como a manipulação de resultados, serem práticas predominantes na Jordânia, deixam em aberto a hipótese de a existência de uma relação negativa entre TPR e *accruals* e manipulação de atividades reais indiciar que as TPR's podem ser usadas como substitutas dessas práticas para a manipulação de resultados. Face a este facto, podemos concluir que o estudo não responde positivamente à questão de

investigação por não indiciar que a ocorrência de TPR's leva a maior risco de distorção material. Mas, o mesmo estudo assume que há sempre manipulação, seja através de partes relacionadas, seja por outra via. Ou seja, mesmo que as TPR's sejam usadas como práticas substitutas para manipular resultados, não significa necessariamente que o risco de distorção material aumente, o que vai acontecer é que a fonte do risco é diferente. Assim, o risco de distorção material está sempre presente pois haverá manipulação de resultados, quer haja TPR ou não, diferindo a técnica usada para manipular os resultados e o tipo de procedimentos de auditoria a realizar face à fonte originária do risco de distorção. Trata-se, como referido, de um caso muito particular de uma economia com características próprias devidamente condicionadas pelos autores.

Chen et al. (2019) debruçam-se sobre uma prática específica de manipulação de resultados – o *channel stuffing*, prática identificada principalmente em grandes distribuidores de bens de grande consumo, que motiva a antecipação de vendas que presumivelmente ocorreriam no futuro – e relaciona esta prática com o uso de TPR's. No seu estudo os autores demonstram uma relação negativa entre o montante de TPR's e *channel stuffing* nas empresas cotadas chinesas, sendo que, quanto maior é o montante das TPR's divulgadas, menor é a prática de *channel stuffing*, concluindo assim que as TPR's são vistas como uma substituição para a prática de *channel stuffing*.

Assim, a existência de TPR's não aumenta necessariamente o risco de distorção uma vez que, o risco associado ao *channel stuffing* está sempre lá, existindo ou não TPR. Daí que, também este estudo não contribui para uma resposta positiva à questão de investigação.

Concentrando-se no mercado italiano, Marchini et al. (2018b) descobriram que certos tipos de TPR, principalmente vendas, estão associadas à manipulação de resultados, medida através da probabilidade da empresa divulgar um pequeno aumento nos resultados. Estes autores evidenciam que as transações com as

empresas-mãe estão associadas a uma menor tendência de manipulação de resultados, enquanto que as transações com empreendimentos conjuntos e associadas aumentam a probabilidade do uso de TPR's para manipulação de resultados.

Estes estudo responde positivamente à questão de investigação, na medida em que demonstram que as transações de vendas com partes relacionadas e transações com subsidiárias e outras associadas, são mais prováveis de serem usadas para manipulação de resultados. Desta forma, conclui-se que o risco de distorção material associado a este tipo de transações é maior do que nos restantes tipos de TPR's. Por conseguinte, a análise ao risco de distorção material associado às TPR's não deve ser generalizada, mas sim deve ser efetuada atendendo à natureza de cada transação.

Também no contexto europeu, na Grécia, El-Helaly (2016) não encontrou nenhuma evidência de que as empresas que divulgam TPR são mais prováveis de praticar manipulação de resultados (medido através de *accruals* discricionários) do que as que não praticam TPR, como também não encontrou evidências de que a existência de TPR estava relacionada com uma menor qualidade dos resultados contabilísticos nas empresas cotadas no mercado de valores de Atenas. As conclusões deste estudo parecem distanciar-se das conclusões encontradas por alguns dos estudos anteriores. Uma das razões é que estamos perante um país europeu, que se caracterizam por economias mais desenvolvidas, uma maior normalização das TPR e maior preocupação com transparência e proteção do investidor face por exemplo às economias asiáticas. Além destes fatores que ajudam a explicar as diferenças regionais, os resultados de El-Helaly (2016) também precisam de ser analisado com algum cuidado, pois o autor mediu a probabilidade de manipulação de resultados através de *accruals* discricionários e alisamento de resultados, deixando inexplorado a possibilidade

de as empresas gregas praticarem TPR para manipulação de resultados através de atividades reais.

Para melhor sistematização e análise, a tabela seguinte apresenta as conclusões chegadas neste ponto.

Tabela 11: Resposta à QI dos estudos sobre a relação entre TPR e manipulação dos resultados

Artigo (autor, ano)	Resposta à QI	Conclusões	Notas
(Maigoshi et al., 2016)	Positiva	Relação positiva entre TPR e <i>accruals</i> discricionários e manipulação de atividades reais.	
(Limanto & Herusetya, 2017)	Positiva	Relação positiva entre TPR e manipulação de atividades reais.	A existência de uma comissão de auditoria diminui o risco de distorção material.
(Bhuiyan & Roudaki 2018)	Positiva	Diretores das empresas falidas com TPR's foram condenados por práticas questionáveis de contabilidade e divulgação.	
(Alhadab et al., 2020)	Não positiva	Relação negativa entre TPR e <i>accruals</i> discricionários e manipulação de atividades reais.	Esta relação negativa pode indicar que as TPR sejam substitutas destas práticas para manipular resultados, e sendo assim perante este facto o risco de distorção material (RDM) não é maior que nas transações independentes.
(Chen et al., 2019)	Não positiva	TPR são usadas como substituto de <i>channel stuffing</i> , logo RDM está sempre presente independentemente do tipo de transação, relacionada ou não.	
(Marchini et al., 2018b)	Positiva	Relação positiva entre TPR e manipulação de resultados	Risco de distorção superior para vendas e transações com subsidiárias e associadas.
(El-Helaly, 2016)	Não positiva	O risco associado às TPR's não é superior do que as transações independentes.	Empresas com TPR não são mais prováveis de praticar manipulação de resultados (através de acréscimos e alisamento resultados), nem a uma menor qualidade dos resultados, do que as que não praticam TPR.

3.3.2 TPR e problemas de agência

Focados nos problemas de agência inerentes às TPR's, vários estudos investigaram o modo como os acionistas controladores ou a gestão usam as TPR's para apropriar riqueza dos acionistas minoritários via técnicas de *tunneling* ou melhorar o desempenho através de práticas de *propping*.

Na sequência da análise das práticas de *propping*, Jian e Wong (2010) investigaram o uso das TPR's como uma ferramenta de inflação dos resultados no mercado acionista chinês no período de 1998 a 2002. Os autores identificaram que na presença de incentivos para aumentar os resultados, quer na emissão de ações, quer como forma de evitar divulgação de prejuízos com o intuito de manter a posição no mercado bolsista, as empresas reportam vendas de bens e serviços não usuais a partes relacionadas, inflacionando os resultados. Os autores evidenciam ainda que, quando existem incentivos para inflacionar resultados, as empresas preferem usar TPR como um substituto da manipulação por via de *accruals* discricionários. Além disso, o risco associado às vendas relacionadas é significativamente menor nas regiões com instituições económicas mais fortes - países desenvolvidos, com alto nível de regulamentação, baixo desemprego e com excedente orçamental - do que nas regiões com instituições económicas mais fracas.

Aharony et al. (2010) analisaram os processos de oferta pública de ações (OPA) na China durante o período de 1999 a 2001. Este estudo evidencia que as vendas de produtos e serviços consideradas não usuais à empresa-mãe antes de uma OPA podem ser usadas oportunisticamente para manipular resultados, inflacionando os resultados no período pré-OPA e, assim, aumentando o retorno das ações. Esta inflação dos lucros é seguida por prática de *tunneling* no período pós-OPA através do não pagamento pela empresa-mãe dos créditos decorrentes dessas vendas pela empresa participada, expropriando desta forma os acionistas minoritários da relacionada, através do gasto de imparidade na empresa

participada. Estudo demonstra que as vendas a partes relacionadas seguidas de créditos não cobrados são usados oportunisticamente para manipular resultados, quando existem incentivos para tal.

Isto significa que, o risco de distorção material está intrinsecamente ligado há existência de incentivos para a manipulação de resultados. Assim, o facto de existir TPR não aumenta necessariamente este risco, pois elas são usadas como substituição de práticas que já constituiriam risco de distorção. Ao serem usadas como substitutas de algumas dessas práticas de manipulação, desviam o trabalho do auditor para outro tipo de testes. Logo, o risco de distorção vem da circunstância especial da empresa, e não necessariamente da existência de TPR.

Descobertas semelhantes foram apresentadas na Indonésia por Habib et al. (2017), evidenciando que as empresas com ligações políticas usam transações com partes relacionadas, nomeadamente empréstimos a partes relacionadas, para práticas de *tunneling* e tentam ocultar tais atividades através de manipulação dos resultados.

Assim, a existência de motivação para práticas de *tunneling* aumenta o risco de distorção das demonstrações financeiras na medida em que, tal como argumentado e evidenciado empiricamente por Habib et al. (2017), se a gestão ou os acionistas dominantes praticam TPR com o objetivo de se apropriarem e desviarem recursos da empresa, então estes terão mais incentivos para manipular os resultados através de acréscimos discricionários com o objetivo de justificar tais benefícios ou disfarçar tais apropriações

A ideia de que o risco de distorção associado às TPR's depende, em larga medida, da existência de incentivos, é apoiado pelo estudo de caso de Bátiz-lazo & Billings (2012) sobre a instituição financeira Co-operative Permanent Building Society que, para cumprir os rácios mínimos dos reguladores do mercado de investimentos e manter o seu estatuto de agente de investimento, manipulou os resultados, subavaliando o ativo através de uma operação de empréstimo com

uma parte relacionada. Assim, as partes negociaram uma operação de *lease back* de um imóvel com condições diferentes das praticadas no mercado, quer em termos do preço de venda do imóvel, quer em termos do valor do empréstimo concedido pela relacionada, subvalorizando assim o valor do ativo nas demonstrações financeiras de forma a alcançar os rácios. Também Sun & Liang (2016) analisaram o caso de uma empresa cotada Chinesa que, para evitar ser expulsa do mercado de valores de Shenzhen por não cumprir com os rácios, manipulou os resultados através da venda de uma participação numa subsidiária a outra empresa do grupo, bem como através de operações de leasing de instalações fabris e equipamentos com outras empresas do grupo, a um preço que os autores consideraram superior aos praticados no mercado, inflacionando assim os seus resultados.

Outro estudo de caso é o apresentado por Ye et al. (2018) que, documenta que, a empresa Liaoning Shen Xian Yuan Co., Ltd, primeiro caso de fraude do Mercado Nacional de Valores e Cotações chinês (National Equities Exchange and Quotations), através de elevadas quantidades de venda de produtos agrícolas a partes relacionadas, a um preço muito superior ao praticado no mercado, inflacionou os resultados contabilísticos com o objetivo de cumprir os rácios de modo a ser elegível ao financiamento do fundo de desenvolvimento do setor agrícola chinês.

Assim, tal como referido anteriormente, os estudos indiciam que os fatores a ter em consideração quando se refere ao risco de distorção das demonstrações financeiras, mais do que o tipo de TPR's envolvidas, é a motivação que pode existir para possíveis práticas de manipulação de resultados. Os incentivos são sobretudo resultantes do mercado ou da influência dos reguladores. As alturas de emissões de capital são um incentivo para o uso de TPR para inflacionar resultados com vista a atribuir maior valor à empresa, bem como a pressão para manipulação de resultados com vista ao cumprimento de determinados limiares

de desempenho definidos pelos reguladores dos mercados de valores, dos credores, ou de supervisores financeiros ou setoriais. Reforça-se, assim, a ideia de que as TPR's só por si não indiciam um aumento do risco de distorção material quando comparadas com as restantes operações do mercado, mas sim o risco de distorção é que aumenta quando existem incentivos para manipular resultados, e havendo estes incentivos, se a manipulação não ocorrer por via de TPR, haverá uma grande probabilidade de ocorrer através de outras operações.

As conclusões dos estudos referidos neste subcapítulo aparecem caracterizadas na tabela 12, que se apresenta de seguida.

Tabela 12: Resposta à QI dos estudos sobre TPR e problemas de agência

Artigo (autor, ano)	Resposta à QI	Conclusões	Notas
(Jian & Wong, 2010)	Positiva, perante incentivos para manipulação de resultados	Na presença de incentivos, as TPR's são usadas para manipulação de resultados.	Risco é mais elevado em operações de vendas.
(Aharony et al., 2010)	Positiva, perante incentivos para manipulação de resultados	Na presença de incentivos, as TPR's são usadas para manipulação de resultados.	Risco é mais elevado em operações de vendas e créditos.
(Habib et al., 2017)	Positiva, perante incentivos para manipulação de resultados.	TPR aumenta o risco de distorção material pois são usadas como práticas para <i>tunneling</i> e consequentemente como manipulação de resultados para ocultar tais práticas.	Risco é mais elevado em operações de créditos e empréstimos.
(Bátiz-lazo & Billings, 2012)	Positiva, perante incentivos para manipulação de resultados.	Na presença de incentivos, as TPR's são usadas para manipulação de resultados.	
(Sun & Liang, 2016)	Positiva, perante incentivos para manipulação de resultados.	Na presença de incentivos, as TPR's são usadas para manipulação de resultados.	
(Ye et al., 2018)	Positiva, perante incentivos para manipulação de resultados.	Na presença de incentivos, as TPR's são usadas para manipulação de resultados.	

3.3.3 TPR e a percepção do risco pelo auditor

Da análise efetuada, encontra-se um estudo que relaciona diretamente a existência de TPR com o risco para o auditor. Com efeito, Hung & Cheng (2018) analisam fraudes contabilísticas que ocorreram no período de 1992 a 2010 em Taiwan e demonstram que a existência de TPR, principalmente transações baseadas em rédito (venda de produtos, serviços e ativos não correntes) aumentam a probabilidade de sanções a auditores devido à ocorrência de falhas na auditoria e fraudes. Este estudo responde positivamente à QI da presente dissertação, evidenciando que a existência de TPR está associada a um maior risco de distorção material das demonstrações financeiras.

Por outro lado, assumindo-se que a existência de TPR leve a um aumento de risco de distorção material, é de esperar que os honorários dos auditores, à partida positivamente relacionados com o risco de auditoria, aumentem com a prática de TPR.

Nesta RSL identificaram-se estudos que avaliaram o risco de distorção das TPR's usando como variável de medida os honorários de auditoria, tendo em consideração que o auditor ao avaliar a presença de TPR como aumento do risco de distorção material ou fraude, cobrará honorários mais elevados para cobrir potenciais custos legais ou reputacionais. (Habib et al., 2015).

Um destes estudos é protagonizado por Habib et al. (2015) na China que encontram uma relação positiva entre TPR e honorários de auditoria. Este estudo evidencia que os honorários de auditoria são mais elevados quando as empresas praticam TPR's que envolvem empréstimos, garantias e transferências de capital, consistente com a ideia de que estes tipos de transações estão relacionadas com um risco mais elevado de distorção. Os honorários são ainda mais significativos quando estes empréstimos são concedidos da empresa mãe para as subsidiárias.

Este estudo responde à questão de investigação demonstrando que, TPR's baseadas em empréstimos, garantias e transferências de capital estão associadas

a um maior risco de distorção material do que as transações de vendas e compras de produtos.

Porém, o auditor também não menospreza os restantes tipos de TPR. Na Malásia, Al-Dhamari et al. (2018) analisaram a relação entre TPR's e os honorários de auditoria, e concluíram que no geral a existência de TPR não aumenta os honorários de auditoria, contudo os auditores cobram valores mais elevados na presença de TPR's envolvendo compra e venda de produtos e ativos não correntes, sendo ainda mais significativo quando os clientes em questão têm um mau desempenho na auditoria interna.

Contudo, resultados diferentes são apresentados por Kohlbeck & Mayhew (2017) nos EUA, que evidenciam que a presença de TPR em geral está associada a baixos honorários de auditores. Os autores argumentam que estes resultados demonstram por um lado que, os auditores externos não consideram as TPR's como um risco significativo de auditoria, e por outro, que as empresas que se envolvem em TPR focam-se mais no preço do que na qualidade de auditoria, contratando auditores especialistas com menos regularidade. Contudo, encontram uma relação positiva entre *tone* TPR (transações de financiamento e contratos de consultoria com administradores, gestores e acionista maioritário) e honorários dos auditores. Assim, os autores demonstram que os auditores reconhecem um maior risco de distorção em operações desta natureza.

Na China, Yang et al. (2020) desenvolveram um ensaio com auditores, com o propósito de investigar como os níveis de divulgação de TPR e a existência de incentivos para a gestão manipular resultados afetam o julgamento dos auditores sobre a possibilidade de as demonstrações financeiras estarem distorcidas. Este estudo demonstra que os auditores avaliam uma maior probabilidade de as demonstrações financeiras estarem distorcidas quando a empresa divulga pouca informação sobre TPR e a gestão tem incentivos para manipular resultados (como alcançar determinados rácios para evitar ser expulsa do mercado bolsista), e

assim, nestes casos os auditores são mais prováveis a pedir informações adicionais acerca das TPR's e executar trabalho adicional. O estudo permite, por um lado, responder à questão de investigação, na medida em que conclui que quando as empresas apresentam baixos níveis de divulgação de TPR e existem incentivos para manipular resultados, o auditor atribui um maior risco de distorção material. Contudo, por outro lado, o estudo traz à tona uma das deficiências dos auditores, dado que o aumento do nível de divulgação de TPR's faz com que os auditores se tornem menos vigilantes e demonstrem excesso de confiança nas informações fornecidas pela gestão. Os auditores devem manter-se vigilantes e céticos no seu julgamento e opinião profissional independentemente do nível de divulgação de informação por parte da gestão.

A tabela seguinte apresenta a resposta à questão de investigação dos estudos analisados nesta secção.

Tabela 13: Resposta à QI dos estudos sobre TPR e percepção do risco pelo auditor

Artigo (autor, ano)	Resposta à QI	Conclusões	Notas
(Hung & Cheng, 2018)	Positiva	TPR aumenta a probabilidade de falhas de auditoria e fraude.	Risco de distorção superior no caso de transações baseadas em rédito.
(Habib et al., 2015)	Positiva	Relação positiva entre TPR e honorários de auditoria.	Risco de distorção superior em operações de empréstimos, garantias e transferências de capital.
(Al-Dhamari et al., 2018)	Depende do tipo de transação	Risco de distorção apenas é mais elevado em transações relacionadas de compra e venda de produtos e ativos não correntes.	
(Kohlbeck & Mayhew, 2017)	Depende do tipo de transação	Risco de distorção apenas superior em transações relacionadas de empréstimos e serviços de consultoria prestados por gestores ou acionista.	
(Yang et al., 2020)	Depende do nível de divulgação pela gestão e de incentivos.	As TPR's estão associadas a um maior risco de distorção quando a empresa pratica baixos níveis de divulgação e na presença de incentivos para manipular resultados.	

3.3.4 TPR e o nível de divulgação

No processo de revisão sistemática de literatura encontraram-se ainda estudos que investigam a relação entre TPR e o nível de divulgação nas demonstrações financeiras. Uma apropriada divulgação da informação acerca das TPR's, de acordo com as normas contabilísticas e fiscais, contribui para uma maior transparência das transações e qualidade da informação financeira diminuindo o risco de as demonstrações financeiras estarem distorcidas.

Em Itália, o estudo de Marchini et al. (2019) tem como objetivo analisar a veracidade, transparência, utilidade, compreensibilidade e comparabilidade das divulgações das TPR's. Através da análise das divulgações realizadas a julho de 2015 acerca de TPR, realizadas por um conjunto de grupos empresariais italianos, estudo enfatiza que não há no normativo uma exigência da forma para a classificação e apresentação das TPR's e, por isso, a informação divulgada pelas empresas analisadas é de pouca qualidade, carece de uma classificação detalhada e apresentação clara, e conseqüentemente, a informação contabilística não é completa nem transparente, e é inútil na avaliação das TPR's pelos investidores. Além disso, dificulta a comparação da informação quer dentro do perímetro de consolidação quer entre outras empresas.

Vazakides et al. (2013) investigou o efeito da aplicação da norma internacional contabilística IAS 24, que regula a divulgação das TPR's, na qualidade da informação no setor alimentar na Grécia. Estudo demonstra que antes da implementação da IAS 24, a qualidade da informação contabilística das empresas que praticam TPR, nomeadamente vendas de bens e de outros ativos, é menor que a das empresas sem tais transações, o que indicia o uso das TPR's para manipulação de resultados. Em 2005, com a implementação da IAS 24 a qualidade da informação contabilística melhorou, o que demonstra que a sua aplicação mitiga a possibilidade de manipulação de resultados através de TPR's.

Assim, a implementação da IAS 24, que normaliza a divulgação das TPR's, permitiu diminuir o risco de distorção associado a estas transações, o que realça a importância da regulamentação na mitigação do risco de distorção. Estes estudos contribuem para a questão de investigação demonstrando que a IAS 24 melhorou a qualidade da informação contabilística das empresas, que aplicam esta norma ou em países com princípios regulatórios semelhantes, e assim, nestes casos o risco de distorção associado às TPR's é menor. Contudo, nos países com deficiências regulatórias o auditor está exposto a um maior risco de distorção.

Nos Emirados Árabes Unidos (EAU), ElKelish (2017) avaliou a extensão da divulgação das TPR's considerando as normas internacionais de contabilidade durante o período de 2010 a 2012. Estudo demonstra que as empresas cotadas nos EAU apresentam um baixo índice de divulgação de TPR. Contudo, os mecanismos de governo das sociedades como poucos membros na administração, a qualidade de auditoria e a existência de acionistas *blockholders* (acionistas que detêm mais de 5% de participação), desempenham um papel efetivo de monitorização e incrementam a qualidade de divulgação das TPR's.

Nos dois anos seguintes Feleaga & Neacsu (2016) desenvolveram um estudo na Roménia onde avaliaram o nível de divulgação das TPR's e da informação relativa ao preços de transferência. O estudo demonstra que as empresas divulgaram nos relatórios financeiros as informações sobre as TPR's e em matéria de preços de transferência numa escala de médio a grande nível. Os mesmos resultados positivos são apresentados por Verdes (2019), que analisou os relatórios anuais de 2016 das empresas cotadas no mercado de valores da Roménia para avaliar o índice de divulgação das TPR's em conformidade com a IAS 24, bem como o grau de apresentação da informação voluntária. Resultados demonstram que a maioria das empresas da amostra apresentou um índice de divulgação global das TPR's de médio-alto, sendo que, os dados divulgados sobre TPR's apresentam um índice de divulgação mais alto no caso da

informação obrigatória pela IAS 24, em comparação com a informação divulgada voluntariamente.

Os resultados controversos entre estes dois países podem justificar-se pelo facto de o mercado de ações dos EAU ainda ser um mercado em desenvolvimento, caracterizado por uma discricionariedade de aplicação das normas contabilísticas pela gestão e falta de mecanismos regulatórios de fiscalização adequados. Assim, ao analisarmos estes estudos em conjunto podemos concluir que o risco de distorção depende do ambiente regulatório e desenvolvimento do mercado onde as empresas atuam, sendo que, as empresas de mercados mais desenvolvidos, com maior nível de regulação e fiscalização e proteção do investidor, como o caso dos países europeus, tendem a apresentar um maior cumprimento das normas contabilísticas e fiscais e sendo assim o risco de distorção material associado às TPR's é menor.

A tabela 14, em baixo, apresenta as conclusões chegadas ao longo deste subcapítulo.

Tabela 14: Resposta à QI dos estudos sobre a relação entre TPR e o nível de divulgação

Artigo (autor, ano)	Resposta à QI	Conclusões	Notas
(Marchini et al., 2019)	Positiva	As TPR não são corretamente divulgadas, carecendo de transparência e qualidade, logo o risco de distorção é mais elevado.	
(Vazakides et al., 2013)	Depende	Antes da implementação da IAS 24 as TPR não eram divulgadas apropriadamente, o que aumenta o risco de distorção. Com a IAS 24 o risco de distorção diminui.	Risco maior associado à venda de produtos e ativos não correntes.
(Elkelish, 2017)	Positiva	As TPR não são corretamente divulgadas, logo o risco de distorção é mais elevado.	Risco diminui na presença de um bom governo das sociedades (pouco membros na direção, qualidade de auditoria e acionistas <i>blockholders</i>).
(Feleaga & Neacsu, 2016)	Não positiva	Empresas apresentam uma apropriada divulgação das TPR.	
(Verdes, 2019)	Não positiva	Empresas apresentam uma apropriada divulgação das TPR.	

3.3.5 TPR e outras medidas de qualidade da informação

Um outro tipo de estudos identificados que levam a encontrar uma resposta para a QI são os que analisam o efeito da existência das TPR's e outras medidas de qualidade da informação contabilística, para além das já analisadas.

A qualidade da informação contabilística e, em concreto, dos resultados contabilísticos, depende da medida em que estes resultados relatados refletem o real desempenho económico-financeiro da entidade que relata. Assim, toda a informação contabilística de qualidade deve apresentar uma “imagem verdadeira e apropriada”, refletora da posição financeira da empresa, concebida para suportar, e não enviesar as decisões dos utilizadores que a elas recorrem. Quanto maior a qualidade da informação contabilística menor é o risco de distorção associado a esta informação.

Nos EUA, Kohlbeck & Mayhew (2017) encontraram uma correlação positiva entre TPR's e *restatements* futuros que se referem a situações em que os resultados divulgados foram, posteriormente, corrigidos devido a erros ou omissões. Os *restatements* são mais prováveis quando as empresas se envolvem em TPR's, principalmente transações de financiamentos e contratos de consultoria com diretores, gestores e acionistas majoritários, sugerindo assim que a existência deste tipo de TPR é um *red flag* para o aumento do risco de distorção material.

Na China, Fang et al. (2018) demonstraram que o auditor tem mais probabilidade de emitir uma opinião modificada quando a empresa divulga vendas operacionais ou concede empréstimos a partes relacionadas. Tal relação não se verifica nas restantes transações relacionadas como vendas de ativos não correntes, operações de capital e empréstimos obtidos. Além disso, descobriram ainda que as modificações de opinião dos auditores relacionadas com a existência de TPR incrementam a previsão de *restatements* futuros.

Estes dois estudos respondem positivamente à questão de investigação, demonstrando que a existência de TPR, nomeadamente, vendas de bens e

empréstimos, diminui a qualidade da informação financeira, quer pelo aumento de *restatements*, quer de opiniões de auditoria modificadas. Assim, se a qualidade da informação contabilística é baixa, isto é um sinal de alerta para o risco de distorção material associado às TPR. Contudo, estes estudos não encontraram explicitamente evidência de maior risco relativamente às transações de vendas de ativos não correntes, compras operacionais e não operacionais e financiamentos obtidos de partes relacionadas, o que permite concluir que para este tipo de TPR's a resposta à QI é negativa.

Os atributos da qualidade da informação contabilística mais populares são a relevância do valor e a informatividade dos resultados contabilísticos. Estas variáveis são medidas pela capacidade de os resultados contabilísticos possuírem utilidade para os utilizadores na tomada de decisão, ou seja, é o nível em que a informação contabilística é relevante para explicar o preço das empresas no mercado de capitais. Um elevado índice de relevância de valor e informatividade é interpretado como alta qualidade dos resultados.

Rahmat et al. (2020a) investigaram no Leste asiático, o efeito que as TPR's exercem nestes dois atributos: a relevância e informatividade dos resultados contabilísticos. O estudo evidencia que a relevância e informatividade dos resultados contabilísticos é negativamente afetada pela prática de TPR, principalmente com empréstimos entre partes relacionadas e transações simples (serviços de consultoria e legais e garantias a diretores, gestão e acionistas majoritários). Contudo, o efeito negativo das TPR's é atenuado nos países onde a proteção dos acionistas e a regulamentação é mais eficiente, e com mecanismos de governação mais eficazes.

Também Nasution & Mita (2017) respondem negativamente à questão de investigação. Na Indonésia, os autores investigaram a relação entre a relevância do resultado contabilístico e o montante de TPR's. Ao contrário dos estudos mencionados anteriormente, este estudo conclui que as TPR's não usuais não são

um indicador de manipulação e estão positivamente associadas à relevância dos resultados, indo assim ao encontro dos princípios defendidos pela teoria da eficiência. Autores argumentam que os investidores veem as TPR's como operações eficientes para a empresa, justificado pelo facto de quanto maior as empresas mais capacidade têm para praticar volumes não usuais de TPR's e como tal, só por si, a existência de TPR's não usuais não é um indicador de manipulação de resultados. Além disso, as sinergias obtidas através destas operações intergrupo permitem reduzir os custos de produção, e aumentar a rentabilidade do negócio, estando assim, alinhadas com os interesses dos acionistas.

Na Coreia do Sul, Lee et al. (2016) descobriram que empresas que praticam TPR's reduzem a comparabilidade de declarações financeiras, sendo mais acentuado em transações relacionadas anormais, não operacionais (como venda de ativos não correntes e investimento) e não monetárias e em empresas de menor dimensão e com maior endividamento. Posto isto, as empresas que praticam TPR são mais propensas a escolher práticas contabilísticas que tornam a sua informação financeira menos comparável à do mercado para prevenir a deteção governativa de práticas de TPR's ilegais.

A tabela 15 sintetiza os estudos analisados na relação entre TPR e outras medidas de qualidade da informação.

Tabela 15: Resposta à QI dos estudos sobre a relação entre TPR e outras medidas de qualidade da informação

Artigo (autor, ano)	Resposta à QI	Conclusões	Notas
(Kohlbeck & Mayhew, 2017)	Positiva	Relação positiva entre TPR e <i>restatements</i>	Risco de distorção mais elevado para transações de financiamentos e contratos de consultoria com diretores, gestores e acionistas majoritários.
(Fang et al., 2018)	Positiva, mas apenas para venda de bens	Relação positiva entre TPR e opinião auditoria modificada e <i>restatements</i> .	Risco de distorção mais elevados apenas para venda relacionadas de produtos e empréstimos concedidos.
(Rahmat et al., 2020a)	Positiva	Relação negativa entre TPR e qualidade dos resultados.	Risco de distorção mais elevado para transações de empréstimos e contratos de consultoria e garantias a diretores, gestores e acionistas majoritários. Risco diminui nos países com proteção dos acionistas e regulamentação mais eficiente, e com mecanismo de governação mais eficazes.
(Nasution & Mita, 2017)	Não positiva	Relação positiva entre TPR e qualidade dos resultados.	
(Lee et al., 2016)	Positiva	Relação negativa entre TPR e comparabilidade da informação financeira.	Risco mais elevado em TPR não operacionais e não monetárias.

3.3.1 Papel mitigador do governo das sociedades e da regulação

Como referido anteriormente, diversos autores defendem que embora a existência de certos tipos de TPR possa estar relacionado a um aumento do risco de distorção, este risco parece ser mitigado pelo governo das sociedades. Assim, existem diversos autores a analisar o papel do governo das sociedades na relação entre manipulação de resultados e TPR.

Além disso, também existem autores a enfatizar a influência do ambiente regulatório e institucional onde as TPR's ocorrem, na mitigação do risco que possa estar associado a estas transações.

Na China, Lo et al. (2010) investigaram se as características do governo das sociedades têm impacto na manipulação de resultados via manipulação dos preços de transferência em vendas relacionadas. Eles demonstraram que empresas caracterizadas por um bom governo das sociedades, com uma elevada

percentagem de diretores independentes, com o modelo dualista, em que o CEO e presidente são ocupados por pessoas diferentes, e com peritos financeiros na comissão de auditoria, são menos prováveis de distorcer resultados através da manipulação dos preços de transferência.

Em Itália, Marchini et al. (2018a) concluem que vendas a partes relacionadas estão positivamente associadas com manipulação de resultados, medido por acréscimos discricionários. Ao investigar o papel do governo das sociedades nesta relação, o estudo comprova que um bom governo de sociedades (com elevada percentagem de diretores independentes e direção de grande dimensão, em que o CEO e o presidente da direção são pessoas diferentes, e o CEO é independente, reduz a manipulação de resultados através das vendas relacionadas. Em suma, os autores apoiam a teoria da contingência, argumentando que as TPR's não deverão ser consideradas positivas nem negativas, mas sim serem analisadas no contexto da governação da empresa, características institucionais e o nível de regulamentação no país.

Estes estudos são um forte contributo para responder à questão de investigação. Em primeiro lugar, indicam que se as TPR's forem vendas então o risco de distorção é maior do que outros tipos de TPR. Além disso, respondem à questão de investigação da seguinte forma: um bom governo das sociedades, com um modelo de governação dualista, com diretores independentes, com especialistas financeiros na comissão de auditoria, exerce um papel importante na monitorização da manipulação de resultados e diminuem o risco de distorção material em empresas que apresentam TPR.

Centrando-se no mercado indiano, durante o período de 2011 a 2018 Wasan & Mulchandani (2020) avaliaram a qualidade da informação contabilística como resultado-chave das práticas de manipulação de resultados e investigaram o papel do reforço na regulação e dos mecanismos do governo das sociedade como indicadores de qualidade da informação contabilística e manipulação de

resultados. Os autores descobriram que as TPR's são um indicador negativo da previsão da qualidade da informação demonstrando que estas são usadas para manipulação de resultados e *tunneling*. Contudo, este estudo evidencia ainda que, face ao reforço da regulamentação e à melhoria dos mecanismos de governação que ocorreram no país nos últimos anos do estudo (entre 2015 e 2018), o efeito negativo das TPR na qualidade da informação diminuiu, concluindo que estas alterações no ambiente interno das empresas indianas têm sido eficazes no controlo do uso indevido de TPR's.

Também na Índia, o estudo de Jalan et al. (2020) reponde negativamente à QI, demonstrando empiricamente uma relação negativa entre TPR e manipulação de resultados (medido por acréscimos discricionários) nas empresas cotadas indianas entre o período de 2014 e 2015, evidenciando assim uma maior qualidade da informação financeira. A partir deste estudo conclui-se que as TPR's não estão associadas a um maior risco de distorção material.

Embora estes dois estudos se concentrem na mesma economia - a Índia- os resultados parecem ser distintos. As diferenças nas evidências empíricas entre estes dois estudos podem justificar-se, por um lado, pelas variáveis utilizadas para medida da qualidade da informação financeira. Enquanto que Wasan & Mulchandani (2020) mede a qualidade da informação através do alisamento de resultados, Jalan et al. (2020) usa os acréscimos discricionários como medida de manipulação e qualidade dos resultados. Além disso, também o horizonte temporal de análise são diferentes, enquanto que que Wasan & Mulchandani (2020) analisa os dados contabilísticos do período de 2011 a 2018, Jalan et al. (2020) apenas se debruça sobre o período de 2014 e 2015.

Tendo isto em conta e ao analisar com mais detalhe as evidências empíricas de cada um dos estudos, percebe-se que foi a partir de 2015 que o estudo empírico de Wasan & Mulchandani (2020) começou a demonstrar melhorias na qualidade da informação decorrentes do reforço da regulamentação e da melhoria dos

mecanismos de governação que mitigaram o uso indevido de TPR's. Assim nos últimos anos deste estudo as evidências empíricas aproximam-se dos resultados de Jalan et al. (2020). Tendo isto em consideração, o confronto entre estes dois estudos serve para reforçar ainda mais o argumento de que a regulamentação e o governo das sociedades exercem um papel fundamental no uso de TPR's para a prática de manipulação de resultados e subsequentemente na qualidade da informação. Estes estudos respondem à questão de investigação demonstrando que a existência de TPR, só por si, não aumenta o risco de distorção material, mas devem ser analisadas à luz do ambiente regulatório e do ambiente governativo.

Rahmat et al. (2020b) examinam uma amostra de empresas da região do Leste asiático e demonstram que as TPR's, principalmente empréstimos e prestação de serviços de consultoria, são usados oportunisticamente por gestores e acionistas controladores para manipulação de resultados, através de acréscimos discricionários, reduzindo a qualidade dos resultados contabilísticos. Contudo a existência de um efetivo governo das sociedades e proteção do investidor reduz o uso de TPR para distorcer resultados e o impacto negativo destas na qualidade da informação contabilística.

Este estudo responde à questão de investigação positivamente, demonstrando que a existência de TPR's baseadas em empréstimos e prestação de serviços de consultoria, aumentam o risco de distorção material contudo o risco é mitigado na existência de uma eficaz regulação do governo das sociedades como regulação da estrutura da direção, da comissão de auditoria e aprovação das TPR's.

No que toca à influência do ambiente regulatório e institucional na mitigação do risco, os estudos de Hwang et al. (2013); Yang et al. (2017) e Lin et al. (2020), comprovam que só por si a existência de TPR's não aumenta o risco de distorção material, mas o nível de regulamentação exerce um papel preponderante nesta relação. Hwang et al. (2013) investigaram o efeito da implementação da regulamentação de reforço da transparência das TPR's ao

nível da divulgação em Taiwan no ano 2000. Os autores evidenciaram que a manipulação de resultados através de TPR's diminuiu consideravelmente depois deste reforço de regulação. No mesmo país, anos mais tarde, Yang et al. (2017) e Lin et al. (2020), investigaram os efeitos da alteração do normativo em 2005 em Taiwan que alterou o modelo de consolidação baseado em propriedade para consolidação baseado em controlo. Estes estudos demonstram que as empresas que aumentaram substancialmente o seu perímetro de consolidação dadas as novas regras de consolidação apresentavam elevados montantes de TPR's no regime antigo. Tal significa que, no antigo regime as TPR's eram propensas a serem usadas para manipular resultados, dado determinadas subsidiárias serem ocultadas da consolidação. Logo, a consolidação baseada em controlo exerce uma influência positiva na mitigação dos incentivos de manipulação de resultados através de TPR.

El-Helaly (2018), desenvolveu uma revisão de literatura acerca das TPR's nomeadamente o seu papel na manipulação de resultados, na qualidade da informação e no desempenho da empresa. Através do seu estudo teórico o autor conclui que as empresas que divulgam TPR's são mais propensas a envolverem-se em atividades de *tunneling* e manipulação de resultados, bem como estão associadas a uma menor qualidade da informação contabilística. Contudo, conclui que a presença de um forte ambiente regulatório, um eficiente governo das sociedades e auditoria externa moderam significativamente os efeitos negativos que normalmente estão associados às TPR's, e assim na presença destes mecanismos de controlo e monitorização, as TPR's podem ser usadas de modo eficiente reduzindo o seu uso oportunista, com resultados positivos para a empresa, acionistas e para a qualidade da informação. Este estudo responde por um lado positivamente à QI, concluindo que as TPR's estão associadas a práticas de manipulação de resultados e a uma menor qualidade da informação, e perante estes dados o risco de distorção associado às TPR's é maior. Contudo quando as

TPR's são realizadas num ambiente regulatório forte, por uma empresa com eficientes controlos governativos e auditoria, o risco associado a estas TPR's não é superior quando comparado com transações independentes.

Apresenta-se de seguida a tabela 16 que sintetiza os estudos que investigam o papel mitigador do governo das sociedades e da regulação

Tabela 16: Resposta à QI dos estudos sobre o papel mitigador do governo das sociedades e da regulação

Artigo (autor, ano)	Resposta à QI	Conclusões	Notas
(Lo et al., 2010)	Depende do governo das sociedades	Empresas com um bom governo das sociedades, com uma elevada percentagem de diretores independentes, com o modelo dualista e com peritos financeiros na comissão de auditoria diminui a distorção de resultados através da manipulação dos preços de transferência em vendas relacionadas.	
(Marchini et al., 2018a)	Depende do governo das sociedades	Um bom governo de sociedades, com elevada percentagem de diretores independentes, modelo dualista, direção de grande dimensão e CEO independente, reduz a manipulação de resultados através das vendas relacionadas.	Risco de distorção superior para vendas.
(Wasan & Mulchandani, 2020)	Positiva	Relação negativa entre TPR e qualidade dos resultados.	Risco diminui com o reforço da regulamentação e melhoria dos mecanismos de governação
(Jalan et al., 2020)	Não positiva	Relação negativa entre TPR e manipulação de resultados.	
(Rahmat et al., 2020b)	Positiva	Relação negativa entre TPR e qualidade dos resultados.	Risco de distorção superior para empréstimos e prestação de serviços de consultoria. Risco é mitigado com o reforço da regulamentação e melhoria dos mecanismos de governação
(Hwang et al., 2013)	Depende	Só por si as TPR não aumentam o risco de distorção material. O nível de regulamentação e transparência das normas tem um papel preponderante no RDM associado às TPR's.	
(Yang et al., 2017)	Depende	A normalização tem um papel decisivo no risco de distorção das TPR.	

Lin et al. (2020)	Depende	A normalização tem um papel decisivo no risco de distorção das TPR.	
El-Helaly (2018)	Positiva	Empresas que praticam TPR são mais propensas a manipular resultados.	Risco diminui na presença de um forte ambiente regulatório, um eficiente governo das sociedades e auditoria externa.

Como mencionado ao longo deste capítulo, com a discussão dos resultados da RSL, o risco associado às TPR depende do tipo de transação envolvida. Os autores evidenciam diferentes níveis de riscos consoante a natureza da TPR. A tabela 17 apresenta a súmula dos resultados relativamente ao risco associado aos diversos tipos de TPR's, com base na literatura analisada.

Tabela 17: Risco de distorção por tipo de transação com partes relacionadas

Tipo de Transação	Estudos
1. TPR's associadas a um maior risco de distorção do que o risco das transações entre partes independentes	
Venda de produtos e serviços a partes relacionadas	Hung & Cheng (2018) demonstram que estas operações aumentam a probabilidade de falhas de auditoria e fraude; Marchini et al. (2018b), Aharony et al. (2010), defendem que estas operações estão positivamente relacionadas com manipulação de resultados; Jian e Wong (2010) demonstram o uso destas operações para <i>propping</i> ; Al-Dhamari et al. (2018) defende que estas operações aumentam o risco para o auditor; Fang et al. (2018) defende que estas transações aumentam a probabilidade de uma opinião de auditoria modificada; Vazakides et al. (2013) argumentam que estas operações diminuem a qualidade da informação contabilística.
Venda de ativos não correntes a partes relacionadas	Hung & Cheng (2018) demonstram que estas operações aumentam a probabilidade falhas de auditoria e fraude; Al-Dhamari et al. (2018) defende que estas operações aumentam o risco para o auditor; Lee et al. (2016) e Vazakides et al. (2013) argumentam que estas operações diminuem a qualidade da informação contabilística.
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	Rahmat et al. (2020a), Habib et al. (2017) defendem que estas operações estão positivamente relacionadas com manipulação de resultados; Habib et al. (2015), Kohlbeck & Mayhew (2017) defendem que o risco para o auditor é mais elevado perante contratos de consultoria com diretores, gestores e acionistas maioritários; Fang et al. (2018) defende que estas transações aumentam a probabilidade de uma opinião de auditoria modificada; Rahmat et al. (2020b) argumentam que estas transações diminuem a qualidade da informação contabilística.
Contratos de prestação de serviços de consultoria e jurídicos por partes relacionadas	Rahmat et al. (2020a) defendem que estas operações estão positivamente relacionadas com manipulação de resultados; Kohlbeck & Mayhew (2017) defendem que estas operações aumentam o risco de auditoria; Rahmat et al. (2020b) demonstram que estas transações diminuem a qualidade da informação contabilística.

Contas a receber de partes relacionadas	Aharony et al. (2010) defende que controladores usam estas transações para <i>tunneling</i> através do não pagamento das dívidas operacionais à empresa que controla e o subsequente registro da imparidade.
Operações de transferência de capital entre partes relacionadas	Habib et al. (2015) defende que estas operações aumentam o risco para o auditor.
Transações entre empresas e suas subsidiárias/associadas	Marchini et al. (2018b) defende que estas operações estão positivamente relacionadas com manipulação de resultados, ao contrário das operações com a empresa-mãe; Habib et al. (2015) defende que estas operações aumentam o risco para o auditor.
2. TPR's não associadas a um maior risco de distorção	
Compras de bens e serviços	Durante a RSL não se encontraram evidências de que estas transações aumentem o risco de distorção do que se ocorresse entre partes independentes.
Operações de investimento	

Capítulo 4

4. Conclusão

Esta dissertação apresenta uma revisão sistemática de literatura sobre a temática das transações com partes relacionadas e a sua relação com o risco de distorção material das demonstrações financeiras.

Foi possível observar com esta RSL, que a produção científica em torno desta temática tem vindo a aumentar, registando nos últimos três anos o número mais elevado de publicações.

Dentro dos trinta e sete artigos que formaram a população do estudo, trinta e um são investigações empíricas e seis são pesquisas teóricas, sendo que, destes, dois são revisões de literatura.

Da análise efetuada conclui-se que os estudos realizados retratam na sua maioria empresas cotadas em bolsa, em países Asiáticos, nomeadamente China, Indonésia, Taiwan e Malásia. São exceções a estes países, os estudos que incidem sobre empresas europeias, na Roménia, Grécia e Itália e ainda se conta com um estudo que incide na bolsa dos Estados Unidos da América. Face a este cenário, considera-se oportuna a realização de novos estudos, que retratem diferentes contextos normativos e institucionais. Um exemplo são as empresas portuguesas, em que não foi possível encontrar nenhum estudo anterior neste âmbito, pelo que, esta pesquisa será um importante contributo para ultrapassar esta carência.

Nesta pesquisa não foi possível obter de forma unânime uma resposta positiva ou negativa à questão de investigação, pois não se concluiu que a existência de TPR's só por si, acarretam maior risco de distorção material que as transações realizadas entre partes independentes.

Numa fase inicial da RSL conclui-se, através dos estudos analisados, que em certos casos as TPR's estão positivamente relacionadas com acréscimos discricionários e manipulação das atividades reais como práticas de gestão de resultados e por isso, aumentam o risco de distorção material em comparação com transações entre partes independentes. Contudo, a RSL permitiu concluir que não deve haver uma generalização das TPR's, pois o risco depende do tipo de transação. A maioria dos autores defendem que apenas as TPR's baseadas em venda de produtos e empréstimos concedidos a partes relacionadas parecem estar associadas a um risco de distorção material superior. No caso de vendas de ativos não correntes e contratos de serviços de consultoria e jurídicos prestados por partes relacionadas, embora com menor frequência, também existem estudos que encontraram evidências da relação entre estas transações e o risco de distorção. Para os restantes tipos de TPR, como operações de compras, operações de investimento e operações com capital, encontra-se pouca evidência empírica que suportem a ideia de que estas estão associadas a um maior risco de distorção

Assim, foi possível concluir que, quando o auditor realiza auditoria a transações com partes relacionadas, não deve generalizar as TPR's. É justificado o esforço adicional que é pedido aos auditores relativamente às TPR's mas apenas para certos tipos de operações. Não há justificação para que auditor tenha o mesmo esforço de trabalho para operações como compras e transações de capital, como o que deverá ter para operações de vendas e empréstimos.

Para além do tipo de transação, também a contraparte parece influenciar o risco de distorção. As operações tendem a ter mais risco quando são executadas do topo da pirâmide para a base e não o inverso.

Quando se começa a introduzir na equação outras variáveis, conclui-se que as TPR's não devem ser analisadas isoladamente, mas deve-se ter em consideração os fatores do ambiente interno e externo em que as mesmas ocorrem. O facto de as TPR estarem relacionadas com um maior risco de distorção material tem de

ser analisado na conjuntura do ambiente organizacional da empresa que pratica essas TPR's, bem como as características institucionais de cada país no que toca a questões de monitorização e normativas. Assim, os resultados desta RSL apoiam a teoria da contingência.

As TPR's são usadas para práticas oportunistas e manipulação de resultados, quando existem incentivos para tal. Os incentivos são sobretudo resultantes do mercado como evitar apresentar prejuízos ou mau desempenho financeiro, as alturas das emissões de capital bem como atingir as metas de desempenho definidas pelos reguladores dos mercados de valores para manterem a sua posição no mercado ou até mesmo credores ou financiadores. Conclui-se assim, que nestes casos o risco de distorção associado às TPR's não parece ser superior ao risco associado às transações entre partes independentes, pois perante estes incentivos para manipulação de resultados, se o mesmo não fosse realizado através de TPR, haveria uma grande probabilidade de ser concretizado através de outras transações como acréscimos discricionários ou atividades reais e assim perante estas situações o risco de distorção material está sempre presente, o que muda é o tipo de prática escolhida para atingir o objetivo pretendido

Os resultados revelam que a existência de um bom governo das sociedades, caracterizado sobretudo por uma elevada independência da direção, com uma comissão de auditoria interna, com um modelo dualista e pela não concentração da propriedade, exerce um papel fundamental na monitorização das práticas abusivas de TPR, e assim o risco de distorção material é menor.

Também as características institucionais específicas de cada país no que toca a questões de monitorização e normativas são importantes na mitigação do risco de distorção material que possa estar associado às TPR's.

Entre eles destacam-se as normas de transparência e divulgação de TPR, como o caso da IAS 24, que contribuem para uma maior qualidade da informação contabilística, bem como um normativo societário que regule as funções,

composição, tamanho e estrutura do governo das sociedades, que no conjunto contribuem para o combate a práticas abusivas.

Para além do normativo contabilístico e societário, também a regulamentação do mercado de capitais é importante. Numa economia onde a proteção do investidor é fraca e deficitária, caracterizada por falta de exigências de divulgação de informação, o risco associado à existência de TPR's é mais elevado.

Perante estes resultados podemos concluir em primeiro lugar que, as TPR's só por si não aumentam o risco de distorção material. As TPR's não devem ser generalizadas, o auditor deve analisar as TPR's individualmente e adaptar e catalisar o esforço de auditoria para aquelas que pela sua natureza estão associadas a um maior risco de distorção material.

Por fim, conclui-se que as TPR's devem ser analisadas no ambiente contingente, o auditor deve realizar um bom entendimento da empresa, analisar o seu desempenho económico, investigar a existência de possíveis incentivos para a gestão e acionistas manipularem resultados e avaliar o seu ambiente governativo e estrutura societária. Além disso, deve realizar-se ainda um bom entendimento do ambiente externo da empresa, como fatores regulatórios, de supervisão e competitividade do mercado. Só analisando estes fatores contingentes é que o auditor consegue determinar qual o risco de distorção associado às TPR's que são objeto da auditoria, e realizar procedimentos mais exaustivos nas transações com maior risco com vista à eficiência dos trabalhos de auditoria e à diminuição do risco de auditoria.

As conclusões deste estudo também fornecem informações importantes para os reguladores, normalizadores e autoridades do mercado de capitais. Dada a relevância económica das TPR para o desempenho das empresas bem como para a economia dos países, a sua limitação não parece ser uma das soluções para minorar o risco associado a estas transações. O estudo demonstra que os efeitos negativos associados às TPR podem ser limitados através do incremento da

normalização contabilística com vista à diminuição da discricionariedade na aplicação das políticas contabilísticas pelos gestores, reforço da regulamentação sobre o governo das sociedades e da estrutura societária, e reforço da regulamentação e supervisão do mercado de capitais com vista a uma maior proteção do investidor e transparência.

Em suma, a presente dissertação contribui para a academia e para a literatura existente visto que sintetiza a literatura científica produzida sobre a temática das TPR e risco de distorção, permitindo sistematizar conclusões chegadas úteis quer no planeamento dos trabalhos de auditoria, que na avaliação da qualidade dos serviços de auditoria realizados.

Limitações e Investigações futuras

Não obstante as contribuições identificadas, o estudo tem limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Os artigos analisados são predominantemente estudos empíricos realizados em economias em desenvolvimento da Ásia, sinalizando falta de evidência empírica no contexto dos países desenvolvidos.

Outra limitação identificada é a limitação temporal, reflexo de as TPR ainda serem uma problemática recente na produção académica, sendo esta RSL constituída apenas por artigos da última década.

Para investigações futuras seria de interesse estudos que estendessem as evidências empíricas dos artigos analisados nesta RSL para outras economias, dada a carência de investigações científicas que analisam o papel das TPR no risco de distorção material em países europeus, americanos e africanos. Bem como estudos empíricos que se debruçassem em explicar as diferenças regionais no que toca ao risco de distorção das TPR encontradas e mencionadas durante esta dissertação, sendo que nos países asiáticos nomeadamente China as TPR's

parecem estar associadas a uma maior risco do que nos países europeus, por exemplo.

Durante a RSL, conclui-se sobre diferentes níveis de risco para os diversos tipos de TPR. Sugere-se que próximos estudos investiguem o fundamento por detrás da preferência da gestão e acionistas controladores por certos tipos de TPR para manipulação de resultados, em detrimento dos outros. As razões podem ser de diferente natureza, como facilidade de realização da transação, menor risco de deteção, menor risco de prova, etc. Tal ajudaria, igualmente, a canalizar os esforço de auditoria na deteção de determinados ambientes, ajustando o planeamento dos trabalhos com base na avaliação do risco de distorção material.

Por último, durante a realização desta dissertação deparou-se com uma escassez de revisões sistemáticas de literatura aplicadas à área de economia. Deste modo, e tendo em consideração as vantagens que foram apresentadas nesta dissertação relativamente a esta metodologia, considera-se interessante que mais investigadores académicos na área da gestão, economia, contabilidade e finanças adotem esta metodologia nos seus estudos, em detrimento da literatura tradicional.

Bibliografia

- Abdullatif, M., Alhadab, M., & Mansour, I. (2019). Determinants of Related Party Transactions in Jordan: Financial and Governance Factors. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 13(1), 44–75. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v13i1.4>.
- Aharony, J., Wang, J., & Yuan, H. (2010). Tunneling as an incentive for earnings management during the IPO process in China. *Journal of Accounting and Public Policy*, 29(1), 1–26. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2009.10.003>.
- AICPA (2001), Accounting and Auditing for Related Party Transactions: A Toolkit for Accountants and Auditors, AICPA, New York. Disponível em https://assets.corporatecompliance.org/Portals/1/Users/169/29/60329/Auditing_and_Accounting_Toolkit.pdf.
- Al-Dhamari, R. A., Al-Gamrh, B., Ku Ismail, K. N. I., & Haji Ismail, S. S. (2018). Related party transactions and audit fees: the role of the internal audit function. *Journal of Management & Governance*, 22(1), 187–212.
- Alhadab, M., Abdullatif, M., & Mansour, I. (2020). Related party transactions and earnings management in Jordan: the role of ownership structure. *Journal of Financial Reporting and Accounting*. <https://doi.org/10.1108/JFRA-01-2019-0014>.
- Bátiz-lazo, B., & Billings, M. (2012). Accounting regulation and management discretion—a case note. *Abacus*, 48(3), 414–437. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2012.00370.x>.
- Beasley, M., Carcello, J. V., & Hermanson, D. R. (2001). Top 10 Audit Deficiencies. *Journal of Accountancy*, 19(1), 63–66.
- Bhuiyan, M. B. U., & Roudaki, J. (2018). Related party transactions and finance company failure: New Zealand evidence. *Pacific Accounting Review*, 30(2), 199–221. <https://doi.org/10.1108/PAR-11-2016-0098>.
- Chan, K. H., Mo, P. L. L., & Tang, T. (2016). Tax avoidance and tunneling: Empirical

- analysis from an agency perspective. *Journal of International Accounting Research*, 15(3), 49–66. <https://doi.org/10.2308/jiar-51345>.
- Chen, Y., Chen, C.-H., & Wu, T. (2019). An assessment of the relationship between channel stuffing and related party transactions: evidence from China's listed companies. *International Journal of Disclosure and Governance*, 16(2-3), 116–127.
- Cheung, Y. L., Jing, L., Lu, T., Rau, P. R., & Stouraitis, A. (2009a). Tunneling and propping up: An analysis of related party transactions by Chinese listed companies. *Pacific-Basin Finance Journal*, 17(3), 372–393.
- Cheung, Y. L., Qi, Y., Raghavendra Rau, P., & Stouraitis, A. (2009b). Buy high, sell low: How listed firms price asset transfers in related party transactions. *Journal of Banking and Finance*, 33(5), 914–924. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2008.10.002>.
- Chien, C.-Y., & Hsu, J. C. S. (2010). The Role of Corporate Governance in Related Party Transactions. *SSRN Electronic Journal*. Disponível em <https://doi.org/10.2139/ssrn.1539808>.
- Clikemam, P. M., & Lin, A. (2017). As 18: New Guidance for Auditing Related Party Transactions. *The Journal Of Corporate Accounting & Finance*, 28(5), 23–26. <https://doi.org/10.1002/jcaf.22280>.
- Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de Agosto (2009). Diário da República: I Série. n.º 155 pp. 5226 – 5235. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/185/2009/08/12/p/dre/pt/html>.
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro (1986). Diário da República: I Série. n.º 201 pp. 2293 - 3285.
- Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, Diário da República: I Série-A. n.º 265 7968 (1999). Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/486/1999/11/13/p/dre/pt/html>.
- Denyer, D., & Tranfield, D. (2009). Producing-a-Systematic-Review. *The Sage handbook of organizational research methods* (pp. 671–689). Sage Publications Ltd.
- El-Helaly, M. (2016). Related party transactions and accounting quality in Greece. *International Journal of Accounting & Information Management*, 24(4), 375–390. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-04-2016-0044>.

- El-Helaly, M. (2018). Related-party transactions: a review of the regulation, governance and auditing literature. *Managerial Auditing Journal*, 33(8–9), 779–806. <https://doi.org/10.1108/MAJ-07-2017-1602>.
- ElKelish, W. W. (2017). Related party transactions disclosure in the emerging market of the United Arab Emirates. *Accounting Research Journal*, 30(4), 362–378. <https://doi.org/10.1108/ARJ-10-2014-0091>.
- Fang, J., Lobo, G. J., Zhang, Y., & Zhao, Y. (2018). Auditing related party transactions: Evidence from audit opinions and restatements. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 37(2), 73–106. <https://doi.org/10.2308/ajpt-51768>.
- FASB (Financial Accounting Standards Board) (1982), Statement of Financial Accounting Standards No. 57 Related party Disclosures. Disponível em https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220127001&acceptedDisclaimer=true.
- Feleaga, L., & Neacsu, I. (2016). Disclosure of related party transactions and information regarding transfer pricing by the companies listed on Bucharest Stock Exchange. *Accounting and Management Information Systems*, 15(4), 785–809.
- Fooladi, M., & Farhadi, M. (2019). Corporate governance and detrimental related party transactions. *Asian Review of Accounting*, 27(2), 196–227.
- Gomes, J. F. (2009). Os Deveres de Informação sobre negócios com partes relacionadas e os recentes Decretos-Lei n°s 158/2009 e 185/2009. *Revista de Direito Das Sociedades*, 3, 587–633.
- Gordon, E. A., & Henry, E. (2005). Related Party Transactions and Earnings Management. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.612234>.
- Habib, A., Jiang, H., & Zhou, D. (2015). Related Party Transactions and Audit Fees: Evidence from China. *Journal of Internacional Accounting Research*, 14(1), 59–83. <https://doi.org/10.2308/jiar-51020>.
- Habib, A., Muhammadi, A. H., & Jiang, H. (2017). Political connections, related party transactions, and auditor choice: Evidence from Indonesia. *Journal of Contemporary Accounting and Economics*, 13(1), 1–19. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2017.01.004>.

- Henry, E., Gordon, E. A., Reed, B. J., & Louwers, T. (2007). The Role of Related Party Transactions in Fraudulent Financial Reporting. *SSRN Electronic Journal*, 1–39. Disponível em <https://doi.org/10.2139/ssrn.993532>.
- Hung, Y., & Cheng, Y. (2018). The impact of information complexity on audit failures from corporate fraud : Individual auditor level analysis. *Asia Pacific Management Review*, 23(2), 72–85. <https://doi.org/10.1016/j.apmr.2017.09.002>.
- Huyghebaert, N., & Wang, L. (2012). Expropriation of minority investors in Chinese listed firms: The role of internal and external corporate governance mechanisms. *Corporate Governance: An International Review*, 20(3), 308–332. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2012.00909.x>.
- Hwang, N. C. R., Chiou, J. R., & Wang, Y. C. (2013). Effect of disclosure regulation on earnings management through related-party transactions: Evidence from Taiwanese firms operating in China. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32(4), 292–313. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2013.04.003>.
- IFAC (International Federation of Accountants) (2009). Handbook of International quality Control, Auditing, Review, Other Assurance and Related Services Pronouncements, *International Standard on Auditing 550 Related Parties* (pp. 503–529). New York. <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/IAASB-2018-HB-Vol-1.pdf>.
- Jalan, A., Badrinath, S. G., & Al-gamrh, B. (2020). Women on audit committees and the relationship between related party transactions and earnings management. *Strategic Change*, 29 (3), 389–406. <https://doi.org/10.1002/jsc.2337>.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X).
- Jian, M., & Wong, T. J. (2010). Propping through related party transactions. *Review of Accounting Studies*, 15(1), 70–105. <https://doi.org/10.1007/s11142-008-9081-4>
- Johnson, S., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. (2000). Tunneling. *American Economic Review*, 90(2), 22–27.

- Kang, M., Lee, H. Y., Lee, M. G., & Park, J. C. (2014). The association between related-party transactions and control-ownership wedge: Evidence from Korea. *Pacific Basin Finance Journal*, 29, 272–296. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2014.04.006>.
- Kitchenham, B. (2004). Procedures for Performing Systematic Literature Reviews. *Keele, UK, Keele University*, 33(2004), 1-26.
- Kohlbeck, M., & Mayhew, B. W. (2010). Valuation of firms that disclose related party transactions. *Journal of Accounting and Public Policy*, 29(2), 115–137. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2009.10.006>.
- Kohlbeck, M., & Mayhew, B. W. (2017). Are Related Party Transactions Red Flags? *Contemporary Accounting Research*, 34(2), 900–928. Disponível em <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12296>.
- Lee, M. G., Kang, M., Lee, H. Y., & Park, J. C. (2016). Related-party transactions and financial statement comparability: evidence from South Korea. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 23(2), 224–252. <https://doi.org/10.1080/16081625.2014.957706>.
- Lei n.º 50/2020, de 25 de Agosto (2020). Diário da República: I Série. n.º 165 pp. 2-18. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/50/2020/08/25/p/dre>.
- Limanto, G. K., & Herusetya, A. (2017). The Association between Related Party Transactions and Real Earnings Management: Internal Governance Mechanism as Moderating Variables. *SHS Web of Conferences (vol. 34,p. 04008)*. EDP Sciences. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20173404008>.
- Lin, R., Li, C., Wang, H., & Yang, Y. (2020). The regulation change in consolidation rules and the incentives for earnings management activities via related party transactions. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/16081625.2020.1741285>.
- Lo, A. W. Y., Wong, R. M. K., & Firth, M. (2010). Can corporate governance deter management from manipulating earnings? Evidence from related-party sales transactions in China. *Journal of Corporate Finance*, 16(2), 225–235. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2009.11.002>.

- Maigoshi, Z. S., Latif, R. A., & Kamardin, H. (2016). Related Party Transactions and Earnings Management. *Future Academy, The European Proceedings of Social & Behavioural Sciences*. <https://doi.org/10.15405/epsbs.2016.08.8>.
- Marchini, P. L., Andrei, P., & Medioli, A. (2019). Related party transactions disclosure and procedures: a critical analysis in business groups. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 19(6), 1253–1273. <https://doi.org/10.1108/CG-08-2018-0281>.
- Marchini, P. L., Mazza, T., & Medioli, A. (2018a). Related party transactions, corporate governance and earnings management. *Corporate Governance: : The International Journal of Business in Society*, 18(6), 1124–1146. <https://doi.org/10.1108/CG-11-2017-0271>.
- Marchini, P. L., Mazza, T., & Medioli, A. (2018b). The impact of related party transactions on earnings management : some insights from the Italian context. *Journal of Management and Governance*, 22(4), 981–1014. <https://doi.org/10.1007/s10997-018-9415-y>.
- Nasution, D. M., & Mita, A. F. (2017). Value Relevance, Earnings Management, and Related Party Transactions. In *6th International Accounting Conference (IAC 2017)*, Atlantis Press. <https://doi.org/10.2991/iac-17.2018.48>.
- Peng, W. Q., Wei, K. J., & Yang, Z. (2011). Tunneling or propping: Evidence from connected transactions in China. *Journal of Corporate Finance*, 17(2), 306-325.
- Pizzo, M. (2013). Related party transactions under a contingency perspective. *Journal of Management & Governance*, 17(2), 309–330. <https://doi.org/10.1007/s10997-011-9178-1>.
- Rahmat, M. M., Ahmed, K., & Lobo, G. J. (2020a). Related Party Transactions, Value Relevance and Informativeness of Earnings: Evidence from Four Economies in East Asia. *Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies*, 23(1), 2050005. <https://doi.org/10.1142/S0219091520500058>.
- Rahmat, M. M., Muniandy, B., & Ahmed, K. (2020b). Do related party transactions affect earnings quality? Evidence from East Asia. *International Journal of*

- Accounting and Information Management*, 28(1), 147–166.
<https://doi.org/10.1108/IJAIM-12-2018-0146>.
- Regulamento (UE) n. ° 632/2010 da Comissão, de 19 de Julho de 2010 (2010). *Jornal Oficial da União Europeia*: L 186 pp.4-8. Disponível em <http://data.europa.eu/eli/reg/2010/632/oj>.
- Ryngaert, M., & Thomas, S. (2012). Not all related party transactions (RPTs) are the same: Ex ante versus ex post RPTs. *Journal of Accounting Research*, 50(3), 845–882.
<https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2012.00437.x>.
- Sun, J., & Liang, X. (2016). Study on Earnings Management Behavior of *ST Companies--Takes *ST SKGF as an Example. In *2016 International Conference on Education, Management and Computer Science*. Atlantis Press, 723–726.
<https://doi.org/10.2991/icemc-16.2016.146>.
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a methodology for developing evidence - informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, 14 (3), 207–222.
- Vazakides, A., Staupoulos, A., Samaras, I., & Athianos, S. (2013). The Effect of the IFRS on Intercompany Transactions . The Case of the Greek Food-Beverage Sector. *Procedia Technology*, 8, 360–370. <https://doi.org/10.1016/j.protcy.2013.11.048>.
- Verdes, N. (2019). Testing Compliance with IAS 24 for related parties listed on Bucharest stock exchange. In *EU Financial Regulation, EUFIRE 2019*, 23–42.
- Wang, H. Da, Cho, C. C., & Lin, C. J. (2019). Related party transactions, business relatedness, and firm performance. *Journal of Business Research*, 101, 411–425.
<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.01.066>.
- Wasan, P., & Mulchandani, K. (2020). Corporate governance factors as predictors of earnings management. *Journal of General Management*, 45(2), 71–92.
<https://doi.org/10.1177/0306307019872304>.
- Williamson, O. E. (1975). *Analysis and Antitrust Implications: A Study in the Economics of Internal Organization*. New York: Free Press.
- Wong, R. M. K., Kim, J., & Lo, A. W. Y. (2015). Are Related-Party Sales Value-Adding

- or Value-Destroying? Evidence from China. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 26(1), 1–38.
- Yang, L., Ruan, L., & Tang, F. (2020). The impact of disclosure level and client incentive on auditors' judgments of related party transactions. *International Journal of Accounting & Information Management*. <https://doi.org/10.1108/IJAIM-02-2020-0016>.
- Yang, Y.-J., Li, C.-H., Lin, R.-C., & Wang, H.-D. (2017). The Change of Consolidation Rules and Its Impact on Earnings Management. In *6th Business & Management Conference, Geneva*, 221–236. <https://doi.org/10.20472/bmc.2017.006.018>.
- Ye, S., Hu, S., & Sun, L. (2018). Case Analysis of SHENXIANYUAN Financial Fraud Based on the GONE-theory. In *2018 2nd International Conference on Economic Development and Education Management (ICEDEM 2018)*. Atlantis Press, 290, 27–30.
- Yeh, Y. H., Shu, P. G., & Su, Y. H. (2012). Related-party transactions and corporate governance: The evidence from the Taiwan stock market. *Pacific-Basin Finance Journal*, 20(5), 755–776. <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2012.02.003>.
- Zhu, Y., & Zhu, X. (2012). Impact of the share structure reform on the role of operating related party transactions in China. *Emerging Markets Finance and Trade*, 48(6), 73-94.

Anexos

Anexo 1: Formulário de extração de dados dos artigos analisados na RSL

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
1	(Chen et al., 2019)	Os gestores das empresas cotadas usam mecanismos de extensão de crédito como um método de "channel stuffing" no final dos períodos contabilísticos para evitarem divulgar prejuízos? Qual a relação entre o montante de TPR e channel stuffing?	Estudo empírico	Modelo 1: 508 empresas cotadas na China entre 2004 a 2008. Modelo 2: 447 empresas cotadas na China entre 2004 e 2008.	<u>Variáveis Dependentes:</u> prática de channel stuffing; rotação do inventario e rotação das contas a receber no 4º trimestre, montante de TPR. <u>Variáveis Independentes:</u> ROA, variação no inventário no 4º trimestre face ao 3º, variação no capital circulante no 4º trimestre face ao 3º, variação no ativo face ao ano anterior.	1. Empresas cotadas na China usam mecanismos de extensão de créditos no final do período contabilístico para evitarem reportar prejuízos. Empresas cotadas que praticam channel stuffing preferem extensão de crédito do que redução dos preços de venda. 2. Existe uma relação negativa entre o montante de TPR e de channel stuffing. Logo TPR são vistas como um substituto de channel stuffing e não um complemento.	
2	(Kohlbeck & Mayhew, 2017)	As TPR's são "um red flag" para aumento do risco de distorção material?	Estudo empírico	Empresas pertencentes ao índice mercado S&P 1500, nos períodos 2001, 2004 e 2007	<u>Variáveis Dependentes:</u> restatements; honorários de auditoria <u>Variáveis Independentes:</u> Divulgação TPR, contraparte da TPR e natureza da transação; características do auditor (tamanho, se big four, honorários)	1. TPR e especialmente tone TPR estão associadas com restatements, sugerindo que estas TPR são um red flag para o aumento de risco de distorção material. 2. TPR estão associadas com baixos audit fees; 3. Empresas com TPR procuram baixa qualidade de auditoria, contratando auditores especialistas menos vezes. 4. No meio de tone TPR que estão associadas a subseqüente restatements, os audit fees são altos, sugerindo que os auditores pelo menos até certo ponto percebem as diferentes implicações das TPR.	1. Estudo não tem acesso ao esforço de trabalho exigido ao auditor, o que permitiria obter um entendimento da resposta do auditor. 2. No modelo usaram a codificação para restatements da auditoria analítica, e esta codificação não se concentra especificamente no papel das TPR em restatements. 3. O estudo usa como amostra o S&P 1500, que são empresas que recebem um maior escrutínio às contas em comparação com outras empresas fora deste índice.

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
3	(Fang et al., 2018)	Investiga como o auditor responde ao potencial risco elevado das TPR e a eficácia da resposta do auditor a este risco. Investiga a relação entre as TPR e as opiniões modificadas do auditor.	Estudo empírico	Empresas cotadas no mercado de valores de Shangai e Shenzhen no período de 2001 a 2014	<p><u>Variáveis Dependentes:</u> opinião auditoria modificada, opinião auditoria modificada citando TPR, restatements devido a TPR.</p> <p><u>Variáveis Independentes:</u> vendas a partes relacionadas, vendas ou compras de ativos a partes relacionadas, empréstimos a/de parte relacionadas.</p> <p><u>Variáveis de Controlo:</u> tamanho, idade, ROA, endividamento, retorno, inventário, contas a receber, valor de mercado face ao contabilístico, manipulação de resultados, auditores top 8, auditores locais, participação do estado, participação do acionista maioritário, índice de desenvolvimento do mercado.</p>	<p>1. Empresas que praticam TPR principalmente vendas de bens a partes relacionadas e empréstimos entre partes relacionadas, têm uma grande probabilidade de receber uma opinião de auditoria modificada. Contudo, quando a empresa divulga vendas/compras de ativos a partes relacionadas o auditor não modifica opinião.</p> <p>2. As modificações de opinião relacionadas a TPR incrementam a previsão de futuros <i>restatements</i>, o que sugere que o auditor é eficaz na comunicação do risco associado a TPR por meio de modificações de opinião.</p>	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
4	(Lo et al., 2010)	Investigar se a qualidade de governo das sociedades, nomeadamente em termos de características da direção e estrutura acionista tem impacto nas manipulações dos preços de transferência, em particular examinando se as empresas aumentam ou diminuem os preços dos produtos e serviços vendidos a partes relacionadas.	Estudo empírico	266 empresas cotadas na bolsa de valores de Xangai em 2004 com vendas a partes relacionadas	<p><u>Variáveis Dependentes:</u> manipulação preço transferência, nível de manipulação de resultados alcançado via manipulação de preço.</p> <p><u>Variáveis Independentes:</u> % de diretores independentes na direção, %diretores que são parentes da empresa, se existem diretores que também são CEO da empresa, existência de comissão de auditoria, existência de um <i>expert</i> financeiro no comissão de auditoria, %participação detida pelos principais acionistas.</p> <p><u>Variáveis Controlo:</u> se o bónus da gestão está relacionado com os resultados relatados, a diferença da taxa de imposto entre a empresa cotada e as suas partes relacionadas, se o principal acionista é o estado ou alguma empresa detida por este, se a empresa é auditada por uma empresa de auditoria do TOP 10, tamanho(total ativo), diferença entre as margens de lucro mais alta e mais baixa dos diferentes produtos da empresa em relação à margem de lucro média da empresa, nº de divisões da empresa, nº de países onde que a empresa opera.</p>	<p>1. Uma bom governo das sociedades resulta em baixa manipulação de resultados e os preços de transferência serão similares aos praticados no resto do mercado.</p> <p>2. A existência de diretores independentes melhora a supervisão da gestão e diminui o montante de manipulação de resultados alcançados através de manipulação de preços de transferência.</p> <p>3. Empresas onde o CEO e o presidente direção são a mesma pessoa são mais prováveis de manipular resultados via preços de transferência.</p> <p>4. A presença de especialistas financeiro no comissão de auditoria reduz o montante de manipulação de resultados via preços de transferência, contudo a mera existência de comissão não é suficiente para controlar estas transações.</p> <p>5. A % de controlo dos principais acionistas não parece afetar a manipulação dos preços de transferência.</p>	A amostra é apenas sobre um único país - China e de apenas um ano.

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
5	(Wasan & Mulchandani, 2020)	Avaliar a qualidade da informação contabilística como resultado-chave das práticas de manipulação de resultados; Investigar o papel dos atributos das empresas indianas e mecanismos de governo das sociedades como indicadores de previsão de qualidade da informação contabilística; fornece informações sobre a eficácia da revisão da regulação do governo das sociedades no controle de práticas de manipulação de resultados.	Estudo empírico	182 empresas cotadas na bolsa de valores indiana S&P BSE 500, no período de 2010 a 2017	<p><u>Variáveis Dependentes:</u> alisamento de resultados (medida de qualidade de resultados);</p> <p><u>Variáveis Independentes:</u> concentração propriedade, tamanho da direção, independência da direção, qualidade da auditoria, TPR, endividamento, tamanho da empresa, crescimento da empresa.</p>	<p>1. Concentração de propriedade e independência da direção não preveem a qualidade de resultados.</p> <p>2. Endividamento, tamanho e crescimento da empresa preveem significativamente qualidade dos resultados.</p> <p>3. TPR é um indicador negativo de previsão de qualidade dos resultados, demonstrando que as TPR são usadas principalmente para <i>tunneling</i>, contudo nos últimos anos de estudo assistiu-se a uma diminuição do nível de previsão de qualidade de resultados, evidenciando que a regulamentação e a melhoria dos mecanismos de governo das sociedades têm sido eficazes no controlo do uso indevido de TPR.</p> <p>4. Tamanho é um indicador positivo de qualidade de resultados enquanto que o crescimento da empresa é um indicador negativo de qualidade. Qualidade de auditoria é um indicador de previsão de qualidade de resultados.</p>	
6	(Rahmat, et al., 2020b)	Avaliar o efeito das TPR e tipos de TPR (complexas, simples e empréstimos) na qualidade dos resultados (medida através de manipulação de resultados por via de <i>accruals</i>) em quatro países da Asia Oriental (Hong Kong, Malásia, Singapura e Tailândia).	Estudo empírico	423 empresas cotadas em Hong Kong, Malásia, Singapura e Tailândia do período de 2008 e 2010.	<p><u>Variáveis Dependentes:</u> qualidade dos resultados medido pelo modelo DAC (Dechow et al., 1995) e modelo <i>matched DAC</i> (Kothari et al., 2005).</p> <p><u>Variáveis Independente:</u> vetores que descrevem a magnitude ou anormalidade do total das TPR, TPR complexas (compra e venda de bens e serviços) e TPR simples (empréstimos e prestação de serviços de consultoria).</p> <p><u>Variáveis de controlo:</u> crescimento, tamanho, endividamento, tamanho da direção, percentagem de diretores não executivos, % de membros na comissão de auditoria independente, opinião do auditor, <i>BIG 4</i>, % participação do acionista controlador, tipo de acionista, participação da gestão.</p>	<p>1. TPR são usadas oportunisticamente pela gestão e acionistas controladores para reduzir a qualidade dos resultados. O abuso de TPR é proeminente entre empresas em países com baixa proteção ao investidor</p> <p>2. Os impactos das TPR simples são mais severos que os das TPR complexas na qualidade dos resultados.</p> <p>3. Os acionistas controladores são mais propensos a manipular os <i>accruals</i> usando TPR simples, particularmente empréstimos entre partes relacionadas.</p> <p>4. A existência de um efetivo governo das sociedades e proteção do investidor reduz o impacto negativo das TPR na qualidade dos resultados.</p>	<p>1. Estudo foca-se em 4 países por isso não pode ser generalizado para outros mercados.</p> <p>2. Estudo apenas mede a magnitude e as TPR anormais baseado na informação dos relatórios anuais. Estudos futuros podem considerar diferentes medidas de TPR e considerar ambiente de relato nos países asiáticos.</p>

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
7	(Habib et al., 2017)	Investiga se as empresas com ligações políticas na Indonésia usam TPR como um mecanismo de <i>tunneling</i> .	Estudo empírico	Empresas cotadas no mercado de valores da Indonésia durante o período de 2004 a 2007	<p><u>Variáveis Dependentes</u>: créditos não usuais a partes relacionadas (como <i>proxy</i> de <i>tunneling</i>) e vendas não usuais a partes relacionadas (como <i>proxy</i> de <i>propping</i>).</p> <p><u>Variáveis Independentes</u>: ligação política, <i>accruals</i> discricionários (como <i>proxy</i> de manipulação de resultados), empresa com ligações governamentais, empresa com ligações militares.</p> <p><u>Variáveis Controlo</u>: tamanho, endividamento, crescimento, concentração da propriedade, capital pertencente a estrangeiros, participação do governo, ROA, auditoria ser <i>BIG4</i>, comissão de auditoria, tamanho da direção.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Empresas com ligações políticas, principalmente ligações governamentais, inflacionam os empréstimos com partes relacionadas em comparação com os empréstimos entre partes independentes. 2. Não encontraram relação entre ligação política e <i>propping</i> através de vendas relacionadas. 3. As empresas com créditos não usuais a partes relacionadas praticam mais manipulação de resultados, demonstrando assim que as empresas com ligações políticas que praticam <i>tunneling</i> através de créditos a partes relacionadas, envolvem-se mais em manipulação de resultados para mascarar essa apropriação. 	
8	(Al-Dhamari et al., 2018)	Analisar a relação entre TPR e <i>audit fees</i> (como uma variável de medida do risco de auditoria) na Malásia. Analisar o papel que a auditoria interna desempenha na relação entre estas duas componentes.	Estudo empírico	Top das 120 empresas cotadas no mercado da Malásia baseado na capitalização de mercado de 2014, nos períodos de 2009-2013.	<p><u>Variável depende</u>: <i>Audit fees</i></p> <p><u>Variáveis Independentes</u>: montante de TPR ponderado ao total do ativo, vendas relacionadas e compras relacionadas, investimento em auditoria interna, tamanho (total ativo), endividamento, liquidez, prejuízos ou lucro, Inventário sobre o ativo, contas a receber sobre o ativo, <i>big four</i>, ROA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Audit fees</i> são mais elevados para empresas que realizam TPR envolvendo compra e venda de ativos, bens e serviços. E são mais baixos quando as firmas praticam TPR de venda e compra de ativos, bens e serviços quando estas empresas mantêm um departamento de auditoria interno bem estabelecido; 2. Os fees são mais elevados para empresas com níveis anormais de vendas a partes relacionadas; 3. Investimento em auditoria interna atenua os <i>audit fees</i>. 	Estudo foca em vendas e compras a partes relacionadas. Pouca amostra, e só se enquadra na Malásia.
9	(Maigo shi et al., 2016)	Identificar como e porque os gestores ou acionistas controladores usam as TPR como uma meio para propagar manipulação de resultados através de <i>accruals</i> ou manipulação de atividades reais; Investiga como TPR são usadas como <i>accruals</i> e atividades reais para manipular os resultados.	Revisão de Literatura	Estudos que abordam as TPR e manipulação de resultados		<ol style="list-style-type: none"> 1. Os gestores usam TPR via <i>accrual</i> para manipular os resultados reportados. 2. Devido a regulamentação e requisitos de divulgação, o uso de manipulação das atividades reais tornou-se a ferramenta mais usual para os managers como um substituto ou complemento dos <i>accruals</i>. 3. Ambos os métodos de manipulação de resultados podem ser convenientemente afetados pelas TPR. 	Estudos que identifiquem se a regulamentação sobre divulgação será capaz de restringir manipulação através de atividade reais.

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
10	(Jian & Wong, 2010)	Investiga se as empresas usam as vendas a partes relacionadas para <i>propping</i> ? Existem transações de vendas que possam ser <i>cash-based</i> , ou são inteiramente <i>accrual-based</i> ? As TPR's são substituas ou complementos dos <i>accruals</i> discricionários? Sendo estas vendas <i>cash based</i> , este tipo de <i>propring</i> está associado a subsequentes recebimentos de cash para a empresa mãe? As instituições políticas e económicas moldam o comportamento das empresas em relação ao <i>propping</i> por vendas relacionadas?	Estudo empírico	Empresas chinesas cotadas nos de 1998 a 2002, no Market Development Index e Deregulation Index	<p><u>Variáveis Dependentes:</u> vendas relacionadas de bens anormais, empréstimos concedidos a partes relacionadas anormais, lucro operacional de vendas relacionadas, contas a receber de relacionadas, total de <i>accruals</i>.</p> <p><u>Variáveis Independentes:</u> tamanho (total ativo), incentivos, endividamento, <i>mark-to-book</i>, variável da industria, <i>layers</i> (intervenientes entre a empresa cotada e o seu <i>shareholder</i> final), auditor <i>big 10</i>, <i>shareholder</i> local ou central.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo demonstra que empresas praticam <i>propping</i> através de vendas de bens anormais entre partes relacionadas. 2. O aumento de vendas entre partes relacionadas está associado com aumento de lucros operacionais. 3. Vendas entre partes relacionadas são usadas para mitigar os resultados negativos dos choques da industria quando as empresas na bolsa têm incentivos para inflacionar resultados para evitar relatar prejuizos e serem excluídos do mercado de valores e antes da emissão de novas ações. 4. Empresas na bolsa usam transações com partes relacionadas para atingirem os <i>targets</i> de resultados, para manterem a sua posição na bolsa mostrando assim um bom desempenho ao mercado importante para incrementar as transações com os investidores. 5. <i>Propping</i> através de vendas a partes relacionadas pode ser efetuado através de transações <i>cash-based</i> e não apenas por <i>accrual-based</i>. Vendas entre partes relacionadas e <i>accruals</i> discricionários são substitutos para manipulação de resultados. 6. Quando as empresas podem usar vendas relacionadas para manipular resultados, têm uma menor tendência para usar <i>accruals</i> discricionários para inflacionar resultados. Contudo, as empresas têm uma maior tendência de usarem <i>accruals</i> discricionários para inflacionar os resultados quando não têm vendas com partes relacionadas. 7. <i>Propping</i> através de transações vendas a partes relacionadas <i>cash-based</i> está relacionado com transferência de dinheiro de regresso á parte compradora através de créditos. 8. O nível de <i>propping</i> é significativamente menor nas regiões com instituições económicas mais fortes (pais desenvolvido, alto nível de regulamentação, baixo desemprego e com excedente orçamental) do que nas regiões com instituições económicas mais fracas. 	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
11	(Alhadab et al., 2020)	Estudar a relação entre TPR's e manipulação de resultados quer com base em <i>accruals</i> quer com base em manipulação das atividades operacionais, nas empresas cotadas na Jordânia. E como a estrutura societária afeta esta relação.	Estudo empírico	62 empresas industriais da Jordânia cotadas em bolsa para o período de 2011 a 2017	<p><u>Variável Dependente:</u> <i>Accruals</i> e manipulação de atividades operacionais reais;</p> <p><u>Variáveis Independentes:</u> TPR's (se o montante de TPR's exceder 1% do ativo da empresa), nível anormal de <i>accruals</i>, nível anormal de <i>cash flow</i>, nível anormal de despesas discricionárias, nível anormal de custos de produção, empresa familiar, % de acionistas do governo, % de acionistas com mais de 5%, % de diretores independentes, auditada por <i>big four</i>, existência de uma comissão de auditoria, endividamento, tamanho (total ativo), <i>cash flow</i> operacional, ROA, se empresa divulgou prejuízo.</p>	<p>1. <i>Accruals</i> discricionários estão negativamente correlacionados com TPR's. Não foi encontrada qualquer relação entre TPR's e manipulação das atividades reais. Assim, empresas que praticam TPR's são menos prováveis a manipular resultados através de <i>accruals</i> ou manipulação das atividades operacionais.</p> <p>2. Transações com partes relacionadas e a manipulação de resultados por <i>accruals</i> são mais elevados quando existe participação do governo, enquanto que diminuem quando existe maior concentração do poder.</p> <p>3. Não existem evidências de a propriedade familiar influenciar a relação entre as TPR e a manipulação de <i>accruals</i> e atividades reais.</p> <p>4. Autores deixam em aberto a hipótese de as TPR poderem ser usadas como substitutas das atividades de <i>accruals</i> e manipulação das atividades reais para a manipulação de resultados.</p>	Alargar este estudo a outros países do este e norte de Africa, analisando em detalhe a extensão e razões para TPR's e o seu potencial efeito na manipulação de resultados, e o papel da estrutura proprietária e mecanismo da governação corporativa podem ter nesse efeito. Realizar pesquisas qualitativas, como entrevistas e estudos de caso, relativamente à questão em análise.
12	(Bhuiyan & Roudaki, 2018)	Examinar a existência de TPR nos colapsos financeiros de empresas na Nova Zelândia quando as empresas têm <i>interlocking directors</i> (diretor é membro em mais de um conselho de administração). Analisa também o papel de auditores na revisão das TPR.	Estudo empírico	38 empresas falidas durante os 3 anos anteriores à apresentação de falência, nos anos de 2006 a 2011 e 27 empresas não falidas	<p><u>Variáveis dependentes:</u> TPR; condenação dos diretores por negligência.</p> <p><u>Variáveis independentes:</u> existência de diretores <i>interlocking</i>, auditor <i>big 4</i>.</p> <p><u>Variáveis de controlo:</u> % diretores independentes, tamanho da direção, tamanho da empresa (montante do ativo), CFO, ROA, risco financeiro (endividamento, [ativo corrente/passivo, corrente]).</p>	<p>1. Cerca de 50% das empresas falidas observadas divulgaram TPR's.</p> <p>2. Destas empresas falidas que praticam TPR's são dirigidas por <i>interlocking directors</i> e são auditadas por não-<i>big4</i>, o que demonstra que a fraca monitorização interna (por via da direção) e externa (por via dos auditores) facilita o uso de TPR's.</p> <p>3. Os diretores das empresas envolvidas em TPR foram posteriormente condenadas por práticas questionáveis de contabilidade e divulgação.</p>	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
13	(Marchini et al., 2019)	Avalia se a divulgação de TPR é adequada, transparente e útil para atender às necessidades dos investidores, especialmente os acionistas minoritários; Investigar se os acionistas, particularmente os acionistas minoritários, são capazes de ver todas as transações realizadas com partes relacionadas, por todas as empresas do grupo, quando leem as demonstrações financeiras consolidadas.	Estudo de caso	3 grupos empresariais com empresa mãe cotada na bolsa de Milão a 1 de julho 2015:1 grupo com perímetro de consolidação de cerca 13 empresas (média do mercado);1 grupo com um perímetro de consolidação superior a 13 empresas 1 grupo com um perímetro de consolidação inferior a 13 empresas		<ol style="list-style-type: none"> 1. A divulgação das TPR's é feita pelos grupos, sem muita informação detalhada e não são fornecidos dados precisos. 2. Empresas fornecem informação geral acerca das TPR's, mas sem detalhes específicos (ex. sem nome da parte relacionada, a natureza da transação). 3. No que toca às demonstrações financeiras consolidadas, há ainda menos clareza. 	<p>Investigações futuras: analisar as empresas cotadas em toda a UE para verificar se eles fazem divulgação comparável e precisa de TPR's;</p> <p>Investigar a opinião dos acionistas, talvez usando uma pesquisa de opinião, revelando a posição do acionista relativamente à divulgação da TPR e as opiniões sobre as principais questões na leitura das informações financeiras e verificação cruzada de dados.</p>
14	(Haji-Abdullah & Wan-Hussin, 2015)	Estudo analisa a relação entre TPR, características da comissão de auditoria e manipulação de atividades reais. Avalia ainda o efeito moderador do controlo familiar na relação entre TPR's e manipulação de resultados.	Estudo empírico	216 empresas cotadas na bolsa de valores da Malásia no ano de 2009.	<p><u>Variáveis dependente:</u> magnitude da manipulação de atividades reais (estimado através do nível anormal de <i>cash flow</i> operacional, custos de produção e despesas discricionárias).</p> <p><u>Variável independente:</u> nível de TPR's (compra/venda bens e serviços e ativos), número de diretores na comissão de auditoria, proporção de membros independentes na comissão de auditoria, membros que são contabilistas, número de assembleias da comissão auditoria, % de participação de família.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. As TPR's estão significativamente positivamente relacionadas com manipulação de resultados real. 2. As empresas que se envolvem em TPR's também são mais propensas a manipular resultados através de atividades reais. 3. Estudo fornece fracas evidências de que a existência de um expertise financeiro na comissão é um atributo importante na mitigação da manipulação de transações reais. 4. A relação entre TPR's potencialmente expropriadoras e manipulação de resultados real é moderada por empresas familiares, o que sugere que as empresas de controle familiar são menos propensas a envolverem-se em manipulação de resultados oportunistas. 	<p>Como os dados cobrem apenas o período de um ano e são originários de um país com uma estrutura institucional com características particulares, as descobertas não podem ser generalizáveis para outros países e período de tempo.</p>

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
15	(Marchini et al., 2018a)	<p>Analisar a relação entre TPR's, incidindo em vendas a partes relacionadas devido à sua complexidade e à sua relevância monetária nas DF da empresa, e manipulação de resultados. Analisa ainda o papel do governo das sociedades na relação entre estes.</p>	Estudo empírico	374 observações durante os períodos de 2007 e 2012 de 79 empresas italianas cotadas em bolsa em 2012	<p><u>Variável dependente:</u> Acréscimos anormais como medida de manipulação de resultados, seguindo o modelo de Francis e Wang (2008).</p> <p><u>Variável independente:</u> TPR's variáveis, vendas relacionadas, indicador de qualidade do governo das sociedades (tamanho da direção, dualidade, número de membros independentes na direção, idade e nacionalidade e género do CEO, Ceo não é acionista);</p> <p><u>Variável controlo:</u> ROA, tamanho (total ativo), o desviam padrão dos fluxos de caixa ao longo dos três anos, <i>cash flow</i> operacional, valor total do acréscimos sobre o ativo, se empresa teve prejuízo, alavancagem, crescimento das vendas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vendas a partes relacionadas estão positivamente e significativamente relacionadas com abnormal <i>accruals</i>. 2. As vendas a partes relacionadas fornecem incentivos e oportunidade para praticar manipulação de resultados. 3. No que toca ao papel contingente do governo das sociedades, estudo demonstra que a governação corporativa reduz a relação positiva entre vendas a partes relacionadas e manipulação de resultados. 4. O papel do conselho de administração e CEO é crucial, e um bom governo das sociedades ajuda a reduzir o uso oportunistas das TPR's. 5. Apoiando a teoria da contingência, estudo defende que as TPR's não podem ser consideradas boas ou más, mas sim devem ser analisadas no contexto da governação da empresa, as características institucionais e nível de regulamentação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo foca apenas num país, por isso aconselha investigações futuras noutros países. 2. Aumentar a amostra. 3. A questão da endogeneidade entre governo das sociedades e manipulação de resultados é complexa, e a escolha de variáveis pelo autor pode ter limitações. A <i>proxy</i> de <i>accruals</i> anormais para medir manipulação de resultados é apenas um dos modelos disponíveis.

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
16	(Rahmat et al., 2020a)	Investiga o efeito que as TPR's exercem na relevância e informatividade dos resultados contabilísticos das empresas sediadas no Leste Asiático.	Estudo empírico	398 empresas cotadas – 47 empresas (141 observações) de Hong Kong, 145 empresas (435 observações) da Malásia, 110 empresas (330 observações) da Singapura e 96 empresas (288 observações) da Tailândia do período de 2008 a 2011.	<p><u>Variáveis Dependentes:</u> valor de mercado do capital (MVE) para medir a relevância do valor dos resultados e retorno anual das ações (RET) para a informatividade dos resultados.</p> <p><u>Variáveis independentes:</u> magnitude e total de TPR's anormais de acordo com a classificação de simples, complexas (transações de compra e venda e transferência de ativos) e empréstimos, resultado por ação, crescimento empresa, tamanho, endividamento.</p> <p><u>Variáveis de Controlo:</u> tamanho da direção, independência da direção, propriedade do acionista controlador, tipo de controlo acionista, gestores são proprietários, qualidade auditoria, risco operacional medido pelo desvio padrão dos resultados nos 3 últimos anos, <i>accruals</i> discricionários como medida de qualidade dos resultados.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A relevância dos resultados é negativamente afetada pela existência de TPR's. 2. A existência de TPR's e TPR's anormais reduzem a informatividade dos resultados quando as empresas praticam TPR's. 3. As empresas que praticam empréstimos relacionados e transações simples, reduzem mais o nível de informatividade do que as empresas que praticam TPR's complexas. 4. Resultados indicam que o mercado percebe que as TPR's podem ser usadas oportunisticamente por gestores e acionistas controladores para expropriar riqueza ou para manipular resultados. 5. A investigação dos diferentes tipos de TPR's confirma que as transações de empréstimo e simples reduzem muito mais significativamente a relevância e informatividade dos resultados do que as transações complexas. 6. A relação negativa da relevância e informatividade com TPR's é atenuada nos países onde a proteção dos acionistas e a regulamentação é mais eficiente, e com mecanismo de governação mais eficazes. Assim um regime de alta proteção do investidor atenua os efeitos negativos das TPR's. 	<p>Modelo calcula a magnitude e TPR's anormais baseada na informação divulgada nos relatórios anuais pelas empresas, contudo é possível que as empresas reportem à bolsa de valores TPR's que não divulgaram nos relatórios anuais.</p> <p>As economias em estudo fizeram progressos significativos ao nível da governação corporativa e estrutura regulatória. Estudo não tem em conta o efeito da implementação e aplicação destas reformas. É recomendável que futuras investigações tenham estes efeitos em conta.</p>

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
17	(Lee et al., 2016)	Investiga a relação entre TPR's e a comparabilidade da informação contabilística.	Estudo empírico	2427 observações das empresas cotadas na bolsa de valores da Coreia no período de 2006 e 2010.	<p><u>Variável dependente:</u> indicador de medida de comparabilidade da informação contabilística (usando o modelo de Franco, Kothari, and Verdi (2011) – a comparabilidade é medida com 2 indicadores, um comparando a média de comparabilidade das empresas da indústria e outro com a média da comparabilidade das 10 maiores empresas da industria).</p> <p><u>Variável independente:</u> proporção do total de TPR's no total das vendas, variação absoluta do valor das TPR's, desvio padrão das TPR's nos últimos 5 anos, proporção das TPR's não baseadas em fluxos de caixa nas vendas totais, proporção do total de fluxos de caixa das TPR's nas vendas totais.</p> <p><u>Variáveis de Controlo:</u> tamanho empresa (total ativo), rentabilidade, endividamento, valor mercado-contabilístico (valor mercado/valor contabilístico), valor absoluto dos <i>accruals</i> discricionários, despesas com I&D, crescimento das vendas, indicador de governação corporativa, indicador da industria.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relação negativa significativa entre a comparabilidade e montante de TPR's. 2. À medida que as empresas se tornam maiores, elas fornecem mais informações comparáveis. 3. Empresas mais lucrativas fornecem mais informações comparáveis. 4. As empresas com alto índice de endividamento fornecem menos informações comparáveis. 5. Empresas com alta volatilidade de lucros são mais propensas a ter menor comparabilidade. 6. Quando as TPR's não <i>cash</i> aumentam, a comparabilidade diminui, o que demonstra que as empresas têm mais flexibilidade em exercer a sua discricionariedade nas condições e divulgação das TPR's não <i>cash</i> do que TPR's <i>cash</i>. 7. Quando comparado com as TPR's operacionais (vendas e compras), as TPR's não operacionais (outros ganhos e perdas) apresentam uma relação mais negativa com a comparabilidade da informação contabilística. 8. Empresas que praticam TRPS são mais propensas a fazer escolhas contabilísticas que tornam suas informações contabilísticas menos comparáveis aos seus pares da indústria para evitar a deteção do governo de TPR's ilegais. 	<p>Pesquisas futuras podem investigar a relação entre comparabilidade e estrutura de propriedade das empresas e / ou características do governo das sociedades.</p>

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
18	(Habib et al., 2015)	Investiga o efeito das TPR's nos honorários de auditoria (como medida do risco de auditoria)	Estudo empírico	Empresas cotadas no mercado de ações chines durante 2004 e 2013.	<p><u>Variável dependente:</u> Honorários de auditoria;</p> <p><u>Variável independente:</u> TPR, TPR de vendas e compras de produtos e serviços, TPR de empréstimos e garantias;</p> <p><u>Variável controlo:</u> auditora ser uma <i>big four</i>, tamanho empresa (total ativo), ROA, crescimento nas vendas, peso do inventário no total ativo, prejuízos, endividamento.</p>	<ol style="list-style-type: none"> O valor dos honorários está positivamente relacionado com o montante de TPR's. Quando se categoriza as TPR's em operacionais e empréstimos, garantias, os honorários de auditoria são baixo para as TPR's operacionais, mas elevados para TPR's baseadas em empréstimos e garantias, sobretudo quando o empréstimo é da empresa para as suas subsidiárias. Os honorários de auditoria são menores quando as TPR's são praticadas em mercados mais competitivos. 	Estudo não aborda como os auditores conduzem a auditoria de TPR, ou os fatores de risco que contribuem para uma auditoria com um maior esforço de trabalho, e os desafios específicos que os auditores enfrentam em relação às TPR. Estes tópicos podem ser tema para investigações futuras.
19	(Limanto & Herusetya, 2017)	Investigar a relação entre TPR's e manipulação de atividades reais. E investigar o papel dos mecanismos de governação interna através da eficácia do conselho de administração e do comissão de auditoria nesta relação.	Estudo empírico	Empresas industriais cotadas no mercado de valores da Indonésia no período de 2010 a 2014, e que apresentavam divulgações completas das TPR's.	<p><u>Variável dependente:</u> manipulação atividades reais;</p> <p><u>Variável independente:</u> peso da TPR's no total do ativo, eficácia do conselho de administração, eficácia do comissão de auditoria.</p>	<ol style="list-style-type: none"> Relação positiva entre TPR's e manipulação de resultados através de atividades reais, mas apenas para empresas com elevado peso de TPR's no total de ativo e não em baixos montantes de TPR. A presença do conselho de administração fortalece a relação positiva entre TPR's e manipulação de atividades reais em elevados níveis de TPR's, o que pode ser justificado pelo facto de os próprios membros da direção se envolverem em apropriação dos acionistas minoritários praticando manipulação de atividades reais. Quanto à comissão de auditoria desempenha um papel importante na diminuição da relação entre TPR's e manipulação de resultados. 	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
20	(El-Helaly, 2018)	Revisão de literatura na área das TPR's, focando na relação de TPR e manipulação de resultados, qualidade dos resultados e desempenho da empresa e o papel dos mecanismo de governação.	Revisão de Literatura			<p>1. Empresas que realizam TPR's são mais propensas a se envolver em <i>tunneling</i>. Dados sugerem que as TPR's são mais propensas a exibir uma relação negativa, em vez de positiva, com a qualidade dos resultados;</p> <p>2. As TPR's são mais propensas a ser associadas à manipulação de resultados, menores níveis de divulgação e menor relevância de valor.</p> <p>3. TPR's afetam negativamente desempenho e avaliação da empresa.</p> <p>4. Regulamentações, governo das sociedades e auditoria são ferramentas eficientes para proteger os acionistas minoritários dos efeitos negativos associados com as TPR's.</p> <p>5. Estudos mais recentes descobriram que TPR's estão associados a taxas de auditoria mais altas que pode ser interpretado como evidência de que os auditores podem agora reconhecer melhor os riscos associados a TPR's e, portanto, exigem taxas mais altas das empresas que realizam tais transações.</p> <p>6. Os resultados sugerem o facto de as TPR's serem conduzidos para finalidades do negócio como transações que podem alcançar uma alocação eficiente de recursos ou transações oportunistas conduzidas para apropriar a riqueza dos acionistas, é condicionado pelos mecanismos de controle micro e macro. Ou seja a regulamentação, governo das sociedades e auditoria externa podem reduzir o efeito de TPR's. Assim, tais mecanismos de controle podem transformar TPR's de transações oportunistas a transações eficientes com resultados positivos para a empresa e seus acionistas</p>	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
21	(Yang et al., 2017)	Investiga os incentivos para manipulação de resultados por meio de TPR's com a alteração em 2005 das regras de consolidação baseada em controlo em vez de propriedade; e investiga como os acionistas controladores reagem a estas regras de alargamento do perímetro de consolidação .	Estudo empírico	Dados retirados do "Taiwan Economic Journal" de 1097 empresas cotadas em bolsa e 700 negociadas no mercado livre	<p><u>Variáveis dependentes:</u> proporção de empresas que eram excluídas do perímetro de consolidação propositadamente – como medida da intenção da gestão e acionistas manipularem os resultados através de TPR's; manipulação de atividades reais, <i>accruals</i> discricionários;</p> <p><u>Variáveis independentes:</u> proporção de TPR (vendas, compras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e garantias), variação de TPR's com a mudança da regulamentação;</p> <p><u>Variáveis de controlo:</u> desvio dos direitos de controlo face a direitos de propriedade, direitos de <i>cash flow</i>, proporção de partições detidas por membros da direção, dualidade do CEO, tamanho empresa, endividamento, ROA.</p>	<p>1. Empresas com um aumento substancial no perímetro de consolidação derivado das alterações nas regras de consolidação, apresentavam elevados montantes de TPR's no regime antigo. O que significa que as empresas no antigo regime eram mais propensas a praticar TPR's para manipular resultados e por isso ocultavam subsidiárias da consolidação.</p> <p>2. As empresas com um aumento substancial no perímetro de consolidação derivado das alterações nas regras de consolidação, apresentaram um elevado declínio nas TPR's depois da regulamentação. Logo, a consolidação baseada em controlo exerce uma influencia positiva na mitigação dos incentivos de manipulação de resultados através de TPR's.</p> <p>3.As empresas que anteriormente eram mais prováveis a manipular resultados através de TPR's, com as novas regras de consolidação são mais propensas a substituir por manipulação de atividades reais.</p>	
22	(Hung & Cheng, 2018)	Investiga a relação entre transações com partes relacionadas, nível de diversificação do negócio e as sanções dos auditores decorrentes da ocorrência de fraudes corporativas.	Estudo empírico	Dados obtidos através de lista de punições por fraude a auditores divulgada pela comissão de supervisão financeira do mercado de valores de Taiwan, do período de 1992 a 2010 (total 288 observações)	<p><u>Variável dependente:</u> se auditor foi sancionado;</p> <p><u>Variável independente:</u> montante de TPR, diversificação do produto, <i>big four</i>, nível de independência do auditor (medido pelo peso da faturação do cliente no total da faturação da carteira de cliente do auditor), permanência de mais de 3 anos do mesmo auditor, auditor especialista na industria onde a empresa atua;</p> <p><u>Variável controlo:</u> contas a receber, inventário, tamanho.</p>	<p>1 Relação positiva entre montante de TPR e punição do auditor, o que significa que elevados montantes de TPR podem levar a falhas de auditoria.</p> <p>2. Quando o auditor é um <i>big four</i>, com maior nível de independência, especialista no setor de atividade onde a empresa atua, e quando audita a empresa há pelo menos 3 anos, a probabilidade de falha de auditoria é menor.</p> <p>3.Ao categorizar as TPR em transações baseadas em rédito e transações baseadas em despesas, o estudo evidencia uma maior probabilidade de falha de auditoria na presença de transações baseadas em rédito, indicando que as TPR's baseadas em rédito (vendas de bens e de ativos) são as principais causas de falha de auditoria.</p>	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
23	(Nasution & Mita, 2017)	Investiga se as transações anormais com partes relacionadas como um <i>proxy</i> de manipulação de resultados reduzem a relevância do valor dos resultados	Estudo empírico	193 empresas cotadas no mercado de valores da Indonésia, no período de 2010 a 2014.	<p><u>Variáveis dependente:</u> TPR divulgadas nas demonstrações financeiras, TPR não usuais;</p> <p><u>Variáveis independentes:</u> endividamento, tamanho da empresa, rácio entre o valor de mercado e valor contabilístico, preço das ações.</p>	<p>1. As TPR não usuais não são um indicador de manipulação de resultados. As TPR's estão positivamente associadas à relevância dos resultados.</p> <p>2. Estudo demonstra que os investidores veem as TPR como eficientes para a empresa. Isso pode justificado porque quanto maiores as empresas e mais variada a sua linha de negócio, mais oportunidade e habilidade elas podem ter para praticar volumes não usuais de transações com partes relacionadas. Realizam TPR como uma prática normal para liderar o mercado, o que está alinhado com os interesses dos acionistas.</p>	
24	(Marchini et al., 2018b)	Investiga se as empresas utilizam TPR para manipulação de resultados. E ainda se o uso de TPR como manipulação de resultados está relacionado com a qualidade de divulgação.	Estudo empírico	69 empresas cotadas na bolsa de valores de Itália no período de 2007 a 2012.	<p><u>Variável dependente:</u> manipulação de resultados medido como a probabilidade de a empresa manipular resultados para relatar pequenos aumentos de resultado;</p> <p><u>Variável Independente:</u> TPR baseada em rendimento, TPR baseada em compras, TPR baseada em despesas e réditos financeiros, transações com a empresa-mãe, transações com <i>joint-ventures</i> e associadas, qualidade de divulgação;</p> <p><u>Variável controlo:</u> tamanho da empresa, fluxos de caixa, valor absoluto do total de acréscimos, empresa apresentar prejuízos, endividamento, crescimento vendas.</p>	<p>1. As TPR's referentes às receitas são mais propensas a serem utilizadas para manipular resultados quando comparadas a outras transações. A decisão de manipulação por meio das TPR's está associada a uma menor qualidade de divulgação.</p> <p>2. As transações com as empresas-mãe estão associadas a uma menor tendência de manipulação de resultados, enquanto que transações com empreendimentos conjuntos e associadas aumentam a probabilidade de TPR's para manipulação de resultados.</p>	<p>1. Estudo foca-se apenas num país, o que reduz a generalização dos resultados.</p> <p>2. Futuros estudo podem aplicar este estudo a outros países, e analisar outros tipos de indicadores de divulgação.</p>

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
25	(Lin et al., 2020)	Investigar os incentivos para manipular resultados por meio de TPR's com a alteração em 2005 na regulamentação das regras de consolidação para consolidação baseada em controlo em vez de propriedade, e investigar como os acionistas controladores reagem a estas regras de consolidação que alarga o perímetro de consolidação.	Estudo empírico	Dados retirados do "Taiwan Economic Journal" de 808 empresas cotadas em bolsa e 511 negociadas no mercado livre	<p><u>Variáveis dependentes:</u> proporção de empresas que eram excluídas do perímetro de consolidação propositadamente – como medida da intenção da gestão e acionistas manipularem os resultados através de TPR's; manipulação de atividades reais, <i>accruals</i> discricionários;</p> <p><u>Variáveis independentes:</u> proporção de TPR (vendas, compras, contas a receber, contas a pagar; empréstimos e garantias), variação de TPR's com a mudança da regulamentação;</p> <p><u>Variáveis de controlo:</u> desvio dos direitos de controlo face a direitos de propriedade, direitos de <i>cash flow</i>, proporção de participações detidas por membros da direção, dualidade de CEO, tamanho empresa, endividamento, ROA.</p>	<p>1. Empresas com um aumento substancial no perímetro de consolidação derivado das alterações nas regras de consolidação, apresentavam elevados montantes de TPR's no regime antigo. O que significa que as empresas no antigo regime que tinham incentivo para manipular resultados através de TPR's eram mais propensas a ocultar subsidiárias da consolidação.</p> <p>2. As empresas com um aumento substancial no perímetro de consolidação derivado das alterações nas regras de consolidação, apresentaram um elevado declínio nas TPR's depois da regulamentação.</p> <p>3. As empresas que anteriormente eram mais prováveis a manipular resultados através de TPR's, com as novas regras de consolidação são mais propensas a substituir por manipulação de atividades reais.</p>	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
26	(Aharony et al., 2010)	Investiga a relação entre TPR e manipulação de resultados durante uma OPA, e <i>tunneling</i> no período pós-OPA.	Estudo empírico	185 empresas chinesas de OPA recém-cotadas que fizeram a sua primeira emissão de ações ao público na Bolsa de Valores de Xangai durante o período de 1999–2001	<p><u>Variável Dependente:</u> ROA (como medida do desempenho da empresa no ano da OPA), preço das ações na data de emissão;</p> <p><u>Variável Independente:</u> variação das vendas relacionadas no ano OPA face ao período homólogo, variação das compras relacionadas no ano OPA face ao período homólogo;</p> <p><u>Variável controle:</u> endividamento, tamanho, vendas não relacionadas, vendas relacionadas;</p>	<p>1. As empresas-mãe praticam vendas de bens e serviços a partes relacionadas para inflacionarem o resultado das empresas candidatas da OPA durante o período da OPA, o que indicia manipulação de resultados.</p> <p>2. A magnitude das vendas anormais entre a empresa-mãe e a filial para inflação dos resultados no período OPA está positivamente associado à magnitude dos aumentos dos recursos por <i>tunneling</i> por meio de empréstimos corporativos relacionados anormais no período pós-OPA.</p> <p>3. Evidencia manipulação de resultados no período pré-OPA e <i>tunneling</i> no período pós-OPA.</p>	<p>1. Estudo foca em vendas e compras relacionadas como ferramentas para manipular resultados antes do OPA, e empréstimos corporativos para apropriar, outros tipos TPR podem servir a esse propósito.</p> <p>3. Terceiro, é difícil medir vendas, compras e créditos de partes relacionadas anormais.</p> <p>4. Os dados analisados neste estudo referem-se ao período de 1999–2001. Pesquisas futuras podem determinar se resultados podem ser generalizados para períodos posteriores e outros países.</p>
27	(Jalan et al., 2020)	Investiga a relação entre o montante de TPR's e a qualidade dos resultados contábilísticos, e ainda o efeito nesta relação da existência de mulheres e independência na comissão de auditoria.	Estudo empírico	236 empresas cotadas na Índia no período de 2014 e 2015	<p><u>Variável Dependente:</u> Acréscimos discricionários (como medida de manipulação de resultados – modelo de Jones)</p> <p><u>Variável Independente:</u> peso de TPR no ativo, tamanho do comissão auditoria, diretores independentes no comissão auditoria, % mulheres no comissão auditoria, se a presidente do comissão é mulher, se o presidente do comissão é um diretor independente;</p> <p><u>Variável Controle:</u> Idade empresa, tamanho, endividamento</p>	<p>1. Relação negativa entre TPR e manipulação de resultados (medido por acréscimos discricionários) e por isso as TPR's estão associadas a uma melhor qualidade dos resultados.</p> <p>2. Relação positiva entre a existência de promotores na comissão de auditoria e manipulação de resultados.</p>	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
28	(Bátiz-lazo & Billings, 2012)	Estudo documenta algumas consequências ao nível da manipulação de resultados com a finalidade de compensar o impacto desfavorável da regulamentação introduzidas no Reino Unido para as sociedades financeiras de investimento que as obrigava a cumprir determinados rácios para manterem o seu estatuto no mercado.	Estudo de caso	Artigo usa como estudo o caso de uma instituição financeira de renome a Cooperative Permanent Building Society (CPBS), que utilizou operações de <i>lease back</i> com uma relacionada e discricionaria de nas políticas de depreciação		Gestores usam a flexibilidade das políticas contabilísticas para manipularem resultados quando têm incentivos para cumprir determinados <i>benchmarks</i> . A empresa britânica Cooperative Permanent Building Society para manter o seu estatuto no mercado de investimento realizou uma operação de <i>lease back</i> de um imóvel com uma relacionada em condições diferentes da do mercado, bem como alteração das políticas depreciação para manipular resultados.	
29	(Feleaga & Neacsu, 2016)	Responder às seguintes questões: 1. Como empresa romenas cotadas na no mercado de valores de Bucareste divulgam TPR's e a informação relativa aos preços de transferência? 2. Que fatores influenciam este tipo de divulgações?	Estudo empírico	71 empresas cotadas na bolsa de valores de Bucareste no período de 2012 a 2014	<u>Variável dependente</u> : índice de divulgação desenvolvido por Buzby (1974) - divulgação de TPR's, tipo de TPR's, a natureza, o valor, termos e condições e informação sobre preços de transferência; <u>Variável independente</u> : tipo de auditor, natureza do capital, tipo de partes relacionadas, tamanho da empresa; setor de atividade.	1. Durante 2012 a 2014 as empresas cotadas na bolsa de valores de Bucareste divulgaram nos relatórios financeiros as informações sobre as TPR's e em matéria de preços de transferência numa escala de médio a grande medida. 2 As divulgações realizadas pelas empresas em matéria de TPR's e preços de transferência são influenciadas pelo tipo de auditor e tamanho da empresa. Empresas auditadas por <i>big four</i> e empresas de grande dimensão divulgam mais informação comparadas com as não auditadas por <i>big four</i> e empresas de pequena e média dimensão. 3. A divulgação de TPR's e preços de transferência é influenciada pelo tipo de parte relacionada, assim empresas que realizam transações com partes relacionadas não residentes divulgam mais informação quando comparadas com as que realizam transações com partes relacionadas residentes. 4.Fatores como setor de atividade e natureza do capital não influenciam significativamente a divulgação dos preços de transferência e TPR's.	Introdução no modelo de mais indicadores que possam influenciar o valor do índice de divulgação. Usar empresas de outros mercados.

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
30	(Hwang et al., 2013)	Investiga o efeito da regulamentação sobre divulgação em 2000, que reforçou a transparência das TPR, na manipulação de resultados, analisando empresas de Taiwan que praticam transações com empresas chinesas por meio das suas afiliadas chinesas.	Estudo empírico	Empresas cotadas no mercado de valores de Taiwan e empresas não negociadas no mercado, no período de 1996 a 2003.	<p><u>Variável dependente:</u> montante de <i>accruals</i> discricionários como medida de manipulação de resultados;</p> <p><u>Variável independente:</u> anos em que a regulamentação estava a vigorar ou não, divulgação ou não de TPR, firmas no setor tecnológico;</p> <p><u>Variáveis de controlo:</u> endividamento, CEO duality, participações de pessoas dentro da empresa como gestão, diretores, etc.; diferença entre direitos de controlo e direitos de caixa; auditora <i>big four</i>; participação de entidades públicas; tamanho da direção; tamanho; montante de <i>accruals</i> totais; ROA.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo demonstra que existe manipulação de resultados através de <i>accruals</i> discricionários quando a empresa divulga TPR's. 2. O nível de manipulação de resultados de empresas que praticam TPR's por meio de afiliadas com empresas chinesas diminui significativamente depois da promulgação do regulamento de divulgação das TPR. 3. Quando se compara o papel da regulamentação sobre divulgação em mitigar a manipulação de resultados, é mais significativo e efetivo nas empresas não tecnológicas do que nas empresas tecnológicas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo é limitado a empresas de Taiwan que conduzem transações por meio de suas afiliadas <i>offshore</i>. Resultados não devem ser generalizados para outras formas de TPR. 2. Estudo não considera outros fatores como por exemplo diferenças nas regras de relato e convenções entre países / regiões que podem afetar a manipulação de resultados. 3. Recomenda-se estudos futuros a explorar teorias de outras disciplinas, incorporar outras variáveis, expandir o âmbito deste estudo.
31	(Sun & Liang, 2016)	Através do estudo de caso de uma empresa cotada chinesa sobre tratamento especial, pretendem investigar as motivações por detrás da manipulação de resultados, bem como os meios usados para essa manipulação.	Estudo de caso	Empresa SKGF, empresa cotada chinesa	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. Motivações para manipulação de resultados: evitar ser expulsa do mercado de valores por não cumprir os rácios, necessidade de financiamento externo, a renumeração da administração está associada com o desempenho da empresa; 2. Métodos de manipulação de resultados: reversão da imparidade de ativos, TPR. SKGF vendeu uma participação numa afiliada a outra parte relacionada do grupo. Além disso realizou operações de leasing com outras empresas do grupo. 	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
32	(Elkelish, 2017)	Medir a extensão da divulgação das TPR baseada nas normas internacionais de contabilidade (IAS 24) nas empresas cotadas dos Emirados Árabes Unidos e investigar o impacto do governo das sociedades e características específicas da empresa ao nível da divulgação de TPR	Estudo empírico	108 empresas cotadas no mercado de valores dos Emirados Árabes Unidos, no período de 2010 a 2012.	<p><u>Variável dependente:</u> Índice de divulgação de TPR;</p> <p><u>Variável independente:</u> tamanho da direção, número de diretores independentes, dualidade de CEO, qualidade auditoria, concentração de propriedade, participação estrangeira;</p> <p><u>Variáveis de controlo:</u> tamanho, endividamento, industria, lucro, concorrência de mercado, ROA.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Empresas cotadas nos Emirados Árabes Unidos apresentam um baixo índice de divulgação de TPR de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Tal pode ser justificado pela discricionariedade da gestão e falta de mecanismos regulatórios de fiscalização adequados. 2. Mecanismos de governação corporativa como o tamanho da direção, qualidade de auditoria e concentração de propriedade desempenham um papel efetivo de monitorização e incrementam a qualidade de divulgação das TPR. 3. Não encontrou nenhum impacto da independência da direção e propriedade estrangeira no nível de divulgação das TPR. 	Ausência de alguns mecanismos de governo das sociedades como as características da comissão de auditoria. Estudos futuros devem incluir outras variáveis
33	(Song-qin et al., 2018)	Estudo de caso da empresa Liaoning Shen Xian Yuan Co., Ltd, Assim estudo analisa os métodos de fraude e as motivações para tal.	Estudo de caso	Empresa Liaoning Shen Xian Yuan Co., Ltd, que foi o primeiro caso de fraude do mercado nacional de valores e cotações chinês.	-	<ol style="list-style-type: none"> 1. A empresa inflacionou os seus resultados através de elevadas quantidades de venda de produtos agrícolas a partes relacionadas, a um preço muito superior ao praticado no mercado. 2. A motivação por detrás desta manipulação de resultados prende-se com o facto a empresa ter de cumprir rácios para ser elegível ao financiamento do Fundo de Desenvolvimento do setor Agrícola chinês. 	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
34	(Verdes, 2019)	Avaliar até que ponto as empresas cumprem os requisitos para a apresentação de informações sobre partes relacionadas de acordo com o IAS 24, bem como o grau de apresentação da informação voluntária.	Estudo empírico	Relatórios anuais de 2016 de 53 empresas cotadas no mercado de valores da Roménia	<u>Variáveis:</u> índice de divulgação das TPR em conformidade com a IAS 24 usando o modelo de Cooke, índice de divulgação da informação voluntária sobre TPR.	<p>1. A maioria das empresas cotadas apresentou um índice de divulgação global das TPR's de médio-alto. Sendo que quando se analisa a divulgação da informação voluntária sobre TPR a maioria das empresas apresenta um índice de divulgação baixo-médio, enquanto no que toca à divulgação de informação obrigatória de acordo com a IAS 24 a maioria das empresas apresenta um nível de divulgação médio-alto.</p> <p>2. As empresas no geral divulgam 53% da informação sobre TPR. Os dados divulgados sobre TPR's apresentam um índice de divulgação mais alto no caso de informação obrigatória em comparação com a informação divulgada voluntariamente.</p>	Estudo apenas analisou os relatórios de um ano, estudos futuros devem analisar um intervalo temporal maior para ser possível avaliar a variação da divulgação.
35	(Athanasios et al., 2013)	Investiga as implicações decorrentes da adoção da normas internacionais IFRS e as consequências de tal adoção na qualidade da informação contabilística no que toca ao reconhecimento e divulgação das TPR's, nas empresas do setor alimentar grego.	Estudo empírico	Empresas gregas do setor alimentar cotadas no mercado de valores de Atenas, durante o período de 2003 a 2012	<u>Variáveis:</u> valor de mercado, valor contabilístico, resultado contabilístico, choque estatístico, resultado contabilístico por ação, vendas de bens a partes relacionadas e vendas de ativos a partes relacionadas.	<p>1. Antes da implementação da IAS 24 a qualidade da informação contabilística das empresas que praticam TPR's nomeadamente vendas de produtos e ativos não correntes, é menor que a das empresas sem tal transações.</p> <p>2. A implementação da IAS 24 melhorou a qualidade da informação contabilística, o que demonstra que a sua aplicação mitiga a possibilidade de manipulação de resultados através de TPR's</p>	

#	Artigo	Questão Investigação	Tipo de Estudo	Amostra	Variáveis	Conclusões	Limitações/recomendações para investigações futuras
36	(Yang et al., 2020)	Execução de um ensaio que examina os efeitos do aumento do nível de divulgação de TPR's e a existência de incentivos para manipular resultados, sobre os julgamentos dos auditores de relatórios financeiros que contêm TPR's.	Estudo empírico	Participaram no estudo 90 auditores chineses	<p><u>Variáveis dependentes:</u> probabilidade de as demonstrações financeiras estarem materialmente distorcidas e o auditor pedir informações adicionais ao cliente sobre TPR;</p> <p><u>Variáveis Independentes:</u> nível de divulgação, incentivos para manipular resultados.</p>	<p>1.Quando a empresa divulga menos informação sobre TPR o auditor avalia uma maior probabilidade de as demonstrações financeiras do cliente estarem distorcidas, do que quando as empresas divulgam informação com mais detalhe sobre TPR's.</p> <p>2.Os auditores avaliam uma maior probabilidade de as demonstrações financeiras do cliente estarem distorcidas quando a gestão tem um alto incentivo para manipular resultados, do que quando têm baixo incentivo.</p> <p>3.Quando a gestão divulga pouca informação sobre TPR's e tem elevados incentivos para manipular resultados, o auditor tende a ser mais vigilante e conservador na seu julgamento e opinião profissional.</p>	Ensaio utiliza apenas um único incentivo para manipulação de resultados. Estudos futuros podem analisar outros fatores como a influência das características de divulgação nos julgamentos do auditor.
37	(El-Helaly, 2016)	Investigar a relação entre TPR e qualidade da informação nas empresas cotadas no mercado bolsista de Atenas, Grécia.	Estudo empírico	2 tipos de amostra: empresas TPR – empresas em que as TPR representam mais de 1% do total ativo e empresas não-TPR (com menos de 1% de TPR sobre o ativo); 84 empresas cotadas na ASE durante os anos 2009 a 2011.	<p><u>Variáveis Dependentes:</u> manipulação de resultados medidos através de 4 métricas(3 de <i>earnings smoothing</i> – variação das alterações lucro em função do ativo; rácio da variação das alterações do resultado e variação de fluxos de caixa e a correlação entre <i>accruals</i> e fluxos de caixa e uma de manipulação de resultados através de <i>target</i>).</p> <p><u>Variáveis Independentes:</u> TPR's medidas usando o modelo de Ryngaert and Thomas (2012), TPR=1, se montante de TPR's for superior a 1% ativo; tamanho, crescimento das vendas, endividamento, <i>cash flow</i> sobre ativo e auditor <i>bif four</i>.</p>	<p>1. Estudo não demonstra qualquer indicação de que as empresas com TPR são mais prováveis de praticar manipulação de resultados do que as não TPR's.</p> <p>2. Estudo evidencia que a qualidade da informação contabilística das empresas que praticam TPR não é diferente quando comparadas com empresas que não praticam TPR's.</p>	<p>1.Estudo foca-se na manipulação de resultados através de <i>accruals</i>, e não analisa a manipulação de resultados através da manipulação de atividades reais.</p> <p>2.Amostra relativamente pequena.</p> <p>3. Estudo foca-se apenas nas empresas gregas, que é um país com características específicas como apresentar níveis elevados TPR, <i>earnings opacity</i> e proteção do investidor, e por isso estes resultados não podem ser projetados para outras populações.</p>